

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALINE RODRIGUES DA SILVA

A LUTA DO CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS
POR UMA FACULDADE DE MEDICINA NA CIDADE

Campinas

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALINE RODRIGUES DA SILVA

A LUTA DO CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS
POR UMA FACULDADE DE MEDICINA NA CIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, para
obtenção do título de Licenciada em
Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr.
André Luiz Paulilo.

Campinas

2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**
Rosemary Passos – CRB-8º/5751

Si38L Silva, Aline Rodrigues da, 1989-
A luta do Conselho de Entidades de Campinas por uma
Faculdade de Medicina na cidade / Aline Rodrigues da
Silva. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: André Luiz Paulilo.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Universidade Estadual de Campinas – História. 2.
História da educação. 3. Ensino superior. 4. Medicina. 5.
Universidades e Faculdades. I. Paulilo, André Luiz. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Educação. III. Título.

12-277-BFE

Dedico este trabalho,

Aos meus pais, Arline e Jeferson, pelos ensinamentos e valores cuidadosamente transmitidos e por serem meus exemplos de vida, luta e dedicação.

Ao meu irmão, Jefferson, meu amigo de todas as horas, sempre tão disposto a me ouvir, a me incentivar e me apoiar.

Ao meu amor e amigo, Renan, pelo companheirismo de tantos anos, pela confiança tão sólida que construímos e por todo o apoio e incentivo com os quais sempre me brinda.

E, por fim, aos meus avós Carmelina Mattoso da Silva (*in memoriam*), Durvalino Rodrigues da Silva e Leontina de Oliveira, pelas experiências de vida compartilhadas e pelos saberes transmitidos, tão únicos e especiais que jamais serão encontrados em outro lugar.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Prof. André Luiz Paulilo, pelo entusiasmo com o qual aceitou orientar meu trabalho, mesmo que ainda só existisse uma vaga ideia do meu objeto de pesquisa; pela dedicação e curiosidade com as quais acompanhou minhas pesquisas e minha escrita; pelas sugestões, recomendações e ensinamentos, essenciais não só para a constituição deste trabalho, mas também para o amadurecimento enquanto pesquisadora; e por todo o apoio e incentivo, principalmente nos momentos em que eu achava que não seria possível continuar.

À Profa. Heloísa Helena Pimenta Rocha, segunda leitora deste trabalho, pelas considerações apontadas.

À Neire do Rossio Martins, uma das maiores incentivadoras deste trabalho, pelas indicações de referências bibliográficas, dicas e apoio, essenciais para a constituição deste TCC.

À Janaína Andiar dos Santos e Luan Magalhães Antunes, pelas leituras tão atenciosas deste trabalho, cujas considerações foram de extrema importância para a finalização do mesmo.

À Andressa Cristiani Piconi, Cirlene Domingues e Rafaela Augusta de Almeida, por terem me auxiliado durante minhas reflexões e indagações, dando todo o apoio necessário para que este trabalho fosse concluído.

À equipe do Serviço de Arquivo Permanente do Arquivo Central/SIARQ: Rodrigo Lizardi de Souza, Sandra Vilela Resende, Fernanda Verges, Marília Cintra, Thaís de Almeida e, principalmente, Telma Maria Murari, por toda a atenção, dedicação e profissionalismo.

Aos demais colegas do Arquivo Central/SIARQ: Allan, Cassia, Cidinha, Cido, Cristina, Ed, Enzo, Guilherme, Larissa, Maria Amélia e Vera, por todo apoio e incentivo.

Aos meus amigos da minha querida Santa Bárbara d'Oeste: Fabiana, Larissa, Lucas, Mariane, Matheus e Ricardo, e aos meus amigos de Piracicaba: Laura, Paulo e Raíssa, pelo companheirismo, pela torcida e pelas palavras de apoio e incentivo.

Aos meus amigos de van: Bruno, Débora, Henrique, Joyci, Rafael, Raffael, Renan, Rodrigo, Rosana, Rosângela e, principalmente, Luiz Souza, este último pelas inestimáveis contribuições para a elaboração deste trabalho, e a todos pelas memoráveis conversas e reflexões.

À Fabiele, Narcleyre, Paula e Tatiane, minhas companheiras e amigas nesses cinco anos de graduação, por toda a experiência e aprendizado compartilhados.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre”.

Paulo Freire

Resumo

Este trabalho aborda, através do estudo da documentação constante no acervo do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas, a história da luta pela criação e instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas. Parte-se, portanto, dos fatos histórico-sociais e políticos decorrentes das primeiras movimentações em prol de uma escola médica na cidade, dando visibilidade às personalidades e entidades, sobretudo o Conselho de Entidades de Campinas, que contribuíram para que ela se tornasse possível.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 01	
Os conjuntos documentais do Arquivo Central/SIARQ para os anos anteriores à criação da Universidade	15
1.1 A apresentação dos conjuntos documentais.....	16
1.2 Arquivo, Memória e Instituição	21
Capítulo 02	
As frentes de reivindicação por uma Faculdade de Medicina em Campinas	23
2.1 A cobertura política na imprensa como forma de pressão: a primeira fase da Campanha (1951 - 1953).....	29
2.2 A segunda fase da Campanha (1955 - 1960)	36
2.2 Considerações sobre as reivindicações de Campinas e o desfecho da segunda fase da Campanha.....	51
Capítulo 03	
O Conselho de Entidades de Campinas e a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina	57
3.1 A Terceira Fase da Campanha (1961-1962).....	58
3.2 A Comissão do Conselho de Entidades e o Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo.....	71
3.3 O Memorial da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina	78
3.4 A Faculdade de Medicina e a Universidade de Campinas	82
Considerações Finais	95
Referências Bibliográficas	98
Fontes	98
Referências.....	108

Introdução

A ideia da pesquisa para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) surgiu de minha própria vivência enquanto funcionária do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp¹, uma vez que o contato com os inúmeros documentos históricos que o compõe torna-se inevitável. Além disso, a área de História da Educação sempre foi uma das minhas favoritas no decorrer da graduação.

Em 2011, colaborei indiretamente na montagem de uma exposição sobre os 45 anos da Unicamp e conheci o livro *O Mandarim*, de Eustáquio Gomes, que conta a história dos primeiros anos desta Universidade. A partir de então, minha curiosidade sobre os acontecimentos anteriores à sua criação legal, em 1962, aumentou consideravelmente, fazendo-me refletir sobre desenvolver meu TCC com base nesse período histórico.

Após decidir a abordagem geral deste trabalho - que seria o período histórico que abarca toda a mobilização e reivindicação da sociedade civil campineira pela criação e instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas (pré-1963), e também o período histórico a partir de 1963, no qual as lutas passaram a ser pela instalação e implantação da Universidade de Campinas - dediquei-me a consultar os documentos históricos do Arquivo Central/SIARQ, a fim de tomar conhecimento sobre o conteúdo do acervo e selecionar meu objeto de pesquisa.

Foram consultadas, desta forma, as documentações referentes à criação da Unicamp a partir do Fundo Gabinete do Reitor, Fundo Secretaria Geral e Fundo Zeferino Vaz, para analisar o que os documentos oficiais, as correspondências e as notícias de jornal do período apontavam sobre o assunto. A partir desta pesquisa inicial, os caminhos para a definição do objeto de pesquisa foram se delineando.

Considera-se que o marco inicial legal das discussões sobre a Universidade Estadual de Campinas é a Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, que dispõe sobre a criação desta como unidade autárquica. No entanto, debates e necessidades da sociedade campineira anteriores a este ato legal desencadearam uma série de consequências que nos levaram aos dias atuais.

¹ A partir deste ponto, será tratado apenas como Arquivo Central/SIARQ.

A reivindicação da sociedade campineira versava sobre a criação de uma Faculdade de Medicina e remontava à década de 40, quando Luso Ventura, à época redator-chefe do jornal campineiro 'Correio Popular', escreveu artigos sobre a questão. Após a promulgação da Lei nº 161, de 24 de setembro de 1948, que dispõe sobre a criação de estabelecimentos de ensino superior em cidades do interior do Estado de São Paulo, o assunto ganhou certo destaque, pois Campinas havia sido contemplada com uma Faculdade de Direito que, não tendo gerado mobilização suficiente para sua efetiva instalação, foi substituída pela Faculdade de Medicina, através da Lei nº 2.154, de 30 de junho de 1953.

No entanto, tal medida ficou somente no papel. Por este e por outros motivos, surgiu-se a necessidade de criar o Conselho de Entidades de Campinas, em 1955, cuja atribuição era debater os problemas e interesses da cidade, visando soluções para os mesmos, e dentre eles figurava a questão da criação da Faculdade de Medicina. Mais uma vez, não houve resultado.

Em 25 de novembro de 1958, Jânio Quadros, então Governador do Estado de São Paulo, promulga a Lei nº 4.996, que recria a Faculdade de Medicina em Campinas. Gomes (2007) afirma que tal medida se deu para "acalmar os ânimos" dos campineiros, e Lima (1989) afirma que, na verdade, Quadros apenas retomou a ideia de difusão do ensino superior pelo interior do Estado. Seja qual for a verdade, essa lei também não saiu do papel.

Após mais uma tentativa sem sucesso, a sociedade campineira decidiu direcionar seus esforços e reivindicações para a instalação desta faculdade, uma vez que a mesma já estava criada legalmente. Desta forma, em 1960, Roberto Franco do Amaral, após assumir a Diretoria da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, colocou o assunto em pauta, determinando que a prioridade desta entidade fosse a questão envolvendo a Faculdade de Medicina. Sendo assim, em 1961, o Conselho de Entidades foi reativado, mobilizando diversos setores da sociedade e pressionando de diferentes maneiras o Governo.

Não tendo como ignorar a mobilização de Campinas, o então Governador Carvalho Pinto, ainda em 1961, nomeou um grupo de trabalho para estudar a criação de um núcleo universitário nesta cidade. O que sucedeu, a partir daí, foi a promulgação da Lei nº 7.655, em 28 de dezembro de 1962, criando a Universidade de Campinas como entidade autárquica. A Faculdade de Medicina, criada em 1953

e recriada em 1958, foi incorporada por esta lei, conforme se pode observar em seu Artigo 29:

Artigo 29 - Fica incorporada à Universidade de Campinas a Faculdade de Medicina criada pela Lei nº 4.996, de 25 de novembro de 1958.

§ 1.º - A organização dos cursos bem como a sua distribuição pela Faculdade e pelos Institutos de ensino da Universidade e o provimento das funções docentes e administrativas serão feitos nos termos desta lei.

§ 2.º - Terão início, em 1963, os cursos da Faculdade de Medicina mencionada neste artigo, os quais poderão ser ministrados, na forma desta lei, nos Institutos de Ensino.

Os problemas, no entanto, não se extinguíram com a promulgação desta lei. Com a incorporação da Faculdade de Medicina à Universidade de Campinas, o curso médico era o único em funcionamento, ainda que em instalações improvisadas.

Os poucos recursos destinados à Universidade eram, na verdade, direcionados à instalação da Faculdade de Medicina, evidenciando que as demais providências em relação à Lei nº 7.655 provavelmente não sairiam do papel. Somente em 1965 a Faculdade de Medicina foi efetivamente instalada. Supõe-se que a modernidade expectada para a estruturação da Universidade não havia sido adequadamente planejada e sistematizada, e um dos fatores que fortalecem essa suposição é o de que vigoraria o estatuto da Universidade de São Paulo até que a Universidade de Campinas constituísse o seu próprio, ou seja, havia uma contradição entre aspectos inovadores e ultrapassados inspirados em uma ou outra instituição já existente.

No entanto, antes mesmo da efetiva instalação da Faculdade de Medicina, o Conselho Estadual de Educação², através da Câmara de Ensino Superior, já estava atento à lentidão com que se dava a estruturação da Universidade de Campinas e, através de um parecer, sugere o encerramento desta instituição, alegando que sua existência era fictícia. Este parecer só foi revertido graças às pressões de diversas personalidades políticas e civis.

Em 1965, o Conselho Estadual de Educação instituiu uma comissão especial para verificar e monitorar as condições efetivas de instalação da Universidade. O

² Conselho Estadual de Educação (CEE): órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema educacional público e privado paulista. Cabe ao CEE orientar as instituições de ensino superior públicas do Estado, bem como credenciar seus cursos. Informações extraídas de seu próprio site, disponível em: <www.ceesp.sp.gov.br> (acesso em 29 jul. 2012).

parecer emitido sugeria que a Faculdade de Medicina se tornasse um instituto isolado de Ensino Superior e que a Universidade de Campinas tivesse o seu funcionamento negado. Outra comissão, no entanto, foi constituída para, baseando-se no parecer da primeira, opinar sobre o assunto. A nova comissão sugeria a criação de uma Comissão Organizadora, para planejar a instalação das unidades componentes da Universidade de Campinas.

Foi neste panorama que a pessoa de Zeferino Vaz entrou, definitivamente, em cena. Considerado “inimigo” do povo campineiro pela imprensa da cidade, desde os anos 50, por ter emitido uma opinião relacionada à instalação de novas escolas médicas no Estado que não beneficiava Campinas, acabou se tornando o Presidente da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, efetivando sua instalação e implantação.

A maioria dos trabalhos e documentos lidos e consultados por mim para a constituição deste trabalho ressalta a importância de Zeferino Vaz para a efetiva instalação e implantação da Unicamp e destaca os períodos que se seguiram à sua entrada na Universidade. No entanto, sua participação mais contundente e expressiva se dá a partir de 1965, quando integra a Comissão Organizadora mencionada anteriormente e, de fato, luta para que a Universidade saia do papel.

Embora os trabalhos contextualizem o leitor sobre os anos que precederam o envolvimento de Vaz nas questões referentes ao efetivo funcionamento da Unicamp, as entidades e personalidades que foram cruciais naquele momento, primeiramente na luta pela criação da Faculdade de Medicina e, posteriormente, pela sua instalação, atos que, de certa forma, contribuíram para a criação da Universidade, não são focalizadas e suas contribuições, algumas vezes, passam despercebidas.

Este trabalho, portanto, objetivou estudar os fatos que antecederam o ato legal de 1962, sendo ele a Lei nº 7.655, que constituiu a Universidade de Campinas como entidade autárquica, dando visibilidade, sobretudo, aos que lutaram para que o Ensino Superior adentrasse e se estabelecesse em Campinas.

Para tanto, busquei: 1) entender de que forma o processo de interiorização do Ensino Superior no Estado de São Paulo suscitou toda a mobilização para que Campinas possuísse uma Faculdade de Medicina, resultando, inclusive, na substituição da Faculdade de Direito, criada neste contexto através da Lei nº 161/1948; 2) identificar as entidades e personalidades que lutaram para que a Faculdade de Medicina deixasse o âmbito do discurso e pudesse se tornar

realidade; 3) identificar as entidades e personalidades que contribuíram para que a Universidade de Campinas fosse, de fato, instalada e implantada; e 4) traçar um panorama histórico sobre os anos que antecederam a criação da Universidade de Campinas.

Para a constituição deste trabalho, a investigação se deu no campo da História da Educação, portanto, foi realizada uma pesquisa histórica com base na documentação custodiada pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, sobretudo no que se refere aos documentos relacionados à mobilização da sociedade civil campineira em prol de seus interesses, no caso a criação e instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas.

Esta metodologia, neste trabalho, justifica-se pelo fato de que

A pesquisa histórica é um trabalho de pensamento que também experimentamos como ação e afeto. Desejar compreender as trajetórias de outros sujeitos, procurando romper com o processo de estereotipagem presente na Historiografia da Educação Brasileira, é o ato inaugural que nos impele a verificar que o desejo que encontrou nos outros a oportunidade de manifestar-se em obras é, em nós, o móvel do esforço que nos leva a passar horas consultando arquivos ou a permanecer debruçados sobre uma mesa copiando informações, criando e recriando ideias. Este desejo, que encontra em nós a sua origem, movimenta-se na direção dos sujeitos e das coisas habitadas pela história. (NUNES, p.37)

O objetivo deste trabalho foi, de fato, compreender as trajetórias de outros sujeitos, no caso, as entidades e personalidades envolvidas nas reivindicações pela instalação de uma escola médica na cidade, antes da criação da Universidade de Campinas, em 1962. Esta pesquisa, por outro lado, nos proporciona a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre o passado desta instituição, mas não só isso, pois a reconstrução deste passado possibilita, além do conhecimento de suas raízes, que nos situemos, em tempo presente, no movimento histórico, reconhecendo a importância da Unicamp para a História da Educação no Brasil.

Embora esse tema (história da Unicamp) não seja propriamente inovador, “(...) a originalidade não se reporta apenas a temas inéditos e ou períodos descobertos pela pesquisa, mas também às novas relações que podem ser estabelecidas na revisão de temas ou períodos já trabalhados” (NUNES, p.38). É o que pretendeu, portanto, este trabalho: buscar novas relações/informações que complementem o arcabouço de referências que tratam deste assunto.

No primeiro capítulo, descrevo os conjuntos documentais custodiados pelo Arquivo Central/SIARQ, referentes às personalidades e entidades que contribuíram para a criação e instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas, e também das personalidades e entidades cruciais para a instalação e implantação da Unicamp. Também descrevo os caminhos que trilhei para chegar até seus nomes.

No segundo capítulo, abordo as duas primeiras fases da campanha em prol da criação de uma escola médica em Campinas, destacando-se os aspectos políticos e sociais dessa luta.

No terceiro capítulo, descrevo a terceira e última fase da campanha, nomeada “Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina”, organizada pelo Conselho de Entidades de Campinas nos anos de 1961 e 1962. Também discuto brevemente a questão da criação e instalação da Universidade de Campinas que, criada ao final de 1962, demorou para se consolidar.

Capítulo 01

Os conjuntos documentais do Arquivo Central/SIARQ para os anos anteriores à criação da Universidade

A análise da documentação custodiada pelo Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp possibilitou o contato com os documentos legais de criação e instalação da Universidade, correspondências trocadas no período de 1962 a 1965, notícias de jornais referentes ao mesmo período e pareceres do Conselho Estadual de Educação. Por outro lado, também permitiu o contato com os documentos referentes a períodos anteriores, desde as primeiras notícias publicadas em prol da instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas. As informações obtidas neste estudo definiram a elaboração de uma “linha do tempo”, a partir da qual a sequência de eventos relacionada à criação e início da instalação da Unicamp foi tomando forma. Paralelamente, as conclusões de pesquisa de Gomes (2007), Lima (1989) e Meneghel (1994), trouxeram duas perspectivas de abordagem do tema: permitiram compreender o momento de interiorização do Ensino Superior no Estado de São Paulo, e possibilitaram o (re)conhecimento da importância da mobilização da sociedade civil para a conquista, em primeiro lugar, da Faculdade de Medicina e, posteriormente, da Universidade de Campinas.

Nesse sentido, o contato com a documentação histórica e com os demais textos citados permitiu a seleção de entidades e personalidades que, sob o meu ponto de vista, foram cruciais para que: 1) a Faculdade de Medicina finalmente saísse do papel; 2) para que a Universidade de Campinas fosse, de fato, instalada e implantada. A seleção, além de orientada pelas leituras realizadas ao longo da elaboração do projeto de pesquisa referente a este trabalho, também foi feita com base nos conjuntos documentais disponíveis no acervo do Arquivo Central/SIARQ. Para o primeiro tópico, foi selecionado o Conselho de Entidades de Campinas e Antonio Augusto de Almeida (também selecionado para o segundo tópico). Para o segundo tópico, destacam-se André Tosello, Comissão Organizadora da Universidade de Campinas (COUEC), Conselho Curador da Universidade de Campinas, Fausto Castilho, Friedrich Gustav Brieger, Giuseppe Cilento, José Aristodemo Pinotti, José Fonseca Valverde, Marcello Damy de Souza Santos, Paulo Gomes Romeo, Rubens Murillo Marques e Walter August Hadler.

Os conjuntos documentais das entidades e personalidades mencionadas no parágrafo anterior totalizam catorze, e serão brevemente apresentados a seguir, em ordem alfabética³.

1.1 A apresentação dos conjuntos documentais

O primeiro conjunto documental consultado é de André Tosello. Em 1966, Tosello foi convidado por Zeferino Vaz para projetar e implantar a primeira Faculdade de Tecnologia de Alimentos da América Latina. Sua trajetória na Unicamp inicia-se a partir deste fato. Seu conjunto documental compõe uma coleção⁴ de natureza institucional⁵, e data de 1969 a 1982. É composta pelo seu processo de vida funcional, a partir do qual podemos consultar sua produção científica.

O segundo conjunto documental apresentado é de Antonio Augusto de Almeida. No que diz respeito à Unicamp, Almeida foi contratado para assumir a cadeira de Professor de Oftalmologia junto à Faculdade de Medicina, em 1963, da qual foi seu primeiro diretor. Participou da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina, organizada pelo Conselho de Entidades de Campinas nos anos de 1961 e 1962 e da Comissão Organizadora da Universidade, junto com Zeferino Vaz e Paulo Gomes Romeo. Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza privada⁶ e data de 1926 a 1975. Esta Coleção foi doada ao Arquivo Central/SIARQ por seus familiares, em 1991, e foi dividida em duas séries⁷, sendo elas: Vida

³ As descrições contidas neste capítulo foram extraídas através do PESQUISARQH - Sistema de Arquivos Históricos, disponível em: <www.unicamp.br/sahu/index.html> (acesso em 29 jul. 2012).

⁴ De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, Coleção é uma *reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum* (BELLOTTO; CAMARGO (orgs.), 1996, p.17).

⁵ A classificação “natureza institucional” é atribuída aos fundos/coleções “*gerados pela Unicamp, enquanto instituição, ou ainda conjuntos de documentos originários de outras instituições públicas e custodiados pelos Arquivos e Centros de Documentação da Unicamp*”. (UNICAMP, 2006, p.23)

⁶ A classificação “natureza privada” é atribuída aos fundos/coleções pessoais, de “*instituições e/ou entidades de direito privado, como arquivos de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado*”. (UNICAMP, 2006, p.23)

⁷ Série é uma *seqüência de unidades de um mesmo tipo documental* (BELLOTTO; CAMARGO (orgs.), 1996, p.69). Tipo Documental é a *configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou* (BELLOTTO; CAMARGO (orgs.), 1996, p.74) e Espécie Documental é a *configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas* (BELLOTTO; CAMARGO (orgs.), 1996, p.34).

Pessoal e Produção Científica. Contém documentos provenientes de homenagens recebidas, objetos pessoais e fotografias, documentos de caráter científico, documentos acumulados enquanto membro do Conselho de Entidades de Campinas e Diretor da Faculdade de Ciências Médicas. Há um catálogo disponível no site do Sistema de Arquivos da Unicamp, utilizado como instrumento de pesquisa⁸.

O terceiro conjunto documental consultado é o da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas (COUEC). Esta Comissão foi criada pelo Decreto Estadual nº 45.220, em 09 de setembro de 1965, e se subordinava ao Conselho Estadual de Educação. Tinha a finalidade de prosseguir com a instalação da Faculdade de Medicina, além de estudar e planejar a instalação das demais unidades previstas para compor a Universidade. Era composta por Zeferino Vaz, Antonio Augusto de Almeida e Paulo Gomes Romeo. Seu conjunto documental compõe um fundo⁹ de natureza institucional e data de 1965 a 1966. Contém atos de constituição e atos administrativos, correspondências, relatórios, notícias de jornais e fotografias. O Fundo está dividido por grupos e a ordenação principal dos documentos é cronológica. Há um catálogo disponível no site do Sistema de Arquivos da Unicamp, utilizado como instrumento de pesquisa¹⁰.

O quarto conjunto documental apresentado é do Conselho Curador da Universidade de Campinas (CC). Este Conselho foi previsto pela Lei nº 7.655/62 e deveria funcionar até a formação do primeiro Conselho Universitário. Foi substituído, através da Lei nº 9.715, de 30 de janeiro de 1967, pelo Conselho Diretor. Este, por sua vez, também só funcionaria até a composição do Conselho Universitário. Era o órgão deliberativo da Universidade e, dentre suas competências, destacava-se: exercer a jurisdição superior da Universidade, traçar sua política geral e fiscalizar sua execução, além de fiscalizar também sua execução orçamentária e deliberar sobre a prestação de contas ao Reitor. Seu conjunto documental compõe um fundo de natureza institucional e data de 1963 a 1965. Contém livros de atas de reuniões e atos administrativos.

⁸ Disponível em:

<http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/catalogos/catalogo_aaa.pdf>
(acesso em 29 jul. 2012).

⁹ De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, Fundo é uma “*unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente, passa a conviver com arquivos de outras*” (BELLOTTO; CAMARGO (orgs.), 1996, p.40).

¹⁰ Disponível em:

<http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/catalogos/catalogo_couec.pdf>
(acesso em 29 jul. 2012).

O quinto conjunto documental consultado é o do Conselho de Entidades de Campinas (CEC). Inicialmente, este Conselho foi fundado em 1955 e tinha a função de debater problemas e necessidades da sociedade campineira, dentre eles o impasse para a instalação da Faculdade de Medicina. Em 1961, o Conselho foi reativado e a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina se estruturou e ganhou força, culminando na criação da Universidade de Campinas no final de 1962. Seu conjunto documental compõe um fundo de natureza institucional e data de 1951 a 1962. Contém correspondências, notícias de jornais dos principais fatos que subsidiaram a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina e logotipo da Campanha, além de relatórios dos grupos de trabalho. O Fundo está dividido em três partes, sendo elas: 1ª parte - Campanha do Conselho de Entidades de Campinas; 2ª parte - A Campanha na Imprensa e a 3ª parte - Correspondências de apoio. Há um catálogo disponível no site do Sistema de Arquivos da Unicamp, utilizado como instrumento de pesquisa¹¹. Sobre este assunto há ainda um CD intitulado "Memórias da Unicamp 1950 - 1966", datado de 1998 e produzido pela equipe do Arquivo Central/SIARQ, que contém edição de documentos sobre a origem da Unicamp: campanhas, entrevistas e leis, fase de instalação e construção da Universidade.

O sexto conjunto documental apresentado é de Fausto Castilho. A trajetória de Castilho na Unicamp iniciou-se em 1967, quando foi contratado como Professor, tornando-se responsável pela implantação do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES) e pelo primeiro curso básico de Planejamento Econômico. Além disso, foi um dos responsáveis pela criação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data a partir de 1967 (atualmente, o fundo encontra-se aberto, visto que o docente ainda permanece em atividade). Contém seu processo de vida funcional com documentos curriculares e artigos decorrentes de sua produção científica. Dentro da Coleção há uma série intitulada "Produção Científica", composta por seus artigos publicados em periódicos, tese de livre docência, entre outros documentos.

¹¹ Disponível em:
<http://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/pesquisa/catalogos/catalogo_cec.pdf>
(acesso em 29 jul. 2012).

O sétimo conjunto documental consultado é de Friedrich Gustav Brieger. Em 1968, Brieger chegou à Unicamp como Professor do Departamento de Genética Médica do Instituto de Biologia (IB). Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data de 1968 a toda a década de 70 (o ano limite final é desconhecido, mas sabe-se que se refere à década de 70, portanto, a descrição da Coleção a abrange em sua totalidade). Contém seu processo de vida funcional. Dentro da Coleção há uma série intitulada "Produção Científica", composta por suas principais contribuições acadêmicas (juntadas em processo).

O oitavo conjunto documental apresentado é de Giuseppe Cilento. Em 1967, Cilento chega à Unicamp, logo sendo designado por Zeferino Vaz para coordenar o Departamento de Química e, posteriormente, designado Coordenador do Instituto de Química (IQ). Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data de 1967 a 1978. Contém depoimentos e seu processo de designação como Coordenador do Instituto de Química.

O nono conjunto documental consultado é de José Aristodemo Pinotti. Em 1966, Pinotti chegou à Unicamp contratado como Instrutor junto ao Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Ciências Médicas. Foi responsável por inúmeros projetos ligados à área da Saúde, dentre os quais se destaca a implantação do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM). Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data de 1966 a 1987. Contém seu processo de vida funcional e anexos (comprovantes curriculares compostos de artigos científicos, teses defendidas, programas de disciplinas, programas e certificados de participação em cursos e seminários, planos de ensino de Ciências da Saúde em redes de serviço e demais documentos). Dentro da Coleção há uma série intitulada "Produção Científica", da qual fazem parte projetos, anteprojetos, artigos publicados e apresentados em congresso, resumos, entre outros.

O décimo conjunto documental apresentado é de José Fonseca Valverde. Em 1967, Valverde foi contratado pela Unicamp como Professor no Instituto de Física. Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data de 1967 a 1969. Contém seu processo de contratação.

O décimo primeiro conjunto documental consultado é de Marcello Damy de Souza Santos. Damy foi contratado oficialmente pela Unicamp em 1969, sendo designado para assumir as funções de Diretor do Instituto de Física com o intuito de

coordenar a sua organização. Em 1970, foi contratado como Professor Titular. Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data de 1967 a 1972. Contém seu processo de vida funcional, a partir do qual se pode observar seu plano de pesquisa, relatório de atividades (1970-1972) sobre a instalação do Instituto de Física na Cidade Universitária e a lista de suas publicações científicas.

O décimo segundo conjunto documental apresentado é de Paulo Gomes Romeo. Entre os anos de 1965 e 1966, Romeo foi membro da Comissão Organizadora da Unicamp. Em 1969, foi contratado como Professor Colaborador. Foi Coordenador-Geral da Unicamp entre os anos de 1966 a 1978 e Coordenador-Geral dos Institutos da Unicamp em 1977. Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data a partir de 1969 (sua coleção encontra-se aberta). Contém seu processo de vida funcional e entrevistas com depoimentos.

O décimo terceiro conjunto documental consultado é de Rubens Murillo Marques. Em 1966, Marques chegou à Unicamp contratado como Professor da Faculdade de Ciências Médicas. Em 1967 foi designado, como Coordenador, para implantar o Instituto de Matemática e Estatística, assumindo, posteriormente, o cargo de Diretor. Foi o responsável pela implantação do primeiro curso de Bacharelado em Ciência da Computação no Brasil. Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data de 1968 a 1989. Contém depoimentos e seu processo de vida funcional, a partir do qual podemos observar seus memoriais, além dos comprovantes curriculares (certificados, relatórios de atividades, correspondências, etc.).

O décimo quarto conjunto documental apresentado é de Walter August Hadler. Em 1963, Hadler chegou à Unicamp contratado como Professor Titular e designado a criar e dirigir o Departamento de Histologia e Embriologia da Faculdade de Ciências Médicas. Foi o primeiro professor contratado da Universidade. Seu conjunto documental compõe uma coleção de natureza institucional e data de 1963 a 1992. Contém depoimentos e seu processo de vida funcional, a partir do qual se pode observar alguns roteiros de suas aulas práticas, relatórios do então Departamento de Histologia e Embriologia do Instituto de Morfologia, datados de 1963 a 1992, e o seu Memorial, publicado em 1988.

1.2 Arquivo, Memória e Instituição

Cada uma dessas personalidades e entidades tiveram o seu papel na história da Universidade de Campinas, mesmo que esta não tenha sido a reivindicação da sociedade campineira na década de 50: o Conselho de Entidades, encabeçando a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina; a Comissão Organizadora da Universidade, tomando as primeiras providências para que a instituição se constituísse e se consolidasse; o Conselho Curador da Universidade de Campinas, órgão deliberativo vigente nos anos iniciais desta; e os professores/pesquisadores, que ajudaram a criar, implantar e administrar cursos, institutos e faculdades, contribuindo para a instalação e efetiva implantação da Unicamp.

Nem todos os conjuntos documentais apresentados neste capítulo foram efetivamente estudados durante a elaboração deste trabalho, pois determinadas entidades e personalidades só iniciaram a sua participação na história da Unicamp num período posterior ao abordado. A pesquisa se deteve, sobretudo, no Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Completa o Fundo pesquisado o Fundo Gabinete do Reitor I (GR/I), principalmente no que diz respeito aos documentos referentes à criação e instalação da Unicamp, e a Coleção Antonio Francisco Bastos. Os documentos constantes desta Coleção estavam em posse do Dr. Antonio Francisco Bastos, Professor Assistente da disciplina de Dermatologia do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, de 1975 a 1979. O acervo foi doado ao Arquivo Central/SIARQ por intermédio da Dra. Sofia Helena Valente de Lemos Marini, atualmente funcionária do Hospital de Clínicas da Unicamp (Pediatria), em 2003, ano da comemoração dos 40 anos da referida Faculdade.

Sendo o objetivo deste trabalho o estudo sobre os fatos que antecederam a criação da Universidade de Campinas e compreender a trajetória das personalidades e entidades envolvidas na luta pela instalação de uma escola médica na cidade, o próximo capítulo estuda as primeiras iniciativas por parte da imprensa e de figuras políticas e representativas da sociedade campineira pela instalação de uma instituição de Ensino Superior na cidade. Para tanto, foi consultado, principalmente, o Fundo Conselho de Entidades de Campinas, sobretudo as reportagens que o compõe.

Da mesma forma, no terceiro capítulo o foco é para a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina, organizada pelo Conselho de Entidades de Campinas nos anos 1961 e 1962. A principal fonte para a composição do capítulo foi o dossiê “Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas”, compilado pelo próprio Conselho de Entidades, cujos principais documentos são notícias de jornal relacionadas à Campanha.

Durante a escrita do trabalho, buscou-se a compreensão da movimentação da sociedade civil em prol de seus interesses que, naquele momento, seriam a criação e instalação de uma escola médica na cidade. Os principais documentos consultados foram reportagens, ou seja, temos, majoritariamente, uma história contada pela imprensa. Embora os documentos sejam parte integrante do acervo do Arquivo Central/SIARQ, ali guardados justamente para preservar a memória da instituição, e apesar do trabalho citar uma quantidade considerável de jornais, inclusive de diferentes cidades, trazendo ora uma visão, ora outra, a imprensa, muitas vezes, toma partido das situações que mais lhe convirem, portanto, os relatos aqui mencionados são apenas uma versão da história da criação da Unicamp, passível de revisão ou complemento.

Capítulo 02

As frentes de reivindicação por uma Faculdade de Medicina em Campinas

A documentação que compõe o Fundo Conselho de Entidades de Campinas refere-se, principalmente, à sua participação na Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina. Foi dividida pela equipe do Arquivo Central/SIARQ em três partes, mencionadas no capítulo anterior quando da descrição dos conjuntos documentais pesquisados, sendo elas: 1ª parte – Campanha do Conselho de Entidades de Campinas (será descrita no próximo parágrafo); 2ª parte – A Campanha na Imprensa (trata-se de notícias de jornais que visam complementar a primeira parte da documentação); e 3ª parte – Correspondências de Apoio (compilação de cartas de apoio de diversas entidades que eram enviadas ao então Governador Carvalho Pinto, com cópia para o Conselho de Entidades).

A Campanha, especificamente nos anos de 1961 e 1962, foi organizada por Roberto Franco do Amaral e Ruy Rodrigues. A documentação gerada a partir dela foi compilada por Ary de Arruda Veiga, resultando no dossiê intitulado “Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas”. Este material foi entregue à Unicamp para que o mesmo pudesse se tornar objeto de consulta e pesquisa. Foi dividido pelos próprios organizadores em sete partes, sendo elas: Introdução; A Campanha; A Política; O Prédio; Apoio dos Estudantes e do Esporte; Apoio do Legislativo e Apoio da Imprensa, Rádio e TV. Conforme já mencionado, há um CD produzido pela equipe do Arquivo Central/SIARQ que contém edição de documentos referentes a esta Campanha, intitulado “Memórias da Unicamp 1950-1966”. Os documentos citados que foram consultados diretamente desta mídia serão identificados oportunamente.

Inicialmente, contextualizo o surgimento do Conselho de Entidades de Campinas, tendo em vista que a compreensão do contexto ao qual ele está inserido é central para o entendimento da mobilização da sociedade civil no sentido de se conseguir o seu intento: primeiramente a criação e, posteriormente, a instalação da Faculdade de Medicina.

Fundado em 1955, o Conselho de Entidades de Campinas era composto por diversos setores da sociedade campineira (cultural, de serviço e de classe) e tinha o intuito de discutir assuntos de interesse da comunidade, bem como providenciar que

as decisões tomadas em suas reuniões fossem concretizadas. Logo no início de sua existência, uma das pautas foi, justamente, a instalação da Faculdade de Medicina, já criada através da Lei nº 2.154, de 30 de junho de 1953. A partir deste momento, engajou-se em campanha favorável à sua instalação. Campanha, inclusive, já iniciada anos antes com Luso Ventura, àquela época redator-chefe do Jornal 'Correio Popular'.

Através das pesquisas no acervo do Arquivo Central/SIARQ, é possível supor que esse movimento de luta e reivindicação teve os seus momentos de maior ou menor participação da comunidade. Dentre o material consultado e pesquisado, constam poucas notícias de 1956, 1958 e 1960 e nenhuma reportagem de 1957. A maioria das notícias data de 1959 e 1961.

As discussões sobre a criação de uma escola médica em Campinas remontam à década de 40. Setores da sociedade campineira, já nessa época, ansiavam por ela, tal como podemos observar a partir da colocação de Gomes (2007, p.27):

A campanha na imprensa pela instalação dessa escola começou em 1946 através de um artigo do jornalista Luso Ventura, então editor-chefe do *Correio Popular*. [...] Luso, poeta à antiga e polemista apaixonado, já havia escrito mais de 200 artigos sobre o assunto, primeiro no *Correio Popular*, depois no *Diário do Povo*. Seus argumentos traduziam o anseio dos médicos da cidade e das famílias que tinham filhos cursando escolas de medicina em outros centros.

O processo de interiorização do Ensino Superior no Estado de São Paulo, levado a cabo, sobretudo, para amenizar os problemas decorrentes da falta de vaga nas instituições já existentes, contemplou Campinas com uma Faculdade de Direito, criada pela Lei nº 161, de 24 de setembro de 1948¹². Porém, não reivindicada ou não tendo exercido pressão suficiente para sua implantação, acabou não saindo do papel. Anos mais tarde, um projeto de lei de autoria do então deputado estadual Ruy de Almeida Barbosa, propunha a substituição daquela faculdade pela Faculdade de Medicina. Aprovado, transformou-se na Lei nº 2.154/1953. No entanto, não houve qualquer providência por parte do Governo Estadual para que essa lei fosse colocada em prática.

¹² Esta lei contemplou também São Carlos, com uma Faculdade de Engenharia; Bauru e Taubaté, com Faculdades Farmácia e Odontologia; Ribeirão Preto, com uma Faculdade de Medicina; e Limeira, com uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

É neste sentido que Meneghel (1994, p.92) afirma que, a lei não tendo surtido o efeito necessário e esperado, “o debate sobre a criação de um curso médico na cidade só foi reaberto em 1958 quando o então governador Jânio Quadros, pela lei nº 4.996 de 25 de novembro [...] criou uma Faculdade de Medicina em Botucatu e ratificou a de Campinas”.

No entanto, como se verá adiante, as discussões sobre a instalação da Faculdade de Medicina continuaram em pauta na imprensa. O próprio Conselho de Entidades, criado em 1955, participou dos debates e auxiliou nas atividades desenvolvidas nos anos subsequentes à promulgação da lei nº 2.154/1953.

Embora o Governo estadual tenha se mantido por muito tempo numa posição cautelosa, sua primeira movimentação no sentido de dar mais atenção às reivindicações campineiras, conforme documentos pesquisados, não foi a promulgação da Lei nº 4.996/1958, mas sim a criação de uma Comissão, em maio deste mesmo ano, para vir à Campinas escutar a opinião de seus representantes sobre a instalação de um estabelecimento de ensino superior na cidade. Tal assunto será abordado mais detalhadamente nos próximos parágrafos.

De volta às discussões ocorridas na imprensa, Zeferino Vaz, uma das personalidades mais influentes do meio acadêmico de então, havia, por meio de declarações que serão apontadas mais adiante, se manifestado a favor de uma nova escola de medicina no interior do Estado de São Paulo, no entanto, suas recomendações não colocavam Campinas como melhor opção. A imprensa local não tardou a considerá-lo contrário às pretensões campineiras e inimigo da cidade.

A primeira notícia de jornal selecionada expressa justamente a indignação dos campineiros diante desta situação. As reportagens lidas e estudadas para a composição deste trabalho indicam certo desapontamento e frustração concentrados em Zeferino Vaz que, como poderá ser observado adiante, passou a ser alvo de várias críticas veiculadas na imprensa. O texto será apresentado em seus detalhes, para que seja possível visualizar um dos motivos pelos quais ele foi considerado *persona non grata*, nomenclatura utilizada, principalmente, em Gomes (2007).

A notícia em questão, publicada no jornal ‘Correio Popular’ no dia 06 de março de 1956, p.2, foi escrita por Paulo Mangabeira Albernaz, Professor de Clínica Otorrinolaringológica da Escola Paulista de Medicina, e intitula-se “O Prof. Vaz e a

nossa Faculdade de Medicina”¹³. Neste documento, Albernaz rebate os argumentos de Zeferino Vaz que, segundo ele, eram contrários à instalação da Faculdade de Medicina em Campinas. Dentre os apontamentos, Vaz afirma que o Estado de São Paulo realmente necessitava de outra escola médica, porém, em cidade oposta a Ribeirão Preto e distante o suficiente da Capital, para que os professores não exercessem suas atividades didáticas “*de olho no relógio*”, uma vez que, para ele, as atividades acadêmicas deveriam ser consideradas finalidades de vida. Menciona também que a criação de uma Faculdade de Medicina suficientemente afastada possibilitaria a formação de centros culturais, atraindo estudantes acostumados à vida do Interior (a falta de médicos nas zonas rurais estaria, portanto, solucionada). Seguindo a mesma linha, aponta ainda que era preciso devolver às zonas rurais parte das riquezas que elas mesmas produziam.

Em resposta, Albernaz afirma que Portugal e França possuíam grandes centros universitários, todos em cidades vizinhas, portanto, o argumento de que a Faculdade de Medicina precisava ser afastada de Ribeirão Preto e de São Paulo era fraco. Da mesma forma, diz que se os professores não cumpriam o horário, é porque as instituições assim o permitiam, uma vez que havia contratos ou leis que possibilitassem a obrigatoriedade desse cumprimento. Ele ainda questiona: de que forma a criação de uma faculdade em uma cidade afastada resolveria o problema médico da zona rural ou das cidades mais distantes? Em sua opinião, ela precisaria ser criada em centros capazes de a sustentarem, não para atrair alunos, mas sim para atender público já existente. Menciona ainda que os estudantes estariam se afastando para estudar Engenharia e Medicina porque, além de não existir vaga suficiente, havia também outros locais mais atrativos com oportunidades de estudo. Tendo em vista que muitos desses jovens que saíam do Estado não mais voltavam, São Paulo arcava com prejuízos econômicos e “*evasão de valores*”, nas palavras do próprio Albernaz.

Em termos gerais, aponta que Campinas possuía excelentes condições para sediar, inclusive, uma Universidade, e que a resistência por parte de Zeferino Vaz se devia ao fato de que a instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas viria a prejudicar, em termos de concorrência e, talvez, investimentos, a Faculdade de

¹³ Notícia reproduzida no jornal “A Gazeta”, em 10/03/1956. Referência completa: ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. Campinas e a Faculdade de Medicina. **A Gazeta**, São Paulo, p.4, 10 mar.1956 [notícia de jornal constante do Arquivo Central/SIARQ, Fundo Conselho de Entidades de Campinas].

Medicina de Ribeirão Preto, da qual era Diretor, já que Campinas era um dos maiores centros médicos do país.

A outra notícia, escrita por Cataldo Bove em 1956, porém sem indicação do jornal da qual foi retirada, intitula-se “Faculdade de Medicina - Decepção dos Campineiros”. Basicamente, a notícia informa que os planos de instalação da Faculdade de Medicina em Campinas foram arquivados pelo então Governador Jânio Quadros, devido à impossibilidade, naquele momento, de executá-los. Em contrapartida, informa que Botucatu caminhava positivamente no sentido de ver sua Faculdade de Medicina instalada em breve (apesar de ainda não ter sido criada legalmente), contando com o apoio de Zeferino Vaz.

Tal notícia contribuiu ainda mais para que Campinas se sentisse desprestigiada e injustiçada. Porém, apesar da “confusão” e do “balde de água fria”, decidiu-se contornar as opiniões contrárias de Zeferino Vaz e demais entraves, para continuar a luta pela instalação de sua escola médica, uma vez que ela já estava criada por lei.

Embora quase não haja, no Fundo Conselho de Entidades de Campinas, referências sobre a mobilização dos interessados, verificou-se que o Governo Estadual só manifestou algum tipo de posicionamento ao criar uma Comissão, em 1958, para coletar opiniões dos campineiros em relação à instalação de um instituto de Ensino Superior na cidade. A notícia selecionada para ilustrar este momento, que será apresentada mais detalhadamente nos próximos parágrafos, foi publicada no jornal ‘Correio Popular’, em 24 de maio de 1958, p.1, e intitula-se “Instalação de Faculdade de Medicina - Reivindicação Unânime de Campinas aos Membros do Conselho Universitário”.

A Comissão, segundo o jornal, foi nomeada pelo então Governador Jânio Quadros através da Resolução nº 940, de 04 de maio de 1958, e era composta pelos Professores Zeferino Vaz, Diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Francisco Maffei, Diretor da Escola Politécnica de São Paulo; e Paulo Sawaya, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP. Na ocasião, chegaram à cidade para participar de uma reunião, ocorrida em 23 de maio de 1958, no Salão Nobre da Universidade Católica de Campinas. Além dos membros integrantes da Comissão, representantes da sociedade campineira também estavam presentes, dentre eles os já citados Luso Ventura e Paulo Mangabeira Albernaz, assim como o deputado estadual Marcondes Filho, Dr. Antonio Augusto de Almeida

(representando o Instituto Penido Burnier) e Mons. Dr. Emílio José Salim (Reitor da Universidade Católica de Campinas)¹⁴.

Resumindo a notícia, Zeferino Vaz apresentou uma proposta para a criação de uma Escola Politécnica na cidade, *“dada a circunstância de ser o Estado líder da União e que possui um grande parque industrial”*. Consultada sobre o assunto, a maioria presente se manifestou favorável à instalação de uma Faculdade de Medicina, embora tenha havido opinião favorável à Escola Politécnica. Em determinado momento, Mons. Dr. Emílio José Salim afirmou que era intenção da Universidade Católica de Campinas reivindicar a instalação de uma Escola Politécnica, desde que houvesse auxílio por parte do Governo. Após alguns debates, quase ao final da notícia, *“[...] o prof. Zeferino Vaz afirmou que neste caso a Escola Politécnica viria para a Universidade Católica de Campinas, nada mais restando senão tratar agora da instalação da faculdade de medicina [...]”* (CORREIO POPULAR, 24 maio 1958, p.1).

Conforme a notícia deixa ver, Campinas havia dado um passo importantíssimo no sentido de ver a tão solicitada Faculdade de Medicina instalada, afinal, um dos maiores críticos, Zeferino Vaz, havia concordado em enviar parecer favorável, em nome da Comissão, a Jânio Quadros.

O que vem a seguir, ao que tudo indica, é fruto deste parecer: o Governador sanciona a Lei nº 4.996, em 25 de novembro de 1958, recriando a Faculdade de Medicina em Campinas. No entanto, no mesmo dia sanciona também a lei que criava uma Faculdade de Medicina nos mesmos moldes na cidade de Botucatu (Lei nº 4.991/1958). Em janeiro de 1959, também eram agraciadas as cidades de Catanduva (Lei nº 5.234/1959) e São José do Rio Preto (Lei nº 5.274/1959)¹⁵.

A próxima informação, obtida através das pesquisas, foi que figuras representativas da sociedade campineira reuniram-se com o Governador Carvalho Pinto (em maio de 1959) para reclamar a instalação da Faculdade de Medicina na cidade. Ao ler as reportagens, entende-se que, naquele momento, não sabiam que uma Comissão presidida por Zeferino Vaz, diferente daquela criada por Jânio

¹⁴ Também estavam presentes: Dr. Carlos Foot Guimarães (Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas); General Betim Paes Leme (representando a Diretoria da Santa Casa de Misericórdia); Dr. João Gumercindo Guimarães (Diretor da Faculdade de Odontologia de Campinas); Prof. Mário Giannini (Secretário da Educação e Cultura da Municipalidade); Eng. Júlio Ribeiro de Menezes (Chefe da Seção dos Serviços de Utilidade Pública). (CORREIO POPULAR, 24 maio 1958)

¹⁵ Ver GOMES, 2007, p.29.

Quadros no ano anterior, havia optado pelo funcionamento de uma escola médica em Botucatu em detrimento das outras três cidades citadas no parágrafo anterior (CORREIO POPULAR, 07 maio 1959; CORREIO POPULAR, 09 maio 1959).

Divergências em relação ao nome do Governador que criou a referida Comissão (Jânio Quadros ou Carvalho Pinto)¹⁶ fizeram com que fosse necessário analisar um novo conjunto documental do Arquivo Central/SIARQ: a Coleção Antonio Francisco Bastos¹⁷. Além disso, algumas lacunas precisavam ser preenchidas, portanto, novas reportagens foram selecionadas, possibilitando a reconstrução da história e o levantamento de elementos significativos para a compreensão do movimento reivindicatório levantado por figuras representativas da sociedade campineira.

As novas pesquisas possibilitaram o entendimento de que a campanha pela instalação da Faculdade de Medicina em Campinas passou por três fases distintas¹⁸, todas elas relacionadas entre si. Portanto, para a compreensão do movimento reivindicatório em sua totalidade, optei por uma abordagem que o englobe desde as primeiras notícias constantes da Coleção Antonio Francisco Bastos. Assim, inicialmente descrevo a primeira fase da Campanha, para depois retomar o estudo da segunda fase. O que aqui se entende por terceira fase será tratado no último capítulo.

2.1 A cobertura política na imprensa como forma de pressão: a primeira fase da Campanha (1951 - 1953)

Embora haja informações de que a campanha pela instalação da Faculdade de Medicina em Campinas se iniciou em 1946, a partir de inúmeros artigos publicados por Luso Ventura no “Correio Popular”, notícias de jornal da Coleção

¹⁶ Ao ler a obra de GOMES, 2007, mais precisamente na página 29, encontramos a informação de que esta Comissão havia sido criada por Jânio Quadros, em seu mandato como Governador, no entanto, como se verá adiante, através das notícias de jornal do período, a Comissão foi criada por Carvalho Pinto, em 1959, durante seu mandato como Governador do Estado.

¹⁷ Vide Capítulo 01.

¹⁸ Optei pela denominação “fases” para cada período da luta campineira por uma Faculdade de Medicina na cidade, no entanto, as referências consultadas divergem quanto ao assunto. Algumas mencionam as “fases anteriores da Campanha”, e ainda outras citam as “campanhas anteriores”. Desta forma, essa divisão em fases não é oficial.

Antonio Francisco Bastos informam que ela começou em 1948, incitada pela promulgação da Lei nº 161/1948, já citada neste capítulo. A primeira notícia obtida, no entanto, data de 1951 e é a partir dela e deste ano que abordo a Campanha.

O texto foi publicado no 'Correio Popular' em 05 de junho de 1951 e intitula-se "Campinas possui recursos inigualáveis para a instalação de uma Faculdade de Medicina". A notícia conta em detalhes sobre a visita que o então Governador Lucas Nogueira Garcez fez à cidade, para participar da cerimônia de posse do Diretório do Partido Social Progressista. Dentre os discursos proferidos e transcritos pelo jornal, destaca-se a fala do então Prefeito Municipal de Campinas, Miguel Vicente Cury. Ele se valeu de sua oportunidade de discursar e solicitou ao Governador a instalação de uma Faculdade de Medicina, ressaltando que aquele era um tópico que vinha sendo altamente debatido pelos campineiros. Cury diz que *"se o ensino da Medicina deve ser ampliado, nenhum lugar melhor do que Campinas oferece, no Estado de São Paulo, clima mais propício à instalação de uma escola médica"* (CURY apud CORREIO POPULAR, 05 jun.1951). Além disso, segundo o prefeito, Campinas possuía vários especialistas nas mais variadas áreas científicas, portanto apresentava excelentes condições para desenvolver de maneira exitosa o ensino superior.

Em resposta, Garcez afirmou que o clamor de Campinas não poderia ser desconsiderado e concordou que a cidade possuía todos os elementos necessários para sediar uma Faculdade de Medicina, principalmente no que se referia ao seu corpo médico e cirúrgico. Desta forma, portanto, afirmou que a pretensão campineira era deveras justa.

Outra notícia, publicada também no 'Correio Popular' no mesmo dia (05 de junho de 1951), intitulada "Levada à Assembleia Legislativa do Estado a pretensão de Campinas quanto à Faculdade de Medicina", informa justamente que o então deputado estadual Ruy de Almeida Barbosa já havia encaminhado à Assembleia o pedido para verificar junto ao Governo Estadual a possibilidade de se instalar uma Faculdade de Medicina em Campinas. Além disso, reivindicava a instalação da Faculdade de Direito, criada pela Lei nº 161/1948, uma vez que para mantê-la não seria necessário despender de muitos recursos financeiros e materiais.

Falando sobre a Faculdade de Direito, uma notícia publicada no 'Diário do Povo', em 06 de junho de 1951, intitulada "Faculdades", cuja autoria é de Tibiriçá, reivindicava a sua instalação em Campinas. O autor alega que esta Faculdade

poderia ser instalada sem grandes gastos ou entraves, ao contrário de uma Faculdade de Medicina, que necessitava de *“aparelhos caríssimos, laboratórios extensos e o mais difícil de tudo é que sem o material humano para pesquisa não há escola de medicina”*. Sendo assim, ele não via futuro para o empreendimento em Campinas, portanto, a cidade deveria gastar suas energias *“em terreno mais prático, de benefício imediato”*. Elogiava a atitude do deputado Almeida Barbosa de cobrar do Governador explicações sobre a não instalação da Faculdade de Direito em Campinas. E conclui: *“A Faculdade de Medicina que venha depois. Não só ela. Outras mais escolas que venham. A cidade agradece a boa vontade, mas para que esta seja sincera, esqueçamos a política e que se instale já a Faculdade de Direito”* (TIBIRIÇÁ, 06 jun.1951).

No entanto, uma notícia publicada no ‘Correio Popular’ dois dias depois, intitulada “Na ordem do dia, o movimento em torno da criação da Faculdade de Medicina de Campinas”, aponta que o assunto já fazia parte da pauta da Câmara de Vereadores da cidade. Na ocasião, o vereador José Vilagelin Neto informou que o movimento de reivindicação pela instalação de uma escola médica precisava do apoio não só das entidades campineiras, mas também de suas figuras de maior destaque e representação. Finalizando, este vereador ainda propunha que

[...] a ilustrada Presidência desta Câmara Municipal designe uma Comissão de Vereadores, ou, se for possível, a própria edilidade incorporada, para ter entendimentos, em audiência previamente marcada, com o governador Lucas Nogueira Garcez, no sentido de S. Excia. determinar estudos especiais para a instalação de uma Faculdade de Medicina nesta cidade [...]. (VILAGELIN NETO apud CORREIO POPULAR, 08 jun.1951)

Já no ano de 1952, a ideia vigente entre os principais envolvidos na luta pela criação de uma escola médica na cidade, era a de substituir legalmente a Faculdade de Direito por uma Faculdade de Medicina. Uma notícia publicada no jornal ‘A Defesa’, em 18 de abril de 1952, intitulada “Uma Faculdade de Medicina e Cirurgia em Campinas”, informa que o então prefeito campineiro, Sr. Antonio Mendonça de Barros, enviou telegrama ao deputado Ruy de Almeida Barbosa, solicitando essa substituição, uma vez que a Faculdade de Direito havia sido criada em 1948 e ainda não havia sido instalada. Além disso, apontou que a Universidade Católica já possuía um curso de Direito em pleno funcionamento, e sendo Campinas o maior

centro médico-cirúrgico do interior, a melhor alternativa seria a instalação de uma Faculdade de Medicina.

Uma notícia divulgada no jornal 'A Defesa', em 23 de abril de 1952, intitulada "Pela Instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas", aponta que a sugestão do prefeito campineiro foi aceita pelo deputado Ruy de Almeida Barbosa, tendo em vista que em reunião oportuna na Assembleia Legislativa, este deputado apresentou o projeto de lei que *"altera a redação do item IV do Art. 1º da lei nº 161, de 24 de setembro de 1948"*, ou seja, passaria de "Faculdade de Direito em Campinas" para "Faculdade de Medicina em Campinas". O que temos a seguir é a publicação, no Diário Oficial do Estado, em 24 de abril de 1952, deste projeto, intitulado "Projeto de Lei N. 200, de 1952".

De acordo com uma notícia publicada no jornal 'A Defesa', em 24 de maio de 1952, intitulada "Campinas terá a sua Faculdade de Medicina", o Governador Lucas Nogueira Garcez esteve em Campinas para assistir ao "Grande Prêmio Governador do Estado", atendendo ao convite do Jockey Club da cidade. Na ocasião, ele foi questionado sobre o problema da criação de uma escola médica e afirmou o seguinte:

Encaro o assunto com a maior simpatia e lhe darei o máximo de atenção. Campinas terá a sua Faculdade de Medicina, pois é uma cidade importantíssima, núcleo hospitalar de primeira plana e que possui brilhante corpo de profissionais da medicina. Resta apenas que o projeto seja aprovado na Assembleia e que os campineiros colaborem na obra a ser executada. (GARCEZ apud A DEFESA, 24 maio 1952)

Essa resposta, de certa forma, trouxe uma perspectiva animadora para os campineiros que estavam engajados nas reivindicações. Uma notícia publicada pelo jornal 'A Defesa', em 25 de maio de 1952, sob o título "Vitoriosa a iniciativa de se criar em Campinas uma Faculdade de Medicina", informa que a aprovação do projeto de lei do deputado Ruy de Almeida Barbosa era só uma questão de tempo.

Entretanto, após um período sem notícias, a próxima reportagem encontrada, já referente a maio de 1953, apontava que a solução para a reivindicação de Campinas não seria tão simples como anteriormente imaginado. Publicada no 'Diário do Povo' em 21 de maio de 1953, a notícia trazia o seguinte título: "Julgada inoportuna a criação, no momento, de uma Faculdade de Medicina em Campinas".

O entrave se deu a partir do momento em que as comissões da Assembleia Legislativa solicitaram que a Universidade de São Paulo fosse consultada sobre o projeto de lei, e a mesma se posicionou contrária à criação de uma escola médica em Campinas.

Através de um Parecer de sua Comissão de Ensino e Regimentos, a Universidade de São Paulo se posiciona:

[...] a criação de uma nova Faculdade de Medicina de alto padrão representaria, para o Governo do Estado, uma enorme responsabilidade financeira, uma vez que já está ele sobrecarregado com a manutenção das Faculdades de Medicina de São Paulo e de Ribeirão Preto.

[...]

[...] a Comissão de Ensino e Regimentos é de parecer que se aguarde a planificação do sistema de ensino superior no Estado de São Paulo, concluindo pela não oportunidade do projeto de lei ora apresentado à Assembleia Legislativa. (COMISSÃO DE ENSINO E REGIMENTOS, Parecer, apud DIÁRIO DO POVO, 21 maio 1953)

Ao tomar conhecimento do Parecer, Campinas, segundo a notícia, se viu em situação de inferioridade. A reportagem traz, inclusive, a opinião de que os recursos financeiros não deveriam ser utilizados como justificativa quando o assunto se referisse à difusão do ensino superior. Além disso, aponta que se Ribeirão Preto já possuía uma Faculdade de Medicina, por que a Universidade de São Paulo manifestou-se contra um estabelecimento igual em Campinas? A notícia ainda destaca que nenhuma outra cidade possuía as mesmas condições de Campinas para receber uma escola médica. Além disso, seus hospitais poderiam ser utilizados para a parte prática do ensino.

Encerra-se a notícia aguardando a posição final da Assembleia Legislativa, visto que a mesma ainda não havia se manifestado após o recebimento do Parecer.

Em contrapartida, observamos uma “reação” favorável ao intento campineiro. Uma notícia publicada no jornal ‘A Defesa’, em 24 de maio de 1953, intitulada “Firmes esperanças da instalação em Campinas de uma Faculdade de Medicina”¹⁹, aponta que o deputado Cid Franco emitiu parecer favorável à criação da Faculdade de Medicina na Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa.

¹⁹ Ver também:

O PROJETO recebeu parecer favorável da Comissão de Cultura. **Diário do Povo**, Campinas, 28 maio 1953.

CRESCEM as esperanças de uma Faculdade de Medicina em Campinas. **A Defesa**, Campinas, 28 maio 1953.

[notícias de jornal constantes da Coleção Antonio Francisco Bastos, Arquivo Central/SIARQ,]

Contrário à opinião de que o sistema de ensino superior do Estado de São Paulo deveria ser primeiramente planejado para depois se pensar em uma Faculdade de Medicina para Campinas, Cid Franco argumenta:

Sem prejuízo dessa planificação, e considerando as condições especialíssimas de Campinas, que é um dos primeiros centros estudantinos do Brasil, pensamos que ela deve ser considerada uma das cidades mais indicadas para a descentralização do ensino médico, podendo facilmente atender aos candidatos que, por falta de vagas, não conseguem matricular-se nos dois estabelecimentos da capital (FRANCO apud A DEFESA, 24 maio 1953).

Cid Franco, ao longo do texto, enumera outros fatores favoráveis à Campinas, tais como qualidade dos hospitais e centros médicos, excelente centro cultural, atendimento aos pacientes de outros Estados, entre outros. E conclui: *“Não vemos como possa ser contrário ao projeto de lei número 200, de 1952, de autoria do Senhor deputado Ruy de Almeida Barbosa e outros, o parecer da Comissão de Educação e Cultura”*.

Outras notícias de jornal vieram na sequência, umas exaltando a conquista de Campinas, sendo ela o parecer favorável do deputado Cid Franco (CORREIO POPULAR, 26 maio 1953; VENTURA, 26 maio 1953), e ainda outra chamando a atenção para o fato de que a cidade ainda não conquistara o seu ideal de instalar sua escola de ensino superior, ao contrário de determinadas cidades, que já contavam com suas faculdades devidamente instaladas (Faculdade de Direito de Bauru, Faculdade de Engenharia de São Carlos e Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, tendo sido as duas últimas criadas pela lei nº 161/1948). Lamentava-se, portanto, o fato de que Campinas estava ficando para trás (ALVES FILHO, 26 maio 1953).

As próximas notícias selecionadas, publicadas nos dias 03 e 05 de junho de 1953, informam que o projeto de lei de autoria do deputado Ruy de Almeida Barbosa (nº 200, de 22 de abril de 1952), havia sido aprovado na Assembleia Legislativa em segunda discussão, portanto, faltava apenas a votação de sua redação final e a promulgação da lei pelo Governador Lucas Nogueira Garcez, para que Campinas alcançasse, nas palavras dos respectivos jornais, o seu intento (A DEFESA, 03 jun. 1953; A GAZETA, 05 jun. 1953; CORREIO POPULAR, 03 jun. 1953; DIÁRIO DO POVO, 03 jun. 1953; O TEMPO, 03 jun. 1953; VENTURA, 03 jun. 1953).

A maioria das reportagens supracitadas (exceto A GAZETA, 05 jun. 1953 e VENTURA, 03 jun. 1953) se propuseram a fazer uma retrospectiva sobre os caminhos percorridos pelo referido projeto de lei, desde sua primeira aprovação na Assembleia, quando o deputado Almeida Barbosa o apresentou em abril de 1952, passando pelo parecer contrário da Comissão de Ensino e Regimentos da Universidade de São Paulo e pelo parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, através de Cid Franco, culminando na aprovação unânime e final do mesmo, mencionada no parágrafo anterior. Dois jornais, especificamente, publicaram em suas páginas, trechos integrais do discurso do deputado Ruy de Almeida Barbosa, com os respectivos apartes dos demais deputados presentes, na sessão da Assembleia Legislativa na qual o projeto foi discutido, defendido e aprovado (A DEFESA, 03 jun. 1953; CORREIO POPULAR, 03 jun. 1953).

Campinas havia, portanto, dado outro passo na luta pela criação de uma escola médica na cidade. As notícias de jornal que se seguiram apontam para uma movimentação considerável por parte da imprensa escrita, a fim de divulgar a conquista campineira e sensibilizar a sociedade para o passo final: a promulgação da lei pelo Governador do Estado. Títulos de matérias, tais como “A criação da Faculdade de Medicina vai alcançando a mais consagrada ressonância” (CORREIO POPULAR, 06 jun. 1953); “Há de alcançar rápido florescimento a Faculdade de Medicina de Campinas” (CORREIO POPULAR, 07 jun. 1953); “Escolas Oficiais para Campinas” (ALVES FILHO, 07 jun. 1953); “Espera-se para breve a instalação da Faculdade de Medicina” (CORREIO POPULAR, 10 jun. 1953); “Faculdade de Medicina” (DIÁRIO DO POVO, 11 jun. 1953); “A Faculdade de Medicina servirá aos estudiosos de vasta região do Estado” (CORREIO POPULAR, 11 jun. 1953) e “Campinas vai possuir a sua Faculdade de Medicina” (A DEFESA, 18 jun. 1953), indicam a expectativa do movimento para que a lei fosse, enfim, efetivada. Além disso, tais publicações possibilitaram que o assunto não fosse “esquecido”.

A próxima notícia, portanto, também constante da Coleção Antonio Francisco Bastos, refere-se justamente à promulgação da lei pelo Sr. Governador. Publicada pelo ‘Correio Popular’, em 07 de julho de 1953, sob o título “Promulgada a lei que cria a Faculdade de Medicina de Campinas”, a reportagem informa que o então Governador Lucas Nogueira Garcez promulgou a lei de criação da Faculdade de

Medicina na cidade, sendo ela a Lei nº 2.154, de 30 de junho de 1953. O jornal traz a ideia de que a grande aspiração campineira havia se concretizado, fruto de uma campanha que atraiu parte da cidade à sua aderência, e agradece ao deputado Ruy de Almeida Barbosa, pelos esforços realizados junto à Assembleia Legislativa, e ao Sr. Governador, por cumprir sua palavra de que Campinas teria sua Faculdade de Medicina.

A notícia, em suas palavras finais, aponta que

Não será apenas Campinas que terá na Faculdade de Medicina um tesouro à sua disposição. Todo o interior de São Paulo, todas as cidades a que se situam nas suas vizinhanças e mesmo distantes de nós, terão na escola de ensino médico um sólido patrimônio e um estabelecimento de ensino superior com esplêndidas características. (CORREIO POPULAR, 07 jul. 1953)

Ao realizar as leituras das notícias citadas e trabalhadas ao longo desta seção, referente à primeira fase da movimentação pela criação de uma escola médica em Campinas, há a impressão e o entendimento de que a Campanha havia se encerrado a partir do momento em que a lei havia sido promulgada, afinal, como o próprio jornal mencionado anteriormente estampou em sua matéria, a grande aspiração campineira havia se concretizado.

2.2 A Segunda Fase da Campanha (1955-1960)

Como se verá adiante, essa questão da promulgação da lei e sua posterior execução ainda teve muitos desdobramentos. Acreditou-se, por um momento, que as reivindicações por uma escola médica na cidade haviam chegado ao fim. Sabe-se, no entanto, que a lei não garante, necessariamente, o direito do cidadão ou qualquer outro benefício “assegurado” por ela.

Conforme advertem as análises de Faria Filho (2008, p.248) sobre a obra de Thompson, “*é fundamental relacionar toda a prática legislativa e os produtos da mesma, as leis, com as relações mais amplas nas quais elas estão inseridas*”. Nesse sentido, a legislação é entendida na sua dinâmica. E. P. Thompson (1987, p.358, apud Faria Filho, 2008, p.253) percebe bem que a lei está longe de ser um mero

dispositivo imposto de cima para baixo. Antes, é vista como o meio pelo qual outros conflitos sociais se travam. Assim, apesar da lei de 1953, que criava a Faculdade de Medicina em Campinas, percebe-se o esvaziamento da vontade política em efetivar a medida. Vejamos, a seguir, como isso foi sendo notado.

As próximas notícias encontradas apontam para a expectativa de início do processo de execução da Lei nº 2.154/1953, informando ainda que o funcionamento da Faculdade de Medicina estaria próximo (A DEFESA, 19 nov. 1953; CORREIO POPULAR, 19 nov. 1953). Ambas as notícias informam que uma comissão de representantes campineiros se reuniu com o Governador a fim de agradecê-lo pela promulgação da lei e para pedir a efetivação imediata do estabelecimento de ensino. Em resposta, Garcez afirma: *“Não deixarei o palácio dos Campos Elíseos sem ter estabelecido, em definitivo, a instalação da nova Faculdade de ensino superior no interior de São Paulo”* (A DEFESA, 19 nov. 1953; CORREIO POPULAR, 19 nov. 1953). Foi com essa assertiva que os campineiros retornaram da reunião, aguardando então o cumprimento da lei.

No entanto, uma notícia publicada no ‘Correio Popular’, em 29 de novembro de 1953, assinada por Luso Ventura sob o título “A batalha que não podemos perder”, demonstra que já não havia mais tanto otimismo em relação à instalação da Faculdade de Medicina ainda naquele ano. Ventura afirma que a Santa Casa de Misericórdia, através de seus diretores, havia se disposto a auxiliar o Governo no que fosse concernente ao funcionamento da escola médica, portanto, o autor defende a ideia de que não bastava apenas agradecer ao Governador, mas também era preciso apoiá-lo no que for necessário, para que o objetivo fosse alcançado.

A única notícia do ano de 1954 constante da Coleção Antonio Francisco Bastos data de 28 de setembro de 1954. Portanto, há um considerável período sem informações sobre o andamento da execução da Lei nº 2.154/1953. No entanto, ao lê-la, entende-se que não houve avanços desde a última notícia apresentada. Publicada no jornal ‘Folha da Manhã’, a matéria intitula-se “Em Campinas o governador Garcez”. Em visita à cidade para participação de eventos, Garcez foi indagado por Luso Ventura, em meio a uma solenidade da qual este era um dos oradores, sobre uma data para a instalação da Faculdade de Medicina. Em resposta, o Governador afirmou que uma verba destinada para este caso já havia sido prevista no orçamento do ano de 1955.

A partir deste comentário, entendeu-se que a escola médica só poderia se tornar realidade no ano seguinte, no mandato de outro Governador, uma vez que a despedida de Garcez do cargo estava muito próxima.

Como pode ser observado, a promulgação da Lei nº 2.154/1953 não trouxe, efetivamente, a Faculdade de Medicina para Campinas. O movimento reivindicatório, até então inativo, foi retomado, já que o ex-Governador Lucas Nogueira Garcez havia prometido que até o final de seu mandato a escola médica estaria instalada, porém, nada de efetivo havia sido feito (apenas previsão orçamentária para o ano de 1955).

As primeiras notícias de jornal do ano de 1955 tentavam reavivar as questões referentes à instalação da escola médica na cidade, incitando os campineiros a ir, novamente, à luta. Houve, inclusive, reunião realizada no Centro de Ciências, Letras e Artes da cidade com o intuito de estudar o problema (CORREIO POPULAR, 06 fev. 1955; DIÁRIO DO POVO, 10 fev. 1955; A DEFESA, 10 fev. 1955).

Além do Centro de Ciências, Letras e Artes desta, outras associações se dispuseram a colaborar para a conquista da instalação da Faculdade de Medicina, sendo elas: Rotary Club de Campinas e Sociedade Amigos da Cidade de Campinas. Ambas incluíram em suas pautas de reunião o assunto da escola médica e demonstraram apoio à Campanha (CORREIO POPULAR, 10 fev. 1955).

Seguindo essa linha de debates, surge, conforme já mencionado, o Conselho de Entidades de Campinas, *“em março de 1955 com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da coletividade local. Um de seus objetivos imediatos era debater e dar apoio à instalação da Faculdade de Medicina”* (MENEGHEL, 1994, p.93). As primeiras aparições desta entidade nos jornais campineiros, de acordo com pesquisas realizadas no Fundo Conselho de Entidades de Campinas e na Coleção Antonio Francisco Bastos, são em 19 de março de 1955, com uma notícia publicada no jornal ‘A Defesa’ sob o título “Reuniu-se Ontem o Conselho das Entidades de Campinas” e a outra publicada no jornal ‘Correio Popular’ sob o título “Debatida em seus pontos mais altos a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas”.

Dentre as pessoas presentes na reunião do Conselho, realizada no salão nobre da Associação Comercial de Campinas, destaca-se o presidente desta, Ruy Rodriguez, Dr. Paulo Mangabeira Albernaz (representando o Rotary Club) e

Herculano Gouvêa Neto (representando o Centro de Ciências, Letras e Arte)²⁰. Também estava presente o deputado Ruy de Almeida Barbosa, a fim de explanar sobre seu trabalho na Assembleia Legislativa, desempenhado a fim de conquistar para Campinas uma escola médica.

Os dois jornais trouxeram às suas páginas a colocação dos presentes em relação aos entraves impostos pelo Conselho Universitário para a instalação da Faculdade de Medicina, ocorridos, sobretudo, em 1953, quando a Comissão de Ensino e Regimentos da Faculdade de Medicina da USP posicionou-se contrariamente ao projeto de lei nº 200, de 1952. De acordo com a reportagem publicada pelo Correio Popular, o Dr. Paulo Mangabeira Albernaz propunha, inclusive, que fosse feita uma campanha em prol da escola médica junto ao Conselho Universitário, *“no sentido de demovê-lo de sua obstinação contrária a Campinas, que teria que ser o ponto obrigatoriamente escolhido para a instalação de uma Faculdade de Medicina”* (CORREIO POPULAR, 19 mar. 1955).

A partir das leituras, entende-se que a reunião ocorreu com o intuito de delinear uma campanha sem interrupções para conquistar a instalação da Faculdade de Medicina, que deveria contar com todos os setores da sociedade campineira. Novas reuniões seriam realizadas para o acompanhamento das discussões.

Em sequência, pouco menos de um mês depois da publicação das duas notícias anteriores, o assunto da escola médica em Campinas aparece novamente na imprensa, desta vez através do jornal ‘Diário do Povo’. O texto, publicado em 13 de abril de 1955, traz o título *“Para a instalação urgente e imediata da Faculdade de Medicina de Campinas”*.

Na ocasião, a Assembleia Legislativa estava em reunião extraordinária, debatendo o veto do então Governador Jânio Quadros à lei de autoria do deputado Hilário Torloni, que *“autorizava o desdobramento, a contar de 1955, das lotações preexistentes para a matrícula às primeiras séries das Faculdades de Medicina de*

²⁰ Também estavam presentes: João Leite Carvalhaes (representando o Clube dos Leões); Otávio Galli (representando o Clube dos Agrônomos); Ernani Fonseca e Azael Lobo (representando a Sociedade Amigos da Cidade); Alfio Piason (representando a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas); Nilton Toledo (representando a Associação Médica “Penido Burnier”); Humberto Aveniente (representando a Associação dos Engenheiros de Campinas); Emílio Serafini (representando o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo); José E. Alves de Camargo (representando a Associação dos Cirurgiões-Dentistas) e jornalista João Rodrigues Serra (representando a Associação dos Proprietários de Imóveis de Campinas). (A DEFESA, 19 mar. 1955; CORREIO POPULAR, 19 mar. 1955)

São Paulo e Ribeirão Preto” (DIÁRIO DO POVO, 13 abr. 1955). Em meio aos debates, o deputado Marcondes Filho, após uma explanação do Sr. Hilário Torloni, questionava se sua intenção ao ter criado a lei era a de proporcionar para mais alunos o ensino da medicina. Diante da resposta afirmativa, Marcondes Filho respondeu:

[...] Esta Casa recebeu e aprovou um projeto do nobre deputado Ruy de Almeida Barbosa, que foi promulgado pelo Sr. Governador Garcez sobre a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas pertencente à Universidade de São Paulo. Se a intenção [...] é fazer com que mais alunos tenham a possibilidade de receber ensinamentos médicos seria interessante que pedíssemos imediatamente a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas. (MARCONDES FILHO apud DIÁRIO DO POVO, 13 abr. 1955)

Desta forma, tanto o desdobramento das vagas das Faculdades de Medicina de São Paulo e Ribeirão Preto, quanto a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas, foram reivindicações encaminhadas ao Governador Jânio Quadros para apreciação e posicionamento.

No dia 20 de abril de 1955, o ‘Correio Popular’ publicou uma notícia intitulada “Continuam os esforços pela instalação da Faculdade de Medicina”. Nesta notícia aparecem os primeiros indícios de uma participação da esfera federal na reivindicação de Campinas, através do deputado Nelson Omegna. A primeira atitude a ser tomada pelo referido deputado seria conseguir uma verba orçamentária para a Universidade de São Paulo, destinada exclusivamente à Faculdade de Medicina de Campinas. Tal proposta, segundo a reportagem, foi positivamente recebida por Jânio Quadros que, inclusive, propôs que o Governo Federal arcasse com todas as despesas da construção da Escola de Cadetes, em Campinas, pois assim, todo o dinheiro conseguido da esfera federal relacionado a este prédio seria revertido para a Faculdade de Medicina.

Outras duas reportagens de jornal apontam que as discussões na Assembleia Legislativa Estadual continuavam ativas. Datadas do dia 24 de abril de 1955, foram publicadas no ‘Correio Popular’ com o título “Travam-se amplos debates em torno da instalação da Faculdade de Medicina de Campinas” e no ‘Diário do Povo’ com o título “Manifesta-se a Assembleia Legislativa pela imediata instalação da Faculdade de Medicina de Campinas”. Os textos trazem na íntegra a discussão dos deputados Ruy de Almeida Barbosa, Marcondes Filho e Dante Perri, com pequenas intervenções de Cid Franco, entre outros deputados ali presentes. O debate girou

em torno, basicamente, da demora para o cumprimento da Lei nº 2.154/1953, que determinava a criação da Faculdade de Medicina de Campinas. Novamente foram levantadas as razões pelas quais a cidade deveria, de acordo com seus defensores, possuir uma escola médica antes de todas as outras cidades do Estado de São Paulo (qualidade de seus hospitais e profissionais, cidade de tradição cultural, entre outros motivos já mencionados neste capítulo). Além disso, foram citados os problemas de vagas para o curso de Medicina no Estado, um dos motivos pelos quais as obras para a instalação do curso em Campinas deveriam ser aceleradas. Aguardava-se, portanto, o posicionamento do Governador frente aos novos apontamentos.

Uma notícia veiculada no ‘Correio Popular’, em 26 de maio de 1955, trouxe um aspecto positivo para a instalação da Faculdade de Medicina em Campinas. Intitulada “Dada como resolvida a instalação da Faculdade de Medicina desta cidade”, afirma que, numa reunião do Conselho de Entidades, Nelson Omegna, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, disse que atuou de maneira intensa para conseguir uma *“expressiva doação à Universidade de São Paulo, com o fim precípua de instalar [...]”* a escola médica em terras campineiras. Esta informação foi passada pelo Dr. Paulo Mangabeira Albernaz em uma reunião-jantar ocorrida no Rotary Club de Campinas.

O que se observa, no entanto, é que nada ocorreu. Uma notícia publicada no ‘Correio Popular’, em 24 de dezembro de 1955, informa que a Assembleia Legislativa não se movimentava mais em relação a este assunto e, em Campinas, somente o Conselho de Entidades, Nelson Omegna (então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio), e o próprio ‘Correio Popular’ continuavam ativos nesta luta. A reportagem relata brevemente uma reunião do Conselho de Entidades, na qual Omegna mencionava que não se deveria esperar apoio da esfera federal nesta causa. Para tanto, sugeria que se realizasse

[...] em Campinas um grande e significativo movimento em prol da instalação da faculdade de medicina, movimento cuja influência chegue até ao Sr. Jânio Quadros, governador do Estado. Campinas deve reunir-se em torno da ideia que é a sua grande causa, e essa união deve conduzir a ideia até sua plena efetivação. (CORREIO POPULAR, 24 dez. 1955)

É a discussão na imprensa que repõe a disputa em torno da instalação da Faculdade de Medicina em Campinas.

Nesse sentido, a primeira notícia destacada, do ano de 1956, foi publicada no 'Diário de São Paulo', em 29 de fevereiro de 1956, e intitula-se "É favorável o Prof. Zeferino Vaz à criação de mais uma escola de medicina em São Paulo". Conforme já discutido na matéria de Albernaz, Vaz posiciona-se:

Eu sou favorável à criação de uma nova faculdade de medicina, no interior do Estado de S. Paulo, localizada em cidade de tradição cultural e centro geográfico importante, no lado oposto a Ribeirão Preto. Para a criação dessa escola é indispensável, no entanto, que se observem rigorosamente as seguintes condições:

[...] Estar suficientemente distante de S. Paulo, para evitar o mal atualmente observado em alguns institutos de ensino superior, cujos professores, residindo em S. Paulo e aqui exercendo suas atividades profissionais, deslocam-se uma vez por semana para as escolas do Interior, exercendo ali, uma atividade didática rigorosamente controlada pelo relógio [...]. Professor de uma escola superior deve considerar essa posição como finalidade de vida e não como meio de vida. Para isso há-de viver na faculdade [...].

Outra razão fundamental da distância em relação a S. Paulo [...] é a criação de centro de cultura afastado da Capital, que atraia para o curso médico estudantes habituados à vida do Interior, para corrigir [...] a carência de médicos que sirvam às populações rurais [...]. Além disso, é da mais elementar justiça que o governo do Estado devolva às populações do Interior, sempre abandonadas, apesar de serem as autoras da nossa riqueza, um pouco do que se arrecada em dinheiro, quase sempre gasto no asfalto das capitais.

[...]. (VAZ apud DIÁRIO DE SÃO PAULO, 29 fev. 1955)

Foi a partir desta declaração que o Dr. Paulo Mangabeira Albernaz compôs sua resposta, tendo-a publicada nos jornais 'Correio Popular' e 'A Gazeta', cujas argumentações foram expostas no início do capítulo.

Mesmo com o posicionamento de Zeferino Vaz, as discussões sobre o atendimento da Lei nº 2.154/1953 não pararam. O 'Correio Popular' continuou divulgando matérias a fim de manter o assunto sempre em pauta. No dia 06 de março de 1956, Luso Ventura publicou uma notícia intitulada "O problema do ensino médico", na qual apontava os problemas da escassez de vagas para os cursos de medicina existentes e retomava a questão da instalação da Faculdade de Medicina de Campinas, que seria uma das formas de amenizar o problema. Na sequência, em 07 de março de 1956, publica uma matéria com o título "Faculdades de Medicina no Interior", continuando o debate da notícia referenciada anteriormente.

Em abril, uma notícia veiculada também no 'Correio Popular' informa que a Câmara dos Vereadores havia retomado o assunto da Instalação da Faculdade de Medicina. Datada de 06 de abril de 1956 e intitulada "Em foco a instalação da

Faculdade de Medicina de Campinas”, a reportagem informa que o vereador Antonio Rodrigues dos Santos Júnior fez o uso da palavra para pedir aos colegas do Legislativo campineiro que se unissem visando a realização de campanha em prol da adaptação do edifício escolhido para sediar a escola médica: o prédio da Escola Preparatória de Cadetes, indicado pelo deputado Araripe Serpa, com o apoio de Ruy de Almeida Barbosa e Marcondes Filho. Ainda em 1955 já havia surgido como uma possibilidade a utilização desse prédio para acolher a Faculdade de Medicina. Na ocasião, a sugestão foi feita por Nelson Omegna, numa reunião do Conselho de Entidades (CORREIO POPULAR, 24 dez. 1955).

Na sequência, outras notícias são publicadas a fim de informar aos leitores a situação em que estava o debate, além de apontar quais seriam as próximas providências a serem tomadas. Em 1º de junho de 1956, o ‘Correio Paulistano’ publicou uma matéria intitulada “Os campineiros esperam a instalação da Faculdade de Medicina”, na qual explica que, em decorrência da visita à Campinas do General Porfírio da Paz, inúmeras personalidades campineiras entrariam em contato com o mesmo no intuito de obter um posicionamento sobre a questão. Além disso, esperava-se entrar em entendimentos com o Governador a partir desse encontro.

No entanto, não houve discussão promissora. Em 10 de junho de 1956, o ‘Diário do Povo’ publicou uma notícia relatando como foi a conversa. Intitulada “Apelo para a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas”, explica através da fala do deputado Dante Perri, em seu discurso na Assembleia Legislativa, que o referido General tinha pouco conhecimento sobre o assunto. Perri diz:

Infelizmente, [...] o General Porfírio da Paz mal entendeu a situação em que se acha aquela escola, pois S. Exa. se propôs a assinar imediatamente, no ato, o projeto, o decreto da criação da referida Escola de Medicina. Ora, a Escola já está criada. Seria de esperar que S. Exa. autorizasse a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas, não a sua criação. (PERRI apud DIÁRIO DO POVO, 10 jun. 1956)

Desta forma, coube ao deputado fazer um apelo ao Governador Jânio Quadros para que, *“ponderando sobre a situação em que se acha a classe estudantil do Estado de São Paulo, sobre a falta de médicos e sobre a possibilidade que tem Campinas de oferecer médicos a São Paulo e ao Brasil”*, providenciasse todos os recursos necessários que, segundo Perri, estariam ao alcance do Governo para a instalação da Faculdade na cidade.

No final do ano de 1956, mais precisamente em 25 de novembro, uma notícia publicada no 'Correio Popular', intitulada "Cooperação do Governo Federal para a instalação da Faculdade de Medicina", informa que o deputado Ruy de Almeida Barbosa havia se reunido com o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek e este havia declarado total apoio, inclusive provendo recursos financeiros, para a instalação da Escola Médica. Ulisses Guimarães, à época Presidente do Legislativo Federal, afirmou que daria todo o apoio necessário quando a proposta do Governo fosse encaminhada à Câmara.

Cabe ressaltar que, conforme indicado no início do capítulo, uma notícia de 1956, escrita por Cataldo Bove, informava que Jânio Quadros havia arquivado o projeto de instalação da Faculdade de Medicina em Campinas, devido à falta de recursos, mas paralelamente, Botucatu, com o apoio de Zeferino Vaz, caminhava positivamente no sentido de ter a sua escola médica como realidade.

A única notícia constante da Coleção Antonio Francisco Bastos, referente ao ano de 1957, data de 09 de junho e foi publicada pelo Correio Popular sob o título "A instalação da Faculdade de Medicina no edifício construído para a Escola de Cadetes".

Resumidamente, a reportagem traz o discurso do deputado Marcondes Filho na Assembleia Legislativa, quando este explicava sobre o entrave ocorrido a partir de uma manifestação pública do Prefeito de Campinas, Sr. Ruy Novaes. O problema se deu porque Marcondes Filho havia criado um projeto de lei que previa o aproveitamento do edifício destinado à Escola de Cadetes (em complemento às indicações dos deputados Araripe Serpa, Ruy de Almeida Barbosa e de si mesmo), cujas obras estavam há muito tempo abandonadas, para a instalação da Faculdade de Medicina. No entanto, o Sr. Prefeito desejava utilizar o mesmo prédio para as instalações e adaptações necessárias da Santa Casa de Misericórdia. Diante do conflito, Novaes, segundo consta na reportagem, enviou telegrama ao Governador Jânio Quadros informando que o referido projeto de lei continha "*fundamentos de baixa extração política*", além de ferir os reais interesses da população campineira, devendo, desta forma, ser vetado. Na Assembleia, Marcondes Filho se defendeu dos ataques e afirmou que continuaria lutando para que seu intento fosse alcançado, pois ele não estava fazendo mais do que, de fato, atender aos reais interesses e anseios de Campinas. Além disso, afirmou que sempre se preocupou com a Santa Casa de Misericórdia, inclusive sugerindo que as instalações das mesmas fossem

utilizadas como hospital-escola, para que os alunos do curso médico pudessem frequentá-lo.

Em 1959, de acordo com Meneghel (1994, p.92),

as cidades de Campinas e Botucatu passaram a concorrer pela instalação da Faculdade de Medicina, pois o governo do Estado não dispunha de recursos para a implantação das duas. O Prof. Zeferino Vaz, membro do Conselho Estadual de Ensino Superior e especialista da área, encabeçava uma comissão que deveria opinar sobre o assunto. Nesta ocasião Zeferino Vaz visitou Campinas com a finalidade de verificar as condições de criação do curso médico e prometeu dar parecer favorável a esta cidade; no relatório da comissão, no entanto, apontou a instalação da Faculdade de Medicina em Botucatu, passando a ser fortemente combatido pela bancada campineira na Assembleia Legislativa do Estado.

O Governo Estadual, de fato, assegurava que não dispunha de recursos para instalar todas as escolas médicas criadas por lei até aquele momento (CORREIO POPULAR, 07 maio 1959), no entanto, não foram só as cidades de Campinas e Botucatu que concorreram pela sua Faculdade de Medicina, mas todas as cidades que possuíam uma escola médica prevista por lei e ainda não tinham sido instaladas, dentre elas, inclusive, Catanduva e São José do Rio Preto. O embate específico entre as duas se deu após a escolha de Botucatu por uma Comissão realmente encabeçada por Zeferino Vaz.

No entanto, a visita realizada por ele para analisar as condições de Campinas, bem como sua promessa de dar parecer favorável à cidade, não ocorreu em 1959, mas em 1958, quando Jânio Quadros montou uma comissão para ouvir a opinião dos campineiros em relação à instalação de um instituto de ensino superior em Campinas. Na ocasião, de fato, Zeferino Vaz encerrou a reunião afirmando que enviaria parecer favorável a Jânio Quadros, tendo em vista que a proposta de instalar uma Escola Politécnica não havia sido muito bem acolhida, resultando em sua ida para a Universidade Católica de Campinas.

Se o parecer foi favorável ou não, o que sabemos é que meses depois desta visita, Jânio Quadros, em 25 de novembro de 1958, recriou legalmente a Faculdade de Medicina de Campinas e criou também uma escola médica em Botucatu.

De volta a 1959, mais especificamente na escolha de uma cidade para sediar uma escola médica, tendo em vista a falta de recursos por parte do Governo Estadual, Carvalho Pinto, então Governador,

[...] determinou a criação de uma comissão composta, dentre outros membros, pelo secretário da Saúde, pelo prof. Zeferino Vaz para opinar, como técnicos reconhecedores do assunto e das suas correlações, sobre a conveniência do local aonde deve ser instalada, prioritariamente a Faculdade de Medicina que seu governo vai pôr em funcionamento. (CORREIO POPULAR, 07 maio 1959)

Figuras representativas da sociedade campineira estavam em reunião com o Governador, em seu próprio gabinete de trabalho, justamente para reclamar a instalação da Faculdade de Medicina em Campinas, quando este informa: *“Confesso que o relatório da comissão em apreço [...] opina pela cidade de Botucatu, alegando em apoio de tal decisão, dados e elementos que estão em meu poder para estudo e deliberação”* (CARVALHO PINTO apud CORREIO POPULAR, 07 maio 1959).

Uma notícia publicada no Correio Popular, em 09 de maio de 1959, intitulada “Retardamento de instalação da Faculdade de Medicina está causando repulsa geral dos campineiros”²¹, comenta sobre a mesma reunião apontada no parágrafo anterior. Dentre os argumentos utilizados pelos campineiros presentes para justificar o motivo pelo qual Campinas deveria sediar uma escola médica, dois se destacaram: a cidade possuía ótimas instalações hospitalares, inclusive com projeção internacional; e possuía ambiente adequado para manter professores e alunos sempre em atividade.

O jornal entrevistou ainda o médico Otávio Bierrenbach de Castro que, segundo a reportagem, era uma das personalidades mais atuantes na luta pela instalação da Faculdade de Medicina em Campinas. O entrevistado apontou alguns dos motivos pelos quais a cidade deveria possuir uma escola médica, sendo eles: 1) era necessário que Campinas possuísse uma excelente organização médico-hospitalar; 2) era preciso entrar no campo das pesquisas científicas, para continuar no caminho do desenvolvimento; 3) muitos médicos de outras cidades e Estados se especializavam em Campinas, sobretudo no Instituto Penido Burnier e na Casa de Saúde “Bierrenbach de Castro”. Desta forma, ele afirmava que Campinas não queria uma Faculdade de Medicina apenas por “ vaidade” ou para satisfazer alguns setores da sociedade.

Quase ao final do texto, Bierrenbach mencionou que não se tratava de desmerecer ou prejudicar Botucatu, mas afirmou que foi possível sentir a influência de uma pessoa (Zeferino Vaz) à frente da Comissão que, por muitas vezes, mostrou-

²¹ Notícia retirada do Fundo Conselho de Entidades de Campinas, Arquivo Central/SIARQ.

se contrário à instalação de uma escola médica em Campinas. Ele apontou, ainda, que os demais membros da Comissão sequer visitaram a cidade para verificar se a mesma possuía condições de receber uma faculdade, acatando, sem mais questionamentos, a decisão de Vaz.

Bierrenbach ainda mencionou que, após a exposição das razões pelas quais Campinas deveria possuir uma escola médica, o Governador Carvalho Pinto afirmou que reestudaria o caso, tendo em vista os novos elementos apresentados. Foi solicitada também a exclusão de Zeferino Vaz de toda e qualquer comissão que estudasse o problema de Campinas, uma vez que, em suas próprias palavras, ele tinha “*ponto de vista firmado contra a cidade*”.

De fato, podemos constatar a determinação do Governador através do seguinte trecho da notícia do dia 07 de maio de 1959:

Entretanto – continuou o governador – dado o calor com que a gente da velha Campinas vem defendendo o seu ponto de vista, vou determinar o reexame da questão. Espero que, dentro de dois ou três dias, esta delegação faça chegar às minhas mãos o relatório com as razões de Campinas, a fim de que, confrontando estas últimas com as da comissão que já opinou sobre o assunto, possa o governo do Estado tomar uma decisão definitiva. (CORREIO POPULAR, 07 maio 1959)

Os representantes de Campinas, portanto, voltaram da reunião com o compromisso de elaborar o relatório solicitado, com todos os levantamentos a favor de Campinas na questão da instalação de uma escola médica. A próxima notícia selecionada, também do Correio Popular, datada de 15 de maio de 1959 e intitulada “Relatório de Campinas a Carvalho Pinto”²², tem como uma de suas “funções” informar a população sobre o encaminhamento deste documento aos cuidados do Governador. O relatório seria assinado por diversas entidades, dentre elas a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, Correio Popular, Sociedade dos Amigos da Cidade e Sindicato dos Médicos de Campinas²³.

A notícia possui, ainda, um texto assinado por Luso Ventura, intitulado “Medicina no Interior”, que traz novos elementos para a crítica da postura de Zeferino Vaz. Segundo Ventura, para Campinas não faltavam recursos econômicos,

²² Notícia retirada do Fundo Conselho de Entidades de Campinas, Arquivo Central/SIARQ.

²³ Também assinariam o relatório as seguintes entidades: Rotary Club de Campinas, Santa Casa de Misericórdia, Federação das Indústrias, Associação dos Engenheiros de Campinas, Associação Comercial e Industrial de Campinas, Lions Club, Clube dos Advogados de Campinas, Associação de Turismo e Associação Comercial de Campinas. (CORREIO POPULAR, 15 maio 1955)

sociais ou culturais para receber a Faculdade de Medicina, mas sim “a boa vontade, a compreensão” de Zeferino Vaz que, segundo a notícia, desde o começo se mostrou contrário às pretensões campineiras.

A indignação, deixada transparecer nesta reportagem, fica claramente acentuada neste trecho:

Inicialmente, quando batemos à porta dos Campos Elíseos para pedir a faculdade, disse-nos o Sr. Jânio Quadros, aos campineiros que lá foram, que faltavam recursos financeiros para empreendimentos de tamanha monta. E agora, quando esses recursos existem, por que frustrar o sonho de Campinas, o ideal de Campinas, o entusiasmo de Campinas – exatamente a cidade que tem cooperado tanto com o poder público estadual? Se há dinheiro para dar a Botucatu um instituto de ensino médico, por que desapareceu ele quando se tratava de atender a uma legítima reivindicação da cidade de Barreto Leme? (VENTURA, 15 maio 1959).

Ventura questionava: todas as manifestações a favor da Faculdade de Medicina em Campinas não serviram para nada? Foram sobrepostas pela vontade de Zeferino Vaz só porque ele é um “técnico” em busca de soluções técnicas? Campinas seria mesmo deixada de lado no processo de expansão do ensino médico no Estado de São Paulo?

Tendo em vista que, naquele momento, o Prof. Dr. Queiróz Filho era Presidente de uma Comissão encarregada sobre o caso da instalação de nova Faculdade de Medicina no Estado de São Paulo, Zeferino Vaz encaminhou a ele um ofício, datado de 19 de maio de 1959, solicitando sua demissão da Comissão criada para, especificamente, verificar e apontar qual das cidades que já haviam sido contempladas legalmente com uma escola médica, sobretudo Botucatu e Campinas, deveria recebê-la prioritariamente²⁴.

Esta solicitação ocorreu devido ao envio de um Memorial, escrito por figuras representativas da sociedade campineira, ao Sr. Governador Carvalho Pinto, o qual Zeferino Vaz afirmava conter acusações pessoais, tais como ser “*declaradamente contra Campinas*” e o maior interessado em instalar a Faculdade de Medicina em Botucatu²⁵. No documento, Vaz se defende dessas acusações e responde ou justifica uma série de apontamentos constante do Memorial, tais como a dificuldade de obtenção de bons professores para lecionar em cidades do interior; dificuldades

²⁴ Documento retirado do Fundo Conselho de Entidades de Campinas, Arquivo Central/SIARQ

²⁵ Não tive contato com o referido Memorial, portanto, não posso afirmar se as acusações foram realmente as mencionadas no Ofício escrito por Zeferino Vaz.

para conseguir cadáveres em zonas rurais; comparação das condições oferecidas por Campinas e Botucatu; e o fato de a Comissão não ter estudado pessoalmente a situação e as condições da cidade para a instalação de uma escola médica.

Basicamente, Vaz afirma que a Faculdade de Ribeirão Preto possuía seu quadro de docentes quase completo, uma vez que o Memorial apontava a falta de professores em diversas especialidades nesta instituição. Além disso, Vaz justifica que nem as mais antigas faculdades possuíam seu quadro completo. Diz ainda que o ensino médico pautado primordialmente em cadáveres já havia sido ultrapassado há muito tempo e, além disso, haveria a possibilidade de consegui-los em zonas rurais uma vez que, segundo ele, a Faculdade de Ribeirão Preto até concedia corpos para outras instituições científicas. Aponta que a Comissão já esteve, sim, em Campinas para analisar as condições da cidade, sendo que ele próprio havia comparecido duas vezes, justamente para essa finalidade. E dentre Campinas e Botucatu, afirma Vaz, foi optado pela segunda por ela ser a única que possuía, por lei, um Hospital devidamente planejado e por ser *“um centro tradicional, cultural e geográfico”*, além disso, com a instalação da Faculdade de Medicina nesta cidade, *“completa-se [...] o triângulo da educação médica e de assistência de alto padrão, que seria constituído por São Paulo, Ribeirão Preto e Botucatu”*.

Em resposta às acusações pessoais, Zeferino declara que os maiores interessados na instalação de uma Faculdade de Medicina em Botucatu, em sua opinião, seriam os próprios moradores da cidade e de cidades vizinhas, que seriam contemplados e favorecidos por ela. Além disso, declara que não poderia ter interesses, uma vez que não possuía amigos, parentes ou propriedades nesta cidade, chegando mesmo a conhecê-la há pouco tempo, por ocasião de um cumprimento de ordem por parte do Governo Estadual. Afirma também que não poderia ser considerado declaradamente contra Campinas, já que nunca havia declarado de forma escrita ou oral essa afirmativa constantemente difundida pelos jornais campineiros. Considerava, inclusive, completamente inconcebível para um homem ser contra toda uma grande cidade como Campinas. Ao final do Ofício, solicitava que sua defesa fosse amplamente divulgada, a fim de que todos pudessem ter conhecimento de sua versão sobre os fatos.

Analisando os documentos do Fundo Conselho de Entidades de Campinas, foram encontradas referências a este documento em dois jornais, sendo eles ‘O Estado de São Paulo’, cujo texto foi publicado em 24 de maio de 1959 sob o título “O

Diretor da Fac. de Medicina de Rib. Preto Responde ao Memorial” e no ‘Diário de Notícias, jornal de Ribeirão Preto, cujo texto foi publicado em 26 de maio de 1959 na Coluna ‘Nosso Comentário’ sob o título de “Prof. Zeferino”.

Em continuação às reivindicações e apontamentos dos campineiros, outra notícia selecionada foi publicada no Diário da Noite, em 25 de maio de 1959, e intitula-se “Para o povo de Campinas a instalação da Faculdade de Medicina é questão de honra”²⁶. O texto, inicialmente, fala sobre a indignação do povo campineiro frente à escolha de Botucatu, de maneira semelhante às reportagens anteriores. Diferencia-se, no entanto, pelo entrevistado: o médico psiquiatra Roberto Pinto de Moura, que tinha a dizer o seguinte sobre o problema da instalação de uma escola médica oficial no Estado de São Paulo:

A esse respeito creio não haver a menor dúvida já que o Brasil tem tantos problemas sociais prementes e escassez de médicos. Anualmente, jovens que já se contam pelo milhar, veem baldadas todas as suas esperanças de abraçar a carreira médica, tolhidos pela falta de faculdades e por falta de vagas nas que existem, e pelo rigorismo dos exames, determinado pelo reduzido número de matrículas, do que propriamente pela falta de conhecimentos necessários para o ingresso. (MOURA apud DIÁRIO DA NOITE, 25 maio 1959)

Tendo indicado a necessidade de contemplar a demanda por vagas, surge a questão do local onde se instalar a faculdade. Assim, o entrevistado complementa:

Não se trata de instalar por instalar, de ter por simplesmente possuir, de construir pensando apenas na forma e não no conteúdo. [...] a decisão deve ser tomada no sentido de instalar na que menor dispêndio possa acarretar, naquela que já possua boa parte do que for necessário, tanto em aparelhamento, como em elemento humano. Campinas mais que outras cidades tem um excelente centro médico e dispõe de recursos para essa instalação [...].
A instalação da Faculdade de Medicina em Campinas se tornou uma questão de honra para o nosso povo [...]. (MOURA apud DIÁRIO DA NOITE, 25 maio 1959)

A notícia é finalizada informando que todas as entidades de classe da cidade iriam se reunir para protestar contra a decisão da Comissão que optou pela cidade de Botucatu, visto que consideravam que a escolha se deu para cumprimento de promessa política e reafirmavam que Zeferino não poderia pertencer à Comissão, já

²⁶ Notícia retirada do Fundo Conselho de Entidades de Campinas, Arquivo Central/SIARQ.

que sempre se manifestara contra a instalação da Faculdade de Medicina em Campinas.

Tendo em vista o último comentário, não dá para saber se os campineiros já haviam tomado conhecimento do Ofício que Zeferino Vaz havia encaminhado solicitando sua demissão da Comissão, já que, embora o documento seja datado do dia 19 de maio de 1959, uma das notícias divulgando o ocorrido havia sido publicada, conforme já mencionado, no dia anterior à publicação deste texto, ou seja, no dia 24 de maio de 1959, no 'O Estado de São Paulo'.

Muitas outras notícias além das apresentadas neste capítulo foram divulgadas nos jornais da época, todas com conteúdos semelhantes; lamentação pela não instalação da escola médica em Campinas; críticas à postura da Comissão criada por Carvalho Pinto, sobretudo críticas a Zeferino Vaz; e a enumeração das razões pelas quais a cidade lutava pela Faculdade²⁷.

2.3 Considerações sobre as reivindicações de Campinas e o desfecho da segunda fase da Campanha

Durante o levantamento e seleção das reportagens, foi possível encontrar algumas opiniões contrárias à forma pela qual os campineiros interessados na instalação dessa faculdade estavam conduzindo a campanha, sobretudo devido às críticas pessoais dirigidas a Zeferino Vaz e, num segundo plano, a Botucatu.

José Magalhães Navarro publica no Diário de Notícias, em 31 de maio de 1959, uma censura a Campinas, não sem antes elogiar e apoiar a luta empenhada pelos seus cidadãos no sentido de ver sua Faculdade de Medicina instalada²⁸. Aponta:

²⁷ CONGREGAÇÃO do "Culto à Ciência" manifesta-se em favor da Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, p.1, 28 maio 1959.

CONTESTA o Prof. Paulo Mangabeira Albernaz as declarações do Prof. Zeferino Vaz. **Correio Popular**, Campinas, p.1 e p.4, 28 maio 1959.

PRO. Zeferino Vaz é radicalmente contra a instalação da Faculdade de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, p.1, 28 maio 1959.

²⁸ Notícias retiradas do Fundo Conselho de Entidades de Campinas, Arquivo Central/SIARQ.

O que, todavia, não concebo na campanha a que me refiro e, conseqüentemente, não posso compreender, é que a culta cidade paulista, pelos seus luzidos órgãos de imprensa, por figuras representativas de sua sociedade, esteja fazendo descambarem-se suas manifestações para o terreno inglório da ofensa pessoal e tenha assetado suas baterias, numa evidente exteriorização injustificada de espírito vingativo, contra um dos ilustrados e doutos componentes da Comissão que, nomeada pelo Governador do Estado, concluiu pela instalação do estabelecimento em lide na cidade de Botucatu – o Prof. Zeferino Vaz. (NAVARRO, 31 maio 1959)

O autor finaliza o primeiro bloco da notícia afirmando que o bom-senso dos engajados nas reivindicações havia sido afetado pela amargura decorrente de sua *“pretensão frustrada”*. Diz ainda que os comentários feitos ao longo de seu texto são uma forma de protesto *“contra essa atitude desavisada e desassissada”* de Campinas em relação ao Prof. Vaz.

E finaliza com a seguinte recomendação:

Reivindique Campinas a escola almejada, mas faça-o com elevação, com isenção de ânimo, com nobreza de atitudes. Erga-se ao impulso de suas próprias asas, em voos arrojados e, lá do alto, imponha seus direitos. Da maneira como o vem fazendo, entretanto, alimenta apenas a ilusão de que está subindo, quando, na realidade, [...] tem tão só tentado baixar e arrastar para o lamaçal da calúnia a quem, intangível, plana nas grandes alturas. Campinas enveredou-se por um caminho, do qual, ao sair, só terá conseguido afetar seu próprio merecimento. Ainda está em tempo de reparar o erro e bem se orientar: o Norte seguro tem uma estrela – a Verdade. (NAVARRO, 31 maio 1959)

Da mesma forma, a Gazeta de Botucatu publicou no dia 02 de junho de 1959 um texto intitulado “Eles e nós”, de autoria de Vieira Novelli, a partir do qual comenta a postura de Campinas de reclamar sua Faculdade de Medicina criticando de maneira incisiva a escolha de Botucatu para sediar a mesma²⁹. Parece inconcebível ao autor que Campinas queira tirar de Botucatu o *“direito sagrado de reivindicar para si um curso superior, de cobiçar para seus filhos a serenidade de um estudo mais calmo e mais eficiente à sombra e no aconchego de suas serranias [...]”*.

Novelli afirma que, em termos gerais, as duas cidades tinham iguais condições de receber uma escola médica, portanto, não haveria razão para que Botucatu fosse “desmerecida”. Aponta ainda que as duas cidades lutavam pelos mesmos ideais, ou seja, para que os profissionais que outrora abandonaram o interior, voltassem a este trazendo seus conhecimentos, *“devolvendo à paz intocada das cidades pequenas a gratidão pelo berço que os embalou na vida”*.

²⁹ Notícia constante do Fundo Conselho de Entidades de Campinas, Arquivo Central/SIARQ.

Agradece Zeferino Vaz por ser favorável à instalação da Faculdade de Medicina na cidade e sai em sua defesa:

Ao opinar pela instalação em Botucatu [...] agiu dentro da técnica e da observação positiva, na defesa dos interesses superiores do patrimônio intelectual e econômico do Estado. Não o moveram interesses pessoais, nem injunções políticas. Opinar contra Campinas foi para ele motivo de aborrecimento e desgosto, mas teve de fazê-lo, premido pela objetividade do empenho e pela responsabilidade de sua função [...] (NOVELLI, 02 jun. 1959).

E manda um recado aos críticos:

[...] Ofender é recurso de espíritos fracos e incapazes de raciocinar. De nossa parte, não queremos magoar ninguém, muito menos a população culta e altamente educada de Campinas. Não aceitamos a luva que algum emboscado tentou inutilmente atirar-nos à face. Não chegaria mesmo até estas serranias (NOVELLI, 02 jun. 1959).

Finaliza seu texto solicitando para que ninguém mais causasse conflito entre as duas cidades que, apesar de passarem por um momento delicado, causado por ciúmes, “*continuam a ser irmãs*”.

Muitas outras notícias do período foram encontradas na documentação do Fundo Conselho de Entidades de Campinas e, posteriormente, na Coleção Antonio Francisco Bastos. Relatos de reuniões, informação de novos encaminhamentos, declarações de apoio, enfim, os mais diversos indícios de que a luta se estenderia ainda por um bom tempo eram evidenciados nas reportagens da época.

Uma das últimas notícias do ano de 1959, pertencente à Coleção Antonio Francisco Bastos, inclusive, ainda fazia referência ao fato de o Governador Carvalho Pinto precisar avaliar o relatório enviado por representantes de Campinas para decidir se a cidade receberia, de fato, a Faculdade de Medicina. Além disso, informava que o então Secretário de Saúde, Fauze Carlos, faria visita aos campineiros para verificar a situação dos espaços propostos para abrigar as instalações da escola médica (CORREIO POPULAR, 12 nov. 1959).

No ano de 1960, a situação não foi diferente. Títulos de notícias como “Faculdade de Medicina de Campinas não pode ficar apenas no papel” (CORREIO POPULAR, 26 nov. 1960); “Campanha viva de um movimento de opinião pública consciente” (DIÁRIO DO POVO, 27 nov. 1960); “Impõe-se o pronunciamento do Sr. Carvalho Pinto sobre a Faculdade de Medicina” (CORREIO POPULAR, 01 dez.

1960); “Campinas espera sua Faculdade de Medicina” (CORREIO POPULAR, 08 dez. 1960), apontam que o caso permanecia inalterado, sem que, inclusive, houvesse previsão para que tudo fosse solucionado, portanto, ainda havia muito a ser feito por parte daqueles que lutavam pela instalação da escola médica³⁰.

Durante as pesquisas realizadas nas documentações supracitadas, ficou a pergunta: o que aconteceu com o Conselho de Entidades de Campinas após 1955? São poucas as notícias referentes à segunda fase da campanha em que esta entidade se faz presente. No entanto, como já foi mencionado, o seu surgimento se deu, entre outros motivos, justamente para atuar ativamente no movimento em prol da instalação de uma Faculdade de Medicina na cidade.

Em busca de respostas, foi preciso consultar a documentação específica da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina, referente aos anos de 1961 e 1962, constante do Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Documentação esta que será abordada em seus detalhes no próximo capítulo.

O principal documento analisado, referente à Campanha, foi o dossiê organizado pelo próprio Conselho de Entidades, já descrito no início do capítulo. Uma das notícias contidas neste dossiê fala, de maneira sucinta, sobre a ausência do Conselho nas reportagens apontadas anteriormente.

A notícia mencionada é datada de 17 de janeiro de 1961 (sem indicação do jornal a qual pertence) e intitula-se “Ressurge a Ação do Conselho das Entidades de Campinas Pró-Faculdade de Medicina”. Segue trecho explicando brevemente o que ocorreu:

Na luta que Campinas tem travado no sentido de se instalar em nossa cidade a sempre prometida Faculdade de Medicina, o Conselho das Entidades, congregando 18 organizações de real prestígio, ocupou um papel saliente, ao lado de parlamentares, da imprensa e de tantos outros elementos de representação e bem assim da Edilidade. Todavia, por motivos poderosos, o Conselho, há muito tempo já cessara a sua atuação em prol do solucionamento de problemas de alto interesse para a nossa coletividade [...]. (s.ref., 17.jan.1961)

Como se pode observar, a notícia não explica quais seriam esses “*motivos poderosos*” responsáveis pela dissolução do Conselho. As notícias e outros documentos que vêm a seguir, ainda compondo o dossiê outrora apresentado, não mencionam mais o assunto, portanto, fica-se sem saber o que realmente ocorreu.

³⁰ Notícias constantes da Coleção Antonio Francisco Bastos.

Entretanto, mesmo com o fim de suas atividades, muitos integrantes do grupo continuaram ativos na Campanha, como se pode observar através das associações e entidades que assinaram o Relatório enviado a Carvalho Pinto em 1959, tais como Rotary Club, Lions Club, Associação Comercial e Industrial de Campinas, Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, entre outras já mencionadas neste capítulo. Como se verá adiante, o Conselho de Entidades exerceu papel fundamental para a Campanha em 1961 e 1962, no entanto, entendo que naquele momento (segunda fase das lutas), a ausência de sua estrutura completa não trouxe tantos prejuízos ao movimento reivindicatório, não só porque não havia assumido sua organização (da campanha), mas também devido à participação isolada de algumas entidades que o compunham.

De volta à Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina e aos seus respectivos documentos, percebe-se que as reivindicações pela instalação de uma escola médica na cidade ainda perduraram por muito tempo, sem que obtivessem uma resposta efetiva por parte do Governo Estadual. Como vimos, a primeira fase da Campanha resultou na promulgação da Lei nº 2.154/1953, substituindo a Faculdade de Direito pela Faculdade de Medicina. Por um tempo, a cidade concentrou-se em noticiar suas conquistas e, vez ou outra, cobrar um posicionamento por parte do então Governador Lucas Nogueira Garcez referente a esta questão. Passou-se seu mandato, entrou um novo Governador: o Sr. Jânio Quadros, e diante da evidência de que o assunto havia se perdido, retomou-se a Campanha outrora “abandonada”, constituindo, portando, sua segunda fase. É neste momento que surge o Conselho de Entidades de Campinas, congregando as mais variadas associações e entidades campineiras, a fim de engrossar o coro em prol da instalação da Faculdade de Medicina. O Conselho não se manteve ativo por muito tempo, no entanto, alguns de seus antigos membros continuaram engajados na luta. O resultado, no entanto, não foi muito animador: conseguiram apenas que Jânio Quadros recriasse a Faculdade de Medicina, através da Lei nº 4.996/1958, mas isso nem era preciso, uma vez que já existia uma lei anterior ainda vigente.

Mesmo com a promulgação desta última lei, os campineiros não deixaram a movimentação diminuir e já no início do mandato do Governador Carvalho Pinto, foram reivindicar a instalação de uma escola médica na cidade. No entanto, alegando falta de recursos financeiros, o Governo Estadual determinou que apenas uma instituição de ensino médico fosse imediatamente criada, no caso, em

Botucatu, de acordo com parecer enviado por uma Comissão criada por este mesmo Governador. Novas manifestações foram realizadas, novas entidades declararam apoio, enfim, a luta seria longa.

É a partir deste panorama que Roberto Franco do Amaral, em seu discurso de posse como Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, ao final de 1960, solicitou que as entidades anteriormente congregadas ao Conselho de Entidades se reunissem novamente, a fim de dar coro às lutas pela instalação da escola médica na cidade.

Desta forma, o Conselho de Entidades de Campinas retomou suas atividades, voltando-se completamente para a questão da instalação da Faculdade de Medicina, criada e recriada no âmbito legal, mas que ainda não havia saído do papel. O próximo capítulo será destinado, portanto, à análise do dossiê referente à terceira fase da Campanha, a qual foi inteiramente organizada e coordenada por este Conselho, resultando na criação da Universidade de Campinas.

Capítulo 03

O Conselho de Entidades de Campinas e a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina

A Faculdade de Medicina de Campinas, inicialmente criada pela Lei nº 2.154/1953, recriada pela Lei nº 4.996/1958, e finalmente incorporada à Universidade de Campinas, criada pela Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, através de seu Artigo 29, teve o seu primeiro vestibular em abril 1963. Havia 1654 inscritos para 50 vagas, índice muito acima do esperado (MENEGHEL, 1994, p.96). Em maio do mesmo ano, os alunos aprovados tinham sua primeira aula.

O curso de Medicina funcionou provisoriamente na Maternidade de Campinas, já que o prédio que abrigaria a Universidade de Campinas ainda não havia passado pelas adaptações necessárias. O primeiro professor contratado, em fevereiro de 1963, foi o Prof. Walter August Hadler, para assumir a cadeira de Histologia e Embriologia (GOMES, 2007, p.36).

A Universidade de Campinas tinha como Reitor o Prof. Cantídio de Moura Campos, no entanto, como ele era o Diretor da Faculdade de Medicina antes de assumir a nova função, esta havia ficado sem dirigente. Em substituição, foi designado para a função o Dr. Antonio Augusto de Almeida, oftalmologista campineiro que será posteriormente mencionado neste capítulo.

A campanha em prol da instalação de uma escola médica em Campinas obtém êxito. Foi o resultado de uma terceira fase de mobilização, então organizada e coordenada pelo Conselho de Entidades. Essa mobilização da sociedade campineira será abordada a seguir.

A maioria dos documentos aqui citados foi consultada a partir do CD “Memórias da Unicamp 1950-1966”, mencionado no primeiro capítulo, quando das descrições dos conjuntos documentais. Majoritariamente, contém edição de material referente ao dossiê organizado por esta entidade, mencionado anteriormente. Os documentos não pertencentes a este CD estarão indicados e sua procedência será apresentada.

3.1 A Terceira Fase da Campanha (1961-1962)

Na solenidade de posse da nova Diretoria da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas, em dezembro de 1960, Dr. Roberto Franco do Amaral, já empossado, proferiu em seu discurso as seguintes palavras:

Ensino médico, eis-nos diante de magno objetivo: a Faculdade de Medicina. Criada há tantos anos, sua instalação vem se adiando por uma série de circunstâncias, difíceis de encontrarem uma explicação plausível para qualquer um de nós que vivemos este direito por tanto tempo.

[...]

Revivendo movimento dos mais profícuos neste sentido, a Sociedade de Medicina e Cirurgia faz um apelo veemente a todas as entidades para que se unam novamente a fim de irmanar o povo num só trabalho [...]. (AMARAL apud s.ref., 20 dez. 1960)

O Conselho de Entidades de Campinas, a partir desse momento, foi novamente composto e tomou a frente da organização e das ações referentes à reivindicação pela instalação da Faculdade de Medicina. Entende-se, portanto, que esta é a terceira fase da Campanha.

A primeira reunião do Conselho de Entidades divulgada pela imprensa escrita ocorreu em 16 de janeiro de 1961, na sede das Sociedades Reunidas (s.ref., 17 jan. 1961). Dentre os presentes, cito Roberto Franco do Amaral (Presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas); Ruy Rodrigues (Presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas); Ary de Arruda Veiga (Presidente da Associação Campineira dos Funcionários Públicos) e Eduardo de Barros Pimentel (Delegado local do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP)³¹.

Uma das principais atividades do Conselho seria a articulação de uma Campanha que não se encerrasse até que o intento estivesse plenamente alcançado. O encontro foi voltado para explicações a respeito do funcionamento do Conselho, entre outras informações mais gerais.

³¹ Também participaram: Helio Miranda (Presidente da Associação Rural de Campinas); Wilson Brandão Tofano (Presidente do Clube dos Agrônomos de Campinas); Reinaldo Calil (Presidente do Clube dos Advogados); José Carlos Alves da Silva (Presidente da Associação dos Cirurgiões Dentistas); João Rodrigues Serra (Presidente da Associação Campineira de Imprensa) e Mery Freire Jr. (Vice-Presidente do Centro de Ciências, Letras e Artes). (s.ref., 17 jan. 1961)

A primeira sugestão referente à instalação da Faculdade de Medicina foi a seguinte: solicitar apoio da Câmara Municipal para a criação de uma “Semana Pró-Faculdade”. A proposta não foi detalhada, visto que nova reunião seria agendada para tratar mais especificamente sobre o assunto, além disso, esperava-se que mais entidades já congregadas ao Conselho comparecessem e que se estudasse a admissão de novas associações campineiras.

Uma notícia publicada em 24 de janeiro de 1961, sem indicação de jornal, intitulada “Movimenta-se o Conselho das Entidades de Campinas na Luta pela Faculdade de Medicina”, traz os resultados de mais uma reunião ocorrida na sede das Sociedades Reunidas. Na ocasião, fez uso da palavra o Dr. Antonio Augusto de Almeida, indicado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia como representante na luta pela Faculdade de Medicina, tendo em vista que ele já atuava anteriormente na campanha, segundo a reportagem. Sua fala teve o intuito de relatar detalhadamente as ações já desenvolvidas para conquistar a instalação da escola médica em Campinas.

Eduardo de Barros Pimentel, nesta mesma reunião, apresentou aos membros do Conselho um organograma a fim de intensificar as atividades em prol da instalação da Faculdade, iniciativa que encontrou apoio entre os participantes. Além disso, decidiu-se convidar mais entidades para engrossar o movimento, sendo elas: Rotary Club Norte, Lyons Club Norte, Associação Campineira de Turismo, Clube dos Lojistas, Plenário Sindical de Campinas, União dos Viajantes e Representantes Comerciais, União Campineira dos Estudantes Secundários e a Ordem dos Economistas de Campinas (s.ref., 24 jan. 1961).

Uma notícia publicada em 07 de fevereiro de 1961, sem indicação do jornal à qual pertence, intitulada “Conselho das Entidades de Campinas aprovou Plano de Trabalhos Pró-Instalação da Fac. de Medicina”, informa que um relatório estaria sendo preparado para ser enviado ao Governador Carvalho Pinto e, dentre os assuntos, seria apontado o problema da falta de médicos no Estado, sobretudo em Campinas e região, motivo mais do que justo para se reivindicar a instalação em uma escola médica nesta cidade. Durante a reunião do Conselho de Entidades, foi apresentada uma estatística que apontava que a região de Campinas possuía um médico para cada três mil pessoas, número muito acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Outra questão que seria apontada no relatório referia-se ao “*êxodo de estudantes para outros Estados da Federação, com prejuízos para as famílias e para o próprio Estado, que incorre a perder em cada um deles, um médico [...]*” (s.ref., 07 fev. 1961). Em outras palavras, a falta de estabelecimentos de ensino nas proximidades fazia com que, cada vez mais, os estudantes saíssem em busca de vagas, inclusive em outros Estados, e não voltassem mais à sua cidade de origem, provocando, como já abordado, a falta de profissionais nessas regiões.

Além desses tópicos, seria consultado um técnico que já havia trabalhado no Plano de Ação do Governo do Estado para prestar serviços na elaboração do Plano de Trabalho do Conselho de Entidades.

Uma das últimas determinações da reunião foi a seguinte:

[...] criação de 10 comissões todas trabalhando em prol da Faculdade, numa empreitada de serviço que visa desde os mais superficiais estudos até mesmo o levantamento de várias estatísticas que venham a comprovar razão da reivindicação campineira. Tudo o que se fez até agora em prol da Faculdade será catalogado bem como serão processados contato com todas as associações, clubes, etc., a fim de promover palestras sobre o assunto. (s.ref., 07 fev. 1961)

A ideia era que todo esse movimento (palestras e reuniões) fosse realizado nas cidades da região, para também conscientizá-las e informá-las sobre o assunto. Também foi pensado em fazer estudos sobre o Plano de Ação do Governo do Estado, bem como verificar se a Faculdade deveria ser Estadual, Federal ou até mesmo particular: seriam levantados os pontos positivos e negativos de cada uma delas.

Uma notícia publicada no ‘Diário do Povo, em fevereiro de 1961 (sem indicação do dia de publicação), intitulada “Campinas se movimenta em favor da sua Faculdade de Medicina”, traz os nomes dos membros das dez comissões referidas anteriormente, que serão reproduzidos nos próximos parágrafos. Em complemento, consultei o dossiê mencionado no início do capítulo anterior, organizado pelo próprio Conselho de Entidades, intitulado “Contribuição para a História da Faculdade de Medicina de Campinas”, mais especificamente a parte II – A Campanha, subitem Estruturação, na qual constam a nomeação das comissões e as atribuições de cada uma delas.

A Comissão Coordenadora era formada pelo Dr. Eduardo de Barros Pimentel, Dr. Roberto Franco do Amaral, Ruy Rodrigues e Dr. Ary de Arruda Veiga.

A Comissão A era composta pelo Dr. Azael Lobo, Mery Freire Júnior, Adolfo Yahn, Dr. Rogério Drumond Burnier, Romílio D. Arruda e Dr. Geraldo de Castro Andrade. Este grupo ficou com a incumbência de catalogar tudo o que havia sido feito até aquele momento pela Faculdade de Medicina (aspectos prós e contras), e também de catalogar as razões favoráveis e contrárias (o documento não é muito explicativo, mas acredito que se refira às razões referentes à escolha de Campinas para sediar a escola médica).

A Comissão B era composta por vários membros: Dr. João Luiz Menezes Guimarães, Prof. José Roberto Lucas, Dr. José Junqueira, Celso Pousa, Jaime Silva, Mauri Xavier, Hilton Federici, Dr. Leôncio de Souza Queiróz, Cheda Name Saad, Ricardo Manarini, Dr. Luiz Piccoloto, Dr. Irineu Luders, Alaor Malta Guimarães, Dr. José Jofre da Silva Melo, Dr. Leonardo Goldstein, Adão Focesi e José Guarnieri. A este grupo coube o levantamento da Região Geoeconômica que seria beneficiada pela Faculdade de Medicina instalada em Campinas (deveriam ser analisados os aspectos populacionais, referentes à localização, impostos, entre outros). Deveriam também realizar o mesmo levantamento para as regiões indicadas para outras Faculdades de Medicina.

Faziam parte da Comissão C: Dr. Herculano Gouvêa Neto, Hélio Miranda, Ary Rodriguez, Carlos Martinho, Dilermando Ventura Menito, Roberto Zingra Medeiros Jorge, Dr. Domingos Boldrini, Ferdinando Panatoni, Dr. Carlos Mauricio Lencastre e Walter Belenzani. Os membros deveriam procurar entidades com o intuito de promover as palestras sobre a Faculdade de Medicina. A Comissão A deveria subsidiá-los na elaboração de uma palestra padrão e também na obtenção de telegramas ou ofícios dirigidos ao Governador, por parte das associações, para encaminhamento oportuno. Caberia à Comissão C designar um membro para proferir as palestras.

A Comissão D era composta pelo Dr. Rafael Flores da Silva, Dr. Plínio do Amaral, Dr. Max Franco, Dr. Edward de Vita Godoy, Dr. Roberto Barbosa, Prof. Lívio Tomaz Pereira, Dr. Carlos P. Stevenson, Franz Victor Gsodan, Cid Ferrão, Aduino Maia, Sílvio Caiafa, Alberto Risk, Augusto Nadalutti e Dr. Marcelo de Alencar. Para esta Comissão coube determinar as cidades que seriam visitadas a fim de obter apoio das autoridades e das entidades, com auxílio da Comissão B. Além disso, deveria se organizar juntamente com os Rotarys e Lions dessas mesmas cidades, para, juntamente com Câmara de Vereadores e Prefeitos, realizar palestras (apoio

da Comissão A). Deveria também, dessas mesmas cidades, com subsídios da Comissão A, conseguir telegramas e ofícios dirigidos ao Governador para encaminhamentos futuros. Por último, cabia a esse grupo manter todas as entidades consultadas informadas sobre o andamento da Campanha.

Integravam a Comissão E os seguintes membros: Dr. José Carlos Alves da Silva, Dr. Luiz Gastão Mangabeira Albernaz, Dr. Alberto Galo, Dr. José Vicente, Dr. Darcy Paz de Pádua, Dr. Luiz de Tella e Milton Calil. Coube aos integrantes estudar o Plano de Ação do Governo do Estado, com o intuito de verificar a possibilidade de instalação da Faculdade de Medicina. Ficaram responsáveis também por estudar a conveniência de se ter a escola médica Estadual, Federal ou particular, analisando-se todas as vantagens e desvantagens de cada uma delas.

A Comissão F era composta pelo Dr. Reinaldo Calil, Benedito Rossi e Dr. Mário Nicola de Nucci. Os membros deveriam estudar o aspecto legal da instalação da Faculdade de Medicina em Campinas e em outras cidades em que a mesma foi prevista. Deveria ser analisado também os aspectos de sua não instalação (em Campinas).

Eram membros da Comissão G: Dr. Antônio Carlos de Souza, Dr. Francisco Toledo e a Comissão Coordenadora, que ficaram responsáveis por visitar as autoridades de Campinas com o intuito de informar-lhes sobre as atividades desenvolvidas durante a Campanha e também para conseguir telegramas ou ofícios dirigidos ao Governador para encaminhamentos futuros.

A Comissão H era composta pelos membros: Dr. Antonio Augusto de Almeida, Dr. Wilson Brandão Toffano, Luso Ventura, Júlio Atlas, Hermenegildo Filho, Dr. Laerte de Moraes, Jamil Gadia, os deputados Marcondes Filho, Dante Perri, Ruy de Almeida Barbosa, Eduardo Barnabé, Ruy Novaes, Harry Normanton, Dr. Ruy de Paula Leite, Nelson Omegna, Cataldo Bove e Dr. João de Souza Coelho. Essas pessoas ficaram encarregadas de trabalhar junto à Câmara Municipal, ao Legislativo Estadual, ao Conselho Universitário e àqueles que poderiam, de alguma forma, influir na decisão do Governador.

Faziam parte da Comissão I as seguintes pessoas: Dr. Altino Gouveia, Rosalvo L. Silva, João Serra Rodrigues e Ferdinando Panatoni. Para este grupo ficou a incumbência de trabalhar junto à Imprensa e ao Rádio, divulgando as atividades das Comissões. Da mesma forma, deveriam colecionar tudo o que saísse sobre a Campanha nos veículos de comunicação campineiros ou de outras cidades.

Indicariam membro para acompanhar visitas e reuniões feitas em Campinas ou em outras cidades.

A Comissão J era composta por Paulo Mangabeira Albernaz, Antonio Augusto de Almeida, Alfredo Martinelli, Gabriel Porto, Heitor Nascimento, André Tosello, Simão Podolski e J. O. Aboin Gomes Júnior. A esta Comissão coube estudar as situações das demais Faculdades de Medicina, verificar os investimentos para a instalação da Faculdade de Medicina campineira, estudar as condições de formação do corpo docente, para a constituição do hospital anexo à escola médica e demais necessidades (DIÁRIO DO POVO, fev. 1961; CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS, 1961/1962).

Além das dez comissões apontadas acima, havia uma décima primeira, chamada de “Comissão K”, que deveria estudar projetos para divulgação da Campanha, além de estudar a criação de símbolos, cartazes, entre outros itens. Faziam parte: Hélio L. Martini, Raphael P. Camargo, Benedito O. Barbosa, Marcelo Rocha Junqueira, Archimedes Alves e Armando F. Marques (CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS, 1961/1962).

A reportagem informa que as Comissões já estavam se reunindo e, inclusive, toda a população que quisesse, poderia trabalhar conjuntamente com elas, a fim de contribuir para o movimento. Foi designado como Coordenador Geral das Comissões o Sr. Eduardo de Barros Pimentel. Como coordenadores foram designados os Srs. Roberto Franco do Amaral e Ruy Rodrigues. Como secretário foi indicado o Sr. Ary de Arruda Veiga. A Comissão Organizadora se reuniria semanalmente para discutir o andamento da Campanha (DIÁRIO DO POVO, fev. 1961).

Uma notícia publicada pelo jornal ‘A Gazeta’, em 03 de março de 1961, intitulada “Faculdade de Medicina para Campinas”, informa que mais duas entidades declararam apoio à Campanha: Sociedade dos Desenhistas e União Campineira dos Estudantes Secundários.

Em 08 de março de 1961, os primeiros resultados dos trabalhos das Comissões aparecem na imprensa, através do ‘Correio Popular’, que publica uma matéria intitulada “Toma Vulto a Campanha Pró-Faculdade de Medicina de Campinas”, na qual informam que algumas visitas já haviam sido realizadas. Primeiramente, visitou-se os jornalistas Pedro Monteleone e Maurício Loureiro Gama, em São Paulo, com o intuito de agradecê-los pelos apoios prestados junto à

imprensa. Foi realizada também uma visita ao Professor Cantídio de Moura Campos, designado legalmente como Diretor da Faculdade de Medicina de Campinas. Nesta reunião, foi conversado sobre as atividades deste professor em favor da instalação da escola médica. Além disso, foi consultado sobre suas ações no sentido de se “*constituir um ilustre corpo docente*” para a Faculdade de Campinas.

Outro destaque da notícia foi o resultado de um estudo, que apontava para um déficit de mais de 3000 vagas para os candidatos que se inscreveram para o curso de Medicina: havia 250 vagas para 3750 inscritos. Além disso, mostrava que o Estado de São Paulo possuía uma deficiência de mais de quinze mil médicos (CORREIO POPULAR, 08 mar. 1961). Este seria um dos estudos que comporiam o relatório a ser enviado ao Governador Carvalho Pinto, indicando a urgência em se instalar mais Faculdades de Medicina.

Novos resultados dos trabalhos das Comissões são apresentados através do jornal ‘A Gazeta’, em 10 de março de 1961, em matéria intitulada “Instalação da Faculdade de Medicina de Campinas”.

A Comissão E apresentou, através do Dr. Luiz Gastão Mangabeira Albernaz, alguns resultados, sendo eles: 1) não constava no Plano de Ação do Governo do Estado informações sobre instalação de novas Faculdades de Medicina, apenas verbas destinadas às melhorias das já existentes; 2) a Faculdade de Medicina, após intensos estudos, deveria ser subsidiada pelo Governo do Estado, tal como já estava previsto em legislação.

A Comissão B, responsável, entre outras coisas, por analisar as condições geoeconômicas de Campinas em detrimento das outras cidades que contavam com uma Faculdade de Medicina, informou que seus trabalhos estavam quase concluídos e um “*mapa rodoferroviário capaz de provar a importância de Campinas como centro de comunicações, o mais completo do interior do Estado*” estava em fase de elaboração.

A Comissão I, responsável pelos contatos com a imprensa, informou que estava agendada uma visita de certo grupo de campineiros a São Paulo para, dentre outros compromissos, visitar Pedro Monteleone, diretor de ‘A Gazeta’, tendo em vista que foi um dos engajados em demonstrar, em 1960, através da Seção Atividades Científicas, que Campinas poderia receber imediatamente uma escola médica. Também estavam programadas “*visitas aos jornais, emissoras e estações*

de TV, com o objetivo de esclarecer a pretensão de Campinas sobre a Faculdade de Medicina”, assim como também estavam previstos comícios e entrevistas.

Ainda segundo a notícia, as comissões receberam também cartas dos parlamentares Ruy de Almeida Barbosa, Angelo Zanini e Luís Roberto Vidigal, em resposta aos telegramas enviados a eles, confirmando seus serviços em prol da concretização da luta dos campineiros: a instalação e efetivo funcionamento da Faculdade de Medicina.

Mais uma visita foi agendada e realizada, desta vez no Palácio Episcopal, para falar com o Arcebispo Dom Paulo de Tarso Campos, em março de 1961, a fim de ouvir sua opinião sobre o movimento em prol da Faculdade de Medicina e também para solicitar sua contribuição para o mesmo. Vários jornais noticiaram sobre o encontro, sendo eles: Diário do Povo, em 11 de março de 1961, com uma matéria sob o título “Arcebispo Metropolitano: “Estou apto a pegar em armas a favor da luta pela instalação da Faculdade de Medicina””; Correio Popular, sem data, cuja notícia intitulava-se “Arcebispo Metropolitano dá inteiro apoio ao Movimento Pró-Faculdade de Medicina”; Diário de São Paulo, em 12 de março de 1961, cujo texto intitula-se ““Não poderia ser indiferente ao progresso de Campinas”” e A Gazeta, em 13 de março de 1961, com uma matéria sob o título “Tenaz luta de Campinas pela instalação da sua Faculdade de Medicina”.

Participaram do encontro os seguintes membros: José Roberto Lucas, Altino Gouveia, Mário Cândido Pedroso, Eduardo de Barros Pimentel, Roberto Franco do Amaral, Rogério Burnier, Alfredo Martinelli, Mário Freire Júnior e Paulo Mangabeira Albernaz. Dom Paulo de Tarso, após ouvir a explanação dos visitantes, afirmou que faria o possível para ajudar Campinas nessa reivindicação. Disse, inclusive, que oportunamente se reuniria com o Governador para explicar as reais pretensões da cidade ao instalar a Faculdade de Medicina.

Os campineiros afirmaram ao Arcebispo que:

Baseados em dados estatísticos e minuciosos, que dão a Campinas todas as condições de sediar a nova escola, chegarão por criar uma mentalidade nova sobre o assunto, fazendo com que todas as autoridades responsáveis pelo problema venham a inteirar-se de forma concreta dos fatos. Não se cogita de menosprezar o interesse de outras cidades que objetivam a instalação também de uma Faculdade de Medicina, mas sim farão o máximo para mostrar os valores de Campinas nesse sentido. (CORREIO POPULAR, sem data)

O Arcebispo, durante a visita, deu as seguintes declarações:

Não poderia ser indiferente a qualquer movimento que vise ao bem e ao progresso da cidade de Campinas. Com relação à criação da Faculdade de Medicina, já tive oportunidade de pronunciar-me, favoravelmente, tendo mesmo, nesse sentido, manifestado o meu pensamento ao governador do Estado. [...]

Como arcebispo de Campinas, não poderia senão rejubilar-me com a instalação da Faculdade de Medicina, o que viria a satisfazer a inúmeras famílias que não podem, por dificuldades econômicas, enviar os seus filhos a centros distantes. Aliás, Campinas é uma das cidades mais populosas do Estado, situada em região de grande concentração demográfica, além de constituir notável centro de clínicas especializadas. (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 12 mar.1961)

As notícias informaram também que um programa publicitário estava sendo organizado para informar à população os resultados das pesquisas e estudos elaborados pelas Comissões, com o intuito de que as vantagens de Campinas fossem expostas a todos.

Na notícia publicada pelo 'Correio Popular', referenciada anteriormente, informou-se que membros da Comissão I se reuniram com as autoridades locais e órgãos de Jundiaí para divulgar o movimento, ou seja, para fazer os primeiros contatos.

O jornal 'A Folha', através do seu diretor Adalberto de Paula Noves, colocou-se à disposição dos campineiros engajados, assim como as emissoras de rádio ZYE-6 Rádio Difusora, cujos dirigentes Tobias Muzael e Wilson Martins ofereceram um programa destinado à Campanha Pró-Faculdade de Medicina; e Rádio Santos Dumont, cujo diretor Gilson Lino se dispôs a tratar desta questão através do programa "Jornal Falado". Também demonstraram apoio os jornais 'O Jundiaense' e 'A Comarca' (CORREIO POPULAR, sem data).

Uma notícia publicada no jornal 'A Gazeta', de 16 de março de 1961, sob o título "Campanha pró Faculdade de Medicina de Campinas", traz novos resultados dos trabalhos realizados pelas Comissões, em nova reunião do Conselho de Entidades.

A Comissão J, liderada por Paulo Mangabeira Albernaz, responsável pelo estudo orçamentário para a instalação da Faculdade, informou que estava "*coligando dados em todas as Faculdades médicas já existentes, federais ou estaduais*", portanto, os resultados seriam apresentados em breve, visando, inclusive as questões referentes à organização de corpo docente. Roberto Franco do

Amaral solicitou a Albernaz que a Comissão *“procure estudar com o máximo cuidado este aspecto, pois que o desejo de todos os campineiros é que, se tivermos uma escola médica, seja ela de alto padrão técnico”*.

A Comissão I, responsável pela publicidade e propaganda, informou, através de Altino Gouveia, que um *“intensivo trabalho de divulgação e esclarecimento”* estava agendado para os próximos dias, não somente em Campinas, mas em toda a região. Apontou a realização de uma mesa redonda que seria divulgada por três estações de rádio campineiras; em Jundiaí o assunto seria debatido nas emissões de rádio, conjuntamente com membros de outras Comissões; em Americana e Limeira o assunto já tinha sido debatido nos respectivos Rotarys; em Amparo o assunto foi discutido no Rotary e em Vinhedo, no Lions. Ainda seria visitada a cidade de São João da Boa Vista, em seu Rotary e, além disso, membros das Comissões iriam a São Paulo, para falar sobre o assunto no Canal 4, emissora de TV, além de realizar duas mesas-redondas sobre a Campanha nesse mesmo canal.

Dr. Antonio Augusto de Almeida, membro da Comissão H, informou que escreveria uma série de artigos para serem publicados no jornal ‘A Gazeta’, fazendo uma retrospectiva histórica sobre as campanhas anteriores. Azael Lobo, líder da Comissão A, entregou aos organizadores da atual campanha material que resume o que já foi divulgado até àquele momento, tanto a favor quanto contra, inclusive com os pronunciamentos feitos na Assembleia Legislativa.

A Comissão K, através de Hélio Martini, informou sobre o apoio prestado pela Associação Campineira dos Desenhistas, mencionando que o Sr. Ítalo Balbo, membro desta organização, havia realizado uma *“exposição de trabalhos desenvolvidos, assinalando o que poderá ser a Faculdade de Medicina, com benefícios para toda a região de Campinas”*. A Comissão K informou ainda que mais desenhistas se juntaram ao movimento, sendo eles: Rafael Monteiro de Camargo, Lázaro Rocha, Geraldo de Souza e Lino Dorelli.

A Comissão C, através de Roberto Zingra Medeiros Jorge, informou que os resultados alcançados a partir de esforços por parte de seus membros, seriam apresentados em breve.

Ao final da reunião, mencionaram o apoio de um vereador de São Paulo, Sr. Homero Silva que, segundo a notícia, *“já iniciou a sua colaboração escrevendo sobre a justiça da causa campineira”*. Apontaram também a valiosa contribuição do movimento estudantil,

através de grêmios de ensino secundário e também pelos acadêmicos José Roberto Magalhães Teixeira, presidente do Diretório Universitário Central; Antonio Carlos Sodré Padilha, presidente do Diretório do Centro XVI de Abril; João Morais da Silva, presidente do C. A. XXV de Outubro; Cícero Simões de Oliveira, presidente do C. A. Dom Barreto; e os universitários Luiz Antônio de Castro Serra, Adir Giglintoni e Amadeu Violante dos Santos Monteiro. (A GAZETA, 16 mar.1961)

Na sequência, uma notícia publicada em 24 de março de 1961, no jornal 'A Gazeta', com o título "Apoio hipotecado pelo prefeito e vice ao justo anseio da população", informa que o prefeito Miguel Vicente Cury e seu vice, Dr. João de Sousa Coelho, eram favoráveis à Campanha. Em reunião do Conselho de Entidades, Sousa Coelho afirmou que o prefeito havia solicitado que ele justificasse sua ausência das reuniões, mas que isso não significava que ele estava alheio ao movimento. Inclusive, estava no aguardo de uma oportunidade para conversar pessoalmente com os coordenadores da Campanha.

Em continuação à sua fala, o vice-prefeito informou que havia conversando com o Dr. José Bonifácio Nogueira, Secretário da Agricultura, convidando-o a se juntar ao movimento. A sugestão, segundo Sousa Coelho, foi muito bem aceita, inclusive, com a possibilidade de ele receber, a qualquer momento, uma Comissão para conversar sobre o assunto.

Uma outra comissão foi criada, a Comissão L, que congregava os estudantes engajados na Campanha. O acadêmico Artur Duarte Conceição Filho relatou todas as atividades desenvolvidas até aquele momento, inclusive ações que seriam realizadas futuramente, tais como comícios e mobilização das entidades estudantis das cidades do Interior, posteriormente atingindo São Paulo e Santos.

Uma notícia publicada pelo 'Última Hora', em 18 de abril de 1961, intitulada "Faculdade de Medicina: líderes da Campanha preparam encontro com Governador do Estado", informa que os membros do Conselho de Entidades buscavam, dentro dos próximos dias, uma reunião com o Sr. Carvalho Pinto para pleitear a instalação da Faculdade de Medicina, uma vez que já contavam com subsídios suficientes para justificar a reivindicação.

Além disso, muitas entidades haviam encaminhado mensagens de apoio aos campineiros para o Governador e, dentre as últimas entidades, destacava-se a Cruzada das Senhoras Católicas, Jôquei Clube, Liga Campineira de Futebol, Clube Campineiro de Regatas e Natação, e Associação Atlética Ponte Preta. Em relação

às cidades, a reportagem informa que Amparo, Piracicaba, Sumaré e Jundiaí haviam se manifestado publicamente a favor da Campanha.

Finaliza-se a notícia esperando que novos apoios sejam conquistados, visto que a ideia era, justamente, *“recrutar o maior número possível de instituições, autoridades e pessoas diversas, bem como municípios”*, para que o Governador pudesse compreender *“a força do movimento”*. (ÚLTIMA HORA, 18 abr. 1961)

No Fundo Conselho de Entidades de Campinas, há uma terceira parte da documentação, conforme descrição efetuada nos capítulos anteriores, destinada às correspondências de apoio, que seriam as cartas favoráveis à Campanha, enviadas pelas mais diversas entidades ao então Governador Carvalho Pinto. Dentre elas, cito: Prefeitura Municipal de Campinas; Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Piracicaba; Câmara Municipal de Bragança Paulista; Prefeitura Municipal de Bragança Paulista; Prefeitura Municipal de Leme; Prefeitura Municipal de Pedreira; Prefeitura Municipal de Americana; Câmara Municipal de Jacareí; União Campineira dos Estudantes Secundários; Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas; Lions Clube de Vinhedo; Prefeitura Municipal de Vinhedo; Prefeitura Municipal de Jundiaí; Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; Câmara Municipal de Cosmópolis; Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana; Câmara Municipal de São Carlos; Prefeitura Municipal de Porto Feliz; União de Viajantes e Representantes Comerciais; Câmara Municipal de Campinas; Prefeitura Municipal de Itatiba; Câmara Municipal de Caconde; Câmara Municipal de Mogi-Mirim; Câmara Municipal de São João da Boa Vista; Companhia Mogiana de Estradas de Ferro; Rotary Club de Bragança Paulista; Ginásio Estadual de Valinhos; Câmara Municipal de Valinhos; Escola Técnica de Comércio de Valinhos; Associação Odontológica Poçoscaldense e Casa de Saúde de Campinas³².

Uma notícia publicada no jornal ‘Diário do Povo’, em 19 de abril de 1961, intitulada “Faculdade de Medicina virá num Governo Popular”, aponta que os campineiros estavam bastante confiantes de que, daquela vez, suas reivindicações seriam atendidas, já que o governo estadual da época vinha se destacando por suas medidas populares. Contribuiu para essa confiança o fato de que os membros do Conselho de Entidades verificaram que o movimento havia atingido quase todo o Estado de São Paulo, haja vista os inúmeros ofícios enviados ao Governador pelas

³² Os documentos foram doados a Zeferino Vaz por Ary de Arruda Veiga, Secretário do Conselho de Entidades de Campinas, anos após a conquista dos campineiros.

mais diversas associações, entidades, prefeituras e câmaras municipais. Sendo assim, concluiu-se que a primeira parte desta fase da Campanha estava chegando ao seu fim, já tendo sido designado os membros que iriam redigir o memorial a ser entregue ao Sr. Carvalho Pinto, em data a ser definida pelo próprio Governador.

A notícia é encerrada afirmando que mais entidades manifestaram apoio à Campanha e enviaram ofício ao Governador, sendo elas: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos; Liga Campineira de Basketball; Comissão Central de Esportes e Tênis Clube de Campinas. (DIÁRIO DO POVO, 19 abr.1961)

O jornal 'Diário de São Paulo', no dia 23 de abril de 1961, divulgou uma matéria chamada "Desenvolvimento da assistência médica no Brasil", que se trata, na verdade, do trabalho elaborado pela Comissão Organizadora da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina.

Ao longo do texto, informa-se que o Brasil possuía um número de médicos muito abaixo do indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), tanto que os indicadores apontavam atendimento medíocre na área da saúde (aproximadamente um médico para cada 1700 a 3300 habitantes). Desta forma, evidenciava-se, segundo o relatório, a necessidade de se instalar novas escolas médicas, pois a verdade era que milhares de candidatos eram impedidos de ingressar nas faculdades por falta de vagas.

Ao analisarem o Plano de Ação do Governo do Estado, constatou-se que boa parte da população ainda ficaria desassistida, mesmo com os investimentos em assistência médica e sanitária propostos (ampliação dos serviços). Ora, dizem os autores do trabalho, como se amplia a assistência médica sem prever a ampliação do quadro médico?

Voltando-se para a polêmica questão do local onde deveria ser imediatamente instalada uma Faculdade de Medicina, a Comissão Organizadora elaborou uma tabela comparativa de dados estratégicos referentes às seis cidades contempladas legalmente com uma escola médica: Campinas, São José do Rio Preto, Bauru, Catanduva, Lins e Botucatu. Os dados apontam que Campinas era a mais populosa, possuía mais médicos, maior número de habitantes por Km², mais hospitais e leitos, maior número de conclusões do Ensino Médio, mais colégios, colégios normais, maior arrecadação de impostos, mais jornais e estações de rádio, maior número de eleitores, a maior renda decorrente da produção industrial, mais

estabelecimentos industriais e maior atuação no meio agrícola (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 23 abr. 1961).

A Comissão Organizadora, afirmando ter elaborado seu trabalho a partir de dados técnicos objetivos e precisos, concluiu com a seguinte colocação:

Campinas não pede, por pedir, nem exige, por exigir, uma Faculdade de Medicina; oferece, isto sim, suas condições excepcionais, inequívocas e inigualáveis para a instalação de uma modelar Faculdade de Medicina, que poderá dar bons médicos para São Paulo, que poderá dar bons médicos para o Brasil. (COMISSÃO ORGANIZADORA apud DIÁRIO DE SÃO PAULO, 23 abr. 1961)

Uma notícia divulgada no jornal 'A Gazeta', em 19 de maio de 1961, intitulada "Faculdade de Medicina de Campinas", informa que o memorial a ser entregue a Carvalho Pinto, elaborado por Adolfo Yahn, já havia sido finalizado, congregando informações sólidas e precisas em favor da instalação da Faculdade de Medicina em Campinas. Uma comitiva de campineiros visitaria o Governador para realizar a entrega do documento, prevista para a primeira quinzena de junho.

3.2 A Comissão do Conselho de Entidades e o Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo

No entanto, uma notícia sem indicação de jornal e data, com o título "Dispensável no Estado (dizem) a instalação de novas escolas médicas", não traz boas notícias a Campinas. Segundo a reportagem, o Governador havia nomeado um grupo de trabalho, em outubro de 1960, para estudar as condições do ensino superior no período correspondente, além de verificar a situação dos núcleos populacionais do Estado. Referente ao número de médicos, o relatório apontava que o Estado de São Paulo *"em 1960 atingiu um nível que satisfaz, e que melhorará ainda mais graças à produção anual das nossas quatro faculdades (suscetível de aumento) associada ao valioso contingente vindo de fora"*. (GRUPO DE TRABALHO, Boletim nº 01 apud s.ref., sem data)

Na sequência, o documento aponta que

a instalação de novas escolas médicas no Estado de São Paulo, além de dispensável [...], tem o inconveniente de onerar pesadamente as finanças do Estado com verbas que terão melhor emprego se aplicadas a medidas de maior urgência, como a instalação de boas escolas rurais, a formação de maior número de engenheiros sanitários, de enfermeiras e de técnicos para os serviços de saúde, a expansão da rede ferroviária e das obras de saneamento, a reforma da casa do homem do campo, a intensificação da produção agrícola para que se possibilite fornecer à família rural uma alimentação mais nutritiva. O lucro, quer na ordem econômica, quer do ponto de vista espiritual, será muito maior tanto para o indivíduo como para a comunidade. (GRUPO DE TRABALHO, Boletim nº 01 apud s.ref., s.d.)

O grupo de trabalho era composto por professores da Universidade de São Paulo, sendo eles: A. Almeida Júnior, Michel Pedro Sawaya, Antonio Augusto Soares Amora, Oscar Bergstrom Lourenço e Hélio Lourenço de Oliveira. Havia ainda mais um membro participante, no entanto, a notícia não o identifica e nem esclarece o motivo pelo qual ele não estava atuando, naquele momento, nos trabalhos do grupo.

O trecho do relatório selecionado pela notícia contradisse todos os estudos e pesquisas levantados pelas Comissões organizadas pelo Conselho de Entidades, os quais afirmavam que o Estado de São Paulo necessitava urgentemente de mais médicos, portanto, a instalação da Faculdade de Medicina em Campinas era uma medida que não poderia tardar.

Em resposta, uma notícia publicada no jornal 'A Gazeta', em 22 de maio de 1961, intitulada "Tomará atitude o Conselho das Entidades face ao pronunciamento do Grupo de Trabalho que aconselha a dispensa de novas escolas médicas no Estado", informou que o Conselho de Entidades reuniria todos os membros das comissões que já possuíam seus trabalhos concluídos para se posicionar urgentemente frente ao fato, além de propor discussões públicas, inclusive com os membros do Grupo de Trabalho, para que eles pudessem acessar os dados coletados até aquele momento e tomar conhecimento da real situação em que se encontrava o Estado no quesito assistência médica.

Tal como anunciado, o Conselho de Entidades, de fato, se reuniu para discutir sobre o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo (G.T.U.). Uma notícia publicada em 25 de maio de 1961, sem indicação de jornal, intitulada "Falho o Parecer do Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo sobre a Faculdade de Campinas", informa que, em reunião, foi aprovada

unanimemente a rejeição do parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho³³. A contestação foi a seguinte:

Causou surpresa a todos os elementos que participam da campanha pró-instalação da Faculdade de Medicina de Campinas, a publicação pela imprensa do primeiro relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho da Universidade, especialmente encarregado, pelo Sr. Governador do Estado, do estudo das condições do ensino superior.

Numa evidente desatenção aos princípios democráticos, o G.T.U. não procurou ouvir ou contestar num debate construtivo, os dados e os argumentos favoráveis que a população de toda uma região, das mais densamente povoadas, arrolou, num trabalho metuculoso de colaboração com as autoridades constituídas, no intuito de contribuir para a boa solução do problema relativo à instalação de uma faculdade de medicina no interior de São Paulo. (CONSELHO DE ENTIDADES apud s.ref., 25 maio 1961)

Tendo em vista que a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina teve um alcance considerável, além de toda a estrutura interna organizada pelo Conselho de Entidades, não havia como justificar, segundo a notícia, o fato de que o Grupo de Trabalho nem sequer ouviu a Comissão Coordenadora da Campanha antes de divulgar os resultados dos seus estudos.

A justificativa apresentada pelo Grupo de Trabalho para a falta de comunicação com os demais interessados versou sobre o seguinte apontamento: as atividades foram executadas *“dentro de limites estritos de tempo, sem dispor de auxiliares próprios e sem que nenhum de seus membros se afastasse de suas respectivas funções oficiais”*.

O Conselho de Entidades afirmou, por outro lado, que tais ressalvas só comprometiam ainda mais o estudo, visto que se houvesse mais tempo, poderiam ter consultado a recomendação da Organização Mundial da Saúde e comprovado que as áreas relativamente desenvolvidas necessitam de um médico para cada 750 habitantes, portanto, estavam muito abaixo do estipulado. Além disso, apontou o Conselho, a falta de auxiliares próprios impediu estudos mais elaborados e minuciosos, portanto, a conclusão poderia ter sido precipitada.

O argumento do Grupo de Trabalho, que diz que era suficiente a produção anual de profissionais das quatro faculdades de medicina existentes no Estado, somada aos médicos que vinham de outras regiões, foi contestado pelo Conselho de Entidades, em primeiro lugar porque, segundo ele, era realmente triste que São

³³ Notícia reproduzida em: O CONSELHO de Entidades Pró-Faculdade de Medicina rejeita o parecer do Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo. *A Gazeta*, São Paulo, 2- maio 1961.

Paulo, liderando todas as iniciativas mais valiosas em diversos aspectos, precisasse contar com o apoio de Estados vizinhos para que sua assistência médica fosse considerada “boa”, de acordo com os padrões da Associação Médica Brasileira; em segundo lugar, afirmava que era realmente complicado que as deficiências médicas do Estado fossem sanadas com um número alto de migração de médicos de outros Estados, principalmente porque essa *“migração implica em piora acentuada nas demais unidades do país”*. E complementa:

Um conceito regionalista impede que nossos irmãos tenham melhor sorte. São Paulo não precisa de mais escolas de medicina porque seu aparelhamento hospitalar, suas condições de conforto e transporte, seu desenvolvimento científico, suas oportunidades de melhor remuneração profissional, atraem um sem número de médicos dos estados vizinhos que aqui acorrem graças ao pequeno número, 270 apenas, de diplomados anualmente pelas nossas 4 escolas de medicina. (CONSELHO DE ENTIDADES apud s.ref., 25 maio1961)

Uma das consequências dessa migração, ainda segundo o posicionamento do Conselho de Entidades, era de que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, segundo a Associação Médica Brasileira, apresentavam assistência médica “péssima”, com um médico para 4 mil habitantes e, às vezes, apresentando até mesmo o índice de um médico para cada 7 mil pessoas.

Seguindo com a contestação, afirmou-se que era verdade que Campinas apresentava um bom índice médico/habitantes, sendo um para cada 768 pessoas. Em contrapartida, no entanto, Guarulhos possuía um médico para cada 9.136 habitantes, e Barueri possuía um médico para cada 31.275 habitantes. Como considerar, portanto, que o Estado possuía uma assistência média “boa”? A própria Valinhos, situada extremamente próxima a Campinas, não tinha uma boa assistência, portanto, a cidade não conseguia dar conta das demandas de seus vizinhos.

Já finalizando sua resposta, o Conselho afirma que o Grupo de Trabalho, *“agindo pelo modo como agiu, não respeitou nem ao menos o sagrado direito de inclinação vocacional. Negou ditatorialmente a igualdade de oportunidade garantida por preceito constitucional”*, em outras palavras, que os jovens procurassem outra profissão, pois já havia número suficiente de médicos.

A Comissão Organizadora da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina concluiu, assim, que novas escolas médicas eram necessárias e, portanto,

precisavam da imediata instalação desta instituição em Campinas. Sendo assim, seria mantida a entrega do memorial ao Sr. Governador.

Além da publicação da rejeição do Boletim do Grupo de Trabalho, segundo uma notícia publicada no jornal 'A Gazeta', em 26 de maio de 1961, intitulada "Instalação da Faculdade de Medicina em Campinas", ficou determinado que: 1) o jornalista Hélio Martini ficaria encarregado de coordenar uma mesa-redonda na TV Canal 4, sendo que o Conselho de Entidades deveria providenciar profissionais de destaque na área médica de Campinas, integrados à Campanha, e estudantes de Campinas e São Paulo para debater a necessidade urgente (ou não) da instalação de novas faculdades de medicina no Estado; 2) colaborar com a passeata que estava sendo organizada pelos estudantes da cidade de São Paulo, com o objetivo de apoiar a reivindicação campineira. Para tal atividade, o Dr. Wilson Brandão Toffano deveria encarregar-se dos contatos iniciais, ficando autorizado a oferecer ajuda para o que esses estudantes paulistanos precisassem para atingir seu intento; 3) solicitar cópia do Boletim nº 01 junto ao Grupo de Trabalho, para que o mesmo pudesse ser amplamente divulgado; e 4) continuar a Campanha, ainda com mais intensidade, para que o memorial indicando a necessidade de se instalar uma escola médica em Campinas chegasse às mãos de Carvalho Pinto.

Logo no início de junho de 1961, o Conselho de Entidades conseguiu o apoio do Secretário de Educação, Sr. Luciano de Carvalho, que confirmou sua presença no momento em que o memorial fosse entregue ao Governador, e também do Reitor da Universidade de São Paulo, Dr. Ulhôa Cintra, que, segundo a notícia, concordou com as argumentações levadas a ele pelos campineiros, referente à instalação da Faculdade de Medicina na cidade, demonstrando-se surpreso que uma cidade do porte de Campinas ainda não tivesse uma escola médica (A GAZETA, 05 jun. 1961).

Ficou acertado também que o Sr. Ruy de Paula Leite ficaria encarregado por combinar, conjuntamente com o Secretário da Agricultura, uma data para entregar o memorial a Carvalho Pinto, para então encerrarem a primeira fase da Campanha.

Em 16 de junho de 1961, a publicação de uma notícia intitulada "Presidente Jânio Quadros vai instalar a Faculdade de Medicina" trouxe, de certa forma, um alívio para os engajados, tendo em vista que a publicação do Boletim nº 01 do Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo preocupou as Comissões do Conselho de Entidades. Jânio Quadros, Presidente da República na época, informou aos políticos campineiros que estavam presentes numa recepção ocorrida na residência

do deputado Leôncio Ferraz, que era favorável à criação de escolas médicas no Estado de São Paulo, e contemplaria as cidades de Campinas, Botucatu e Bauru. Afirma ainda que

A prioridade de instalação, entretanto, caberá a Campinas, que, como se recorda, esperava que se cumprisse o projeto de lei nº 200, de autoria do deputado Ruy de Almeida Barbosa, pelo qual ficou criada a Faculdade de Medicina de Campinas. (s.ref., 16 jun. 1961)

Em busca de informações adicionais, consultei a Coleção Antonio Francisco Bastos e encontrei uma notícia publicada no ‘Correio Popular’, em 18 de junho de 1961, intitulada “Governo Federal disposto a ajudar o Estado na instalação da Faculdade de Medicina”, a qual menciona que, na mesma reunião em que informou que instalaria a escola médica em Campinas, Jânio Quadros afirmou que estaria disposto a ajudar o Governo do Estado no que dizia respeito aos recursos financeiros. Desta forma, o deputado Ruy de Almeida Barbosa já havia, inclusive, solicitado informações sobre o assunto, ou seja, se o Governador Carvalho Pinto aceitaria a ajuda financeira da esfera federal para auxiliar na instalação das Faculdades de Medicina do Estado.

Esperava-se, portanto, que a recomendação para dar preferência a Campinas fosse cumprida, afinal, segundo a própria notícia apontou através de sua retrospectiva histórica, a luta da cidade por uma escola médica não era nem um pouco recente.

Outra notícia, também da Coleção Antonio Francisco Bastos, publicada no ‘Diário do Povo’ em 20 de junho de 1961, intitulada “Reuniu-se o Grupo de Trabalho; defendida prioridade para instalação imediata das faculdades de medicina já criadas por lei”, informa que o Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo reuniu-se para debater o assunto referente à instalação de cursos superiores no Estado. A notícia relata que

A reunião, que foi das mais movimentadas, caracterizou-se por acirrados debates, defendendo os estudantes e os parlamentares presentes, particularmente o deputado Ruy de Almeida Barbosa, a necessidade da instalação imediata das faculdades de medicina já criadas por lei. Esclareceu-se na ocasião que as notícias publicadas com destaque na imprensa, de que o Grupo de Trabalho era contrário às novas instalações, não espelhavam, com fidelidade, a conclusão do mesmo [...]. (DIÁRIO DO POVO, 20 jun. 1961)

Em julho, Campinas recebeu uma Comissão Parlamentar Especial³⁴, instituída pela Assembleia Legislativa, em visita às cidades já contempladas legalmente com uma Faculdade de Medicina, para estudar detidamente o assunto, analisando-se todas as informações, possibilidades e dados disponíveis sobre o assunto.

Campinas foi a primeira cidade a ser visitada pela Comissão que, posteriormente, visitaria as cidades de Bauru, Botucatu, Lins e Catanduva. Dentre outros encontros formais, os parlamentares visitaram locais possíveis para sediarem a Faculdade de Medicina, tais como o Hospital do Isolamento, Escola de Cadetes e um terreno destinado à construção do Asilo de Órfãos.

Após visitas, a Comissão dirigiu-se à reunião do Conselho de Entidades, onde aproveitou a ocasião para informar que a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa se manifestava favorável à causa de Campinas. Diante da conversa com os membros da Comissão Parlamentar Especial, sobretudo levando-se em consideração as declarações favoráveis proclamadas por eles, Campinas estava confiante de que finalmente veriam suas reivindicações atendidas (CORREIO POPULAR, 05 jul. 1961).

Estava marcada para o dia 04 de agosto de 1961 a reunião com o Governador Carvalho Pinto, para discussão sobre as Faculdades de Medicina. Estariam presentes membros do Conselho de Entidades, além da Comissão Parlamentar Especial, Prof. Cantídio de Moura Campos, Prof. Zeferino Vaz e Coutinho Nogueira, secretário da Agricultura (JORNAL DE CAMPINAS, 10 jul. 1961)³⁵.

Não encontrei, dentre os documentos pesquisados, notícias de jornal informando sobre o resultado desta reunião.

³⁴ A Comissão era composta pelos deputados Farabulini Jr, Ruy de Almeida Barbosa, Eduardo Barnabé, Dante Perri, Leonardo Domingos Ceravolo, Rocha Mendes, Hilário Torloni, Fernando Mauro, Antonio Mastracola, Vicente Botta, Mendonça Falcão, Sra. Conceição Neves (CORREIO POPULAR, 05 jul. 1961)

³⁵ Notícia da Coleção Antonio Francisco Bastos.

3.3 O Memorial da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina

Dentre os documentos constantes do CD 06 do acervo do Arquivo Central/SIARQ, intitulado “Memórias da Unicamp 1950-1966”, há uma cópia do rascunho do memorial composto pelo Conselho de Entidades, que deveria ser entregue ao Governador Carvalho Pinto. Para facilitar a identificação, refiro-me ao documento somente como “memorial”.

Na Introdução, os membros do Conselho dedicaram-se a explicar os motivos pelos quais optaram por reivindicar a instalação da Faculdade de Medicina através, principalmente, de um memorial, sendo que o principal argumento utilizado foi o de proporcionar ao Governo uma série de justificativas e subsídios técnicos para que se pudesse comprovar que Campinas era, indiscutivelmente, segundo os autores, a melhor opção para sediar uma escola médica.

Continuando com as explicações, o documento aponta para a formação de subcomissões como forma de prover a Comissão Organizadora da Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina de informações para a produção do memorial, visto que elas possuíam as mais variadas incumbências. De acordo com seus autores, representantes de todas as classes profissionais e sociais compunham alguma comissão, sendo eles *“médicos, engenheiros, advogados, professores, estudantes, comerciantes, industriais, militares, funcionários públicos, etc.”*.

A partir de inúmeras buscas e consultas de informações, pesquisas, conversas e entrevistas com parlamentares, professores, autoridades governamentais, líderes médicos, entre outros, foi possível às Comissões e, conseqüentemente, à Comissão Organizadora da Campanha, chegar a algumas conclusões que serão abordadas a seguir.

O memorial foi subdividido da seguinte forma: “1. Da insuficiência do número de médicos”; “2. Da insuficiência das escolas de medicina existentes”; “3. A localização das escolas de medicina já criadas por lei”; “4. A cidade de Campinas”; e “5. As conveniências geográficas e as necessidades escolares”. Todas as partes do documento serão brevemente apontadas nos próximos parágrafos.

Em relação à insuficiência do número de médicos, a Comissão responsável por pesquisar e analisar os dados utilizou como parâmetro as informações da Organização Mundial da Saúde, que considerava como “ótima” a proporção de um

médico para cada mil habitantes. No entanto, os dados apontados informavam que algumas regiões do país apresentavam o índice de um médico para cada 7.140 pessoas. O Estado de São Paulo, um dos mais bem providos nesse sentido, apresentava um médico para cada dois mil habitantes, na média. Como a maioria desses profissionais estava concentrada na Capital, o Interior ficava defasado. Segundo os autores do memorial, o problema da falta de médicos era, portanto, uma questão muito séria e evidente, e tendia a se agravar se providências urgentes não fossem tomadas.

Tendo o Estado de São Paulo, à época, seis mil médicos para atender 12 milhões de habitantes, era preciso formar mais seis mil médicos para atingir o índice “ótimo” proposto pela OMS. Levando-se em consideração que as escolas de medicina já existentes colocavam no mercado, anualmente, 240 profissionais, seria necessário, no mínimo, 25 anos para que o objetivo fosse atingido. O memorial, no entanto, atenta para o fato de que nesses 25 anos muitas coisas poderiam acontecer, tais como aumento da população, aposentadorias e falecimentos dos médicos já atuantes e evasão de profissionais. Sendo assim, os formandos só cumpririam uma reposição, não havendo progressão do número total de médicos. Analisando por outro ângulo, o Estado de São Paulo possuía plenas condições de atrair profissionais de outros Estados, devido às melhores condições de trabalho e salários oferecidos, no entanto, tal atitude acarretaria em mais prejuízos para determinadas regiões do país que, muitas vezes, já sofriam com a escassez de médicos. Essa alternativa não poderia ser levada adiante, pois São Paulo, privilegiado nesses aspectos, deveria ser capaz de prover a si mesmo e, inclusive, outras regiões do país.

Tendo demonstrado a necessidade de novas escolas de medicina, os autores do documento questionavam se haveria número de alunos suficientes para completar os quadros discentes das novas instituições. Eles mesmos respondem:

Á mágoa dolorosa de alguns milhares de jovens paulistas, que nos últimos anos se inscreveram aos exames vestibulares nas diversas escolas de medicina, dentro e fora do Estado, que alcançaram notas, brilhantes até, e que não conseguiram iniciar o curso por falta de vagas, é boa resposta à pergunta. (CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS, 1961/1962)

Concluíram, portanto, que haveria, sim, candidatos suficientes para completar as vagas das novas instituições, estando “*patente a culpa do Estado, relegando ao*

tempo uma necessidade imperiosa, a da criação de novas escolas”, principalmente porque a esses candidatos frustrados, segundo o documento, não faltavam formação ou preparo, mas sim vagas. Já que haviam sido criadas as escolas médicas em Campinas, Botucatu, Lins, Bauru, Catanduva e São José do Rio Preto, o Governo do Estado poderia muito bem colocar em funcionamento imediato pelo menos uma delas.

Mas aí, uma nova questão era colocada: como seria feita a escolha da cidade que deveria sediar, prioritariamente, uma escola médica? Como as seis cidades mencionadas anteriormente haviam conquistado suas faculdades, segundo o memorial, através de seus próprios méritos e dos esforços de seus parlamentares, não havia nenhum critério definido e regulamentado. Diante da situação, que parâmetros utilizar? Como fazer essa escolha, já que o Estado não dispunha de recursos suficientes para instalar todas de uma vez?

Duas ideias são apontadas sobre o assunto: a primeira seria a de se considerar a data da lei de criação do estabelecimento, dando preferência para aquela que primeiro foi promulgada; a segunda seria analisar as condições específicas de ensino, ou seja, a cidade que abrangesse o maior número possível de estudantes. Além disso, dever-se-ia observar a qualidade do ensino que se queria ministrar. Em qualquer uma das possibilidades, afirma o documento, *“Campinas reúne o maior número de condições favoráveis à instalação de uma escola de medicina de alto padrão científico”*.

Já foi citado neste capítulo o levantamento feito pelos membros do Conselho de Entidades, a partir do qual se considerava que, dentre as cidades em questão, Campinas era a mais indicada para receber a escola médica. Cabe aqui, portanto, apontar com mais detalhes esse estudo.

O Memorial aponta que Campinas possuía, à época, 220 mil habitantes,

classifica-se entre as 13 maiores cidades brasileiras. Tem um giro comercial anual de 27,5 bilhões de cruzeiros e uma produção industrial de 12 bilhões de cruzeiros. Conta 18 hospitais e mais três em construção, sendo que em dois existem maternidades anexas e pronto-socorro. 256 médicos. 1779 leitos. 20 ambulatórios. 68 farmácias. Um pronto-socorro municipal e 10 unidades sanitárias. Três jornais diários e três emissoras de rádio. Primeira cidade universitária do interior do Brasil. Centro escolar dos mais adiantados, contando 20.267 alunos no curso primário; 6.056 no ginásial; 1220 no científico; 246 no clássico; 1015 no básico; 643 no técnico de comércio; 622 no normal; 2.437 no superior e 3.030 nos demais cursos. [...] Campinas já é uma cidade universitária, mercê da Universidade Católica que aqui mantém suas faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia,

Ciências Econômicas, Filosofia, etc. Que as atividades médico-hospitalares são aqui das mais intensas [...]. (CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS, 1961/1962)

Tendo médicos e hospitais devidamente qualificados, a cidade possuía, segundo os autores do documento, condições de atrair e cuidar de pacientes acometidos das mais diversas doenças que, ao procurar Campinas, encontravam *“uma ciência adiantada, atualizada com os mais modernos ensinamentos e práticas”*.

O documento aponta também que a cidade havia passado por uma série de mudanças, desenvolvendo-se econômica e estruturalmente, modernizando-se, porém, conservando aspectos de tranquilidade e calma, ao contrário das capitais. Desta forma, *“cursos superiores, de nível universitário, como é uma escola de medicina de alto padrão, não serão apenas mais uma atração para a cidade; serão [...] um complemento indispensável à sua condição de cidade intelectual [...]”*.

O memorial dá uma atenção especial para a questão das escolas campineiras. Compara os dados referentes ao número de formandos de vários cursos do ensino médio do ano de 1958, sendo eles ginásio, colégio, comércio, normal e industrial. O resultado é o seguinte: *“Bauru, 848; Botucatu, 307; para Campinas, 1737; para Catanduva, 401; para Lins, 640 e para S. José do Rio Preto, 518”*. A partir dessas informações, os autores do documento apontam Campinas como um *“centro de cultura”* e de estudos, portanto,

é mesmo de se estranhar que, com tantos méritos próprios na causa de difusão do ensino e do saber, as autoridades federais e estaduais não tenham vindo há mais tempo ao seu encontro, para aquinhoá-la com um estabelecimento oficial de ensino, de nível superior ou universitário [...]. (CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS, 1961/1962)

Era esperado pelos autores do documento que tal providência não tardasse a ser tomada, já que, de acordo com seus argumentos, era mais do que justo e esperado que Campinas contasse com sua Faculdade de Medicina o mais breve possível. Era difundida a ideia de que, diante da impossibilidade de se instalar um estabelecimento de ensino superior próximos de todos os seus alunos ou de suas cidades de origem, tal instituição deveria ser instalada em região que atendesse e privilegiasse o maior número possível de interessados.

O memorial aponta que Campinas situava-se numa das áreas mais povoadas do Estado e, em complemento, possuía o maior número de estabelecimentos de ensino médio dentre as demais cidades contempladas com uma escola médica. Portanto, era a que atenderia o maior número possível de estudantes.

Analisando-se as questões referentes às conveniências geográficas de Campinas, o documento aponta que, para o funcionamento de um curso médico de qualidade, era necessário prover a instituição de material humano, seja portadores das mais variadas enfermidades, seja cadáveres para estudo. Neste sentido, *“só uma cidade evoluída demograficamente pode suprir, na quantidade necessária, esse material, e cercá-lo, ainda, do desejável sigilo em torno da sua finalidade e uso”*. Da mesma forma, tal estabelecimento de ensino seria composto por especialistas das mais variadas áreas da medicina, provenientes, em sua maioria, da Capital, portanto, a proximidade entre as duas cidades seria um fator positivo, facilitando deslocamento e comunicação.

Observa-se, portanto, que o argumento levantado pelo Memorial do Conselho de Entidades contrapõe-se àquele defendido por Zeferino Vaz em 1956, de que o novo estabelecimento de ensino médico deveria localizar-se em cidade oposta a Ribeirão Preto e distante da Capital, justamente pelo fato de o professor ministrar suas aulas “de olho no relógio” para pegar condução e retornar à Capital.

Além de todos os argumentos apresentados acima, o documento aponta que Campinas possuía um corpo médico e hospitalar desenvolvido, tornando-a o local mais indicado para sediar a Faculdade de Medicina. Esclareceram que não se tratava de não instalar as escolas médicas nas outras cidades, muito pelo contrário, afinal o Estado de São Paulo precisava ainda de muitos outros estabelecimentos de ensino médico, porém, como Campinas já possuía todas as condições para oferecer um curso de qualidade, a preferência deveria ser dela. Encerram o documento fazendo um “apelo” para que o pedido campineiro fosse, de fato, atendido.

3.4 A Faculdade de Medicina e a Universidade de Campinas

Em 21 de setembro de 1961, uma notícia constante da Coleção Antonio Francisco Bastos, publicada no Diário de São Paulo e intitulada “Não serão

instaladas no interior do Estado novas Faculdades de Medicina”, apontava que a situação ainda não estava definida. A reportagem relata uma reunião ocorrida entre os catedráticos, membros da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, para opinar sobre a questão da instalação de novas escolas médicas no interior do Estado.

Após uma série de discussões, um parecer do Professor Odorico Machado de Souza foi aprovado, apontando que a falta de docentes, especialmente os qualificados, inviabilizaria a instalação de novas faculdades. Apontava também que a proporção de médicos/habitantes havia atingido um nível satisfatório, portanto, não via necessidade de funcionamento imediato de escolas médicas. Além disso, afirmava que as justificativas de que os médicos que atuam no Estado de São Paulo provinham de outros Estados, bem como a de que muitos estudantes estavam buscando faculdades em outras regiões, não deveriam ser utilizadas para pleitear novos cursos de medicina. Futuramente, no entanto, previa a instalação de novas Faculdades, devido ao aumento populacional, aquisição de consciência sanitária, aumento da expectativa de vida, entre outros fatores.

Em contrapartida, uma publicação do dia 22 de setembro de 1961, intitulada “Instalação de Faculdades de Medicina no Interior”, sem indicação do jornal a qual pertence, apontava que a questão da instalação de Faculdades de Medicina no Estado ainda era pauta de reuniões, haja vista que o Governador Carvalho Pinto havia se reunido com Uilhôa Cintra, Reitor da Universidade de São Paulo; Abreu Sodré, deputado e presidente da Assembleia Legislativa; e membros da Comissão Parlamentar Especial, responsáveis pelo estudo dessa questão, a fim de ouvi-los sobre os resultados alcançados. A Comissão deveria entregar seu relatório final dentro de poucos dias.

A reportagem informa que, após tal reunião, representantes dos municípios de São José do Rio Preto, Campinas, Botucatu, Santos e Presidente Prudente, reuniram-se separadamente com o Governador para reiterar suas respectivas reivindicações. Além disso, os estudantes engajados na luta para o aumento das vagas nas Faculdades de Medicina já existentes e na instalação de novos estabelecimentos, também se fizeram presentes.

O Governador, após ouvir todas as contribuições de seus visitantes, esclareceu que a questão da instalação de uma escola médica seria resolvida de forma impessoal, para atender, de fato, as reais necessidades do ensino superior,

não perdendo de vista a questão dos recursos financeiros estaduais. De toda forma, aguardaria o relatório final da Comissão Parlamentar antes de tomar qualquer providência.

Em 28 de setembro de 1961, uma notícia pertencente à Coleção Antonio Francisco Bastos publicada no 'Correio Popular', intitulada "Campinas está aparelhadíssima para receber Faculdade de Medicina com prioridade", informava que a Comissão Parlamentar Especial havia concluído seu relatório, do qual se destaca o seguinte trecho:

Dos estudos, das pesquisas e dos debates [...], resulta a conclusão de que dois novos estabelecimentos constituem-se absolutamente indispensáveis, Botucatu e Campinas, preparadíssimas, deverão receber imediatamente os novos estabelecimentos.

[...] Quanto Campinas, está também aparelhadíssima para receber o novo estabelecimento imediatamente, com Botucatu, ou mesmo com prioridade sobre esta, por razões da mais alta importância que a Comissão Especial apurou [...]. A cidade tem sua Faculdade de Medicina criada pela Lei nº 2.154, de 30 de junho de 1953, portanto, não faz uma reivindicação de última hora [...]. Campinas está com todas as condições de pra ver instalada a sua Faculdade de Medicina, e sob os demais aspectos ela preenche também os requisitos necessários. É uma das grandes cidades do país, com seu meio social e urbano altamente desenvolvido, devotada às lides escolares, possuindo uma Universidade Católica que desde anos lhe confere o grau de cidade universitária [...]. (COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL apud CORREIO POPULAR, 28 set. 1961)

Resultado, talvez, do parecer da Comissão Parlamentar Especial, em 15 de novembro de 1961, uma notícia intitulada "Autorizada pelo Governador a instalação da Faculdade de Medicina", aponta para o que seria o desfecho da Campanha: o Governador, analisando o relatório encaminhado por Ulhôa Cintra, prevendo a instalação das Faculdades de Medicina em Campinas e Botucatu, optou por aprová-lo. Entretanto, para resolver, minimamente, o problema do número limitado de vagas para os cursos de medicina, determinou a criação imediata de mais 20 vagas em cada escola médica já existentes.

Aponta o jornal que

Incontestavelmente, a resolução do chefe do Executivo paulista representa uma vitória do povo de Campinas, e particularmente do Conselho das Entidades, que muito se bateu para a consecução desta grade conquistada dos campineiros, tendo contado nesta batalha com ajuda dos representantes desta cidade na Assembleia Legislativa. (s.ref., 15 nov. 1961)

A notícia indica, entretanto, que o local para sediar a Faculdade ainda não havia sido determinado, portanto, novos estudos poderiam ser realizados neste sentido.

Outra reportagem, intitulada “Decisão que tardava”, sem indicação de data e jornal, mencionando também a conquista da Faculdade de Medicina, afirmava que Campinas “*será a sede de um instituto universitário dentro do qual funcionará, em 1963, a escola de ensino médico*”. Tal informação não possuía, ainda, caráter oficial.

De fato, uma notícia publicada pelo jornal ‘A Gazeta’, em 16 de novembro de 1961, confirma o fato. Intitulada “Faculdades de Medicina de Botucatu e Campinas irão funcionar em 1963”, traz na íntegra trechos do despacho do Governador Carvalho Pinto a respeito do relatório apresentado pelo Reitor da USP, Uihôa Cintra. Sobre Botucatu, ele diz o seguinte:

[...] De acordo ainda com os estudos promovidos [...], concordo com a ideia de criação de uma Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas em Botucatu, instalando-se imediatamente essa Faculdade, com o funcionamento, a partir de janeiro do próximo ano, de seu hospital, e o primeiro ano letivo em janeiro de 1963. (CARVALHO PINTO apud A GAZETA, 16 nov. 1961)

Da mesma forma, diz sobre Campinas:

[...] Campinas, conforme sugestão dos relatórios [...], deverá ser sede de núcleo universitário, na qual poderá ser integrada a Faculdade de Medicina já criada em lei.
Para esse fim, constituir, por igual, grupo de trabalho, com prazo certo, a fim de que a escola possa funcionar, já em 1963. (CARVALHO PINTO apud A GAZETA, 16 nov. 1961)

Caberia tão somente o cumprimento dessas medidas por parte do Governo Estadual, tal como a constituição do referido grupo de trabalho, para que um núcleo universitário e, conseqüentemente, a Faculdade de Medicina, fossem, de fato, instalados e implantados na cidade.

No final de dezembro, uma Comissão designada pelo Reitor da Universidade de São Paulo, visitou Campinas a fim de realizar estudos sobre a instalação do Núcleo Universitário, o qual incorporaria a Faculdade de Medicina. Também estiveram presentes o Prof. Cantídio de Moura Campos, diretor da Faculdade de Medicina de Campinas, Isaias Raw e Paulo Emílio Vanzolini. Na ocasião, ressaltou-

se a informação de que o curso de Medicina já teria início em 1963 (CORREIO POPULAR, 27 dez. 1961)³⁶.

Uma pergunta que eu me fazia, enquanto lia as pesquisas para compor este trabalho era: por que um núcleo universitário e não somente a Faculdade de Medicina, que era o que realmente estava sendo reivindicado?

Uma das possíveis causas levantadas durante os estudos realizados é a de que o ensino superior ministrado nas escolas isoladas tornou-se um problema, pois não havendo integração entre os conteúdos transmitidos e as atividades desenvolvidas, contribuíam para a limitação científica e tecnológica que o país vinha sofrendo. A solução mais provável e viável seria a constituição de Universidades, que realizariam esse papel de integração (LIMA, 1989, p.79).

Segundo Florestan Fernandes,

Tornou-se patente que a conglomeração de escolas superiores é um fator de desorganização, de desperdício e de atrofiamento da expansão do ensino. E evidenciaram-se, claramente, as limitações estruturais da escola superior, em si mesma inadequada para organizar e expandir, institucionalmente, os tipos de ensino que podem ser associados à era da revolução científico-tecnológica. O padrão institucional da escola superior não só é rígido. Ele promove a subutilização crônica dos recursos educacionais mobilizáveis institucionalmente e é cego às exigências educacionais de uma sociedade em integração nacional e em mudança. (FERNANDES apud LIMA, 1989, p.65)

Tendo os institutos isolados de ensino superior surgido, no Estado de São Paulo, inicialmente para suprir demandas de vagas, sobretudo a partir do processo de interiorização do ensino superior e, mais ainda, para servir de *“instrumentos para trocas políticas”*, como afirma MENEGHEL (1994, p.91), é provável que tal iniciativa provou-se inviável, principalmente pelos motivos apontados por Florestan Fernandes. Portanto, era necessário que as Universidades incorporassem esses institutos isolados para que, sob administração comum, pudessem integrar suas atividades e conteúdos, viabilizando pesquisas e acompanhando os avanços científico-tecnológicos pelo qual o Brasil estava passando.

De volta a Campinas, em 1962, o panorama não era mais tão animador. Uma notícia publicada no jornal ‘A Gazeta’, em 13 de abril, intitulada “Faculdade de Medicina de Campinas”, informava que ainda não haviam sido tomadas providências para as adaptações do edifício escolhido para sediar a Faculdade de Medicina.

³⁶ Notícia da Coleção Antonio Francisco Bastos

O jornal noticiava que, de concreto, até aquele momento, o edifício contava apenas com 600 poltronas vindas da Faculdade de Medicina de São Paulo. Era um prédio que necessitava de muitas adaptações, portanto, era uma obra que demandaria muito tempo.

A notícia ressalta que, justamente por se tratar de uma obra demorada, ela deveria começar o mais rápido possível, para que o primeiro vestibular pudesse ocorrer nos primeiros meses de 1963, tal como havia prometido e determinado o Governo estadual.

Outra notícia publicada no jornal 'A Gazeta', em 11 de maio de 1962, intitulada "Sem mensagem até agora a Faculdade de Medicina de Campinas", informava que o Governador já havia encaminhado à Assembleia Legislativa uma mensagem referente à instalação da Faculdade de Medicina de Botucatu, no entanto, nada ainda havia sido comentado sobre Campinas. Sendo assim, o jornal aponta que o Grupo de Trabalho composto para cuidar do assunto deveria se mobilizar, assim como todos os campineiros, pois o primeiro semestre estava para se encerrar e nada havia sido feito. Da mesma forma, pedia providências por parte do Secretário da Agricultura, Sr. José Bonifácio que, conforme o texto aponta, como campineiro e candidato ao cargo de Governador, deveria dedicar um pouco mais do seu tempo para cuidar desta aspiração campineira, para que o primeiro vestibular pudesse ocorrer em 1963.

Outra notícia do jornal 'A Gazeta', de 07 de junho de 1961, intitulada "Faculdades de Medicina criadas e que não se instalam neste governo", apontam que tanto Campinas quanto Botucatu não estavam prosperando no sentido de conseguir a instalação de sua escola médica. Diz a notícia sobre Campinas:

O processo referente à instalação da Faculdade de Medicina de Campinas continua engavetado na Assessoria Técnica dos Campos Elíseos, aguardando manifestação da Fazenda e da Reitoria. Nova manifestação da Reitoria parece-nos desnecessária, pois que ela já se manifestou, favoravelmente, nos princípios deste ano. Portanto, que mais se deseja da Reitoria? Quando à manifestação da Secretaria da Fazenda também, achamos que nada mais já a fazer porque a verba destinada ao seu funcionamento já foi consignada. Tudo isto indica que o processo da instalação da Faculdade de Medicina de Campinas entrou no regime de estagnação. A mensagem governamental não chegará tão cedo ao Legislativo. E se chegar, então será muito tarde e o funcionamento da escola não terá mais lugar em 1963. (A GAZETA, 07 jun. 1961)

Quanto a Botucatu, a reportagem traz o seguinte:

E por falar em Botucatu, é bom que se saiba que até agora na Assembleia Legislativa nada se resolveu. A mensagem dorme nas gavetas das comissões. [...] chegamos à conclusão de que no próximo ano não teremos, como estava previsto, mais duas escolas médicas, que viriam em auxílio de milhares de jovens vestibulandos que lutam heroicamente por mais vagas. (A GAZETA, 07 jun. 1961)

A publicação recomendava, portanto, que as autoridades das duas cidades tomassem providências, pois uma campanha tão estruturada quanto a de 1961 não poderia se perder de forma tão “vulgar”, de acordo com o próprio texto. As Comissões Pró-Instalação da Faculdade de Medicina de Campinas não poderiam desistir do assunto, visto que possuíam importante papel na Campanha e, portanto, não poderiam abandonar a causa sem antes conquistar um efetivo resultado. Esperava-se que o assunto não fosse esquecido e que, de fato, Campinas caminhasse positivamente no sentido de ver sua escola médica instalada e em funcionamento já em 1963.

Em julho de 1962, o Governador encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei que dispunha da criação da Universidade de Campinas, como órgão autárquico³⁷. Além disso, previa a integração da Faculdade de Medicina, já criada legalmente, a esta instituição. Diz a mensagem encaminhada pelo Governador que Campinas foi escolhida para sediar a nova Universidade devido

à excepcional localização dessa cidade, servida que é por excelentes rodovias e ferrovias, as quais demandam inúmeros municípios paulistas e atingem, ainda, o território de outros Estados; ao lugar que, tradicionalmente, ocupa nos fastos de nossa cultura; ao seu progresso e à feliz circunstância de ali se encontrar um imóvel – o asilo de órfãos da Santa Casa de Misericórdia – passível de ser apropriadamente adaptado para o funcionamento dos primeiros cursos universitários. [CARVALHO PINTO, Mensagem, apud s.ref., 26 jul. 1962]

Ainda reforçava que o curso de Medicina, dentre outros, funcionaria ainda em 1963. Estariam, portanto, previstas para iniciarem suas atividades naquele ano as Faculdades de Ciências Médicas, Odontologia e Química Industrial; os Institutos de Ensino de Biologia, Morfologia, Química, Física e Matemática. Enquanto a Universidade de Campinas não tivesse seu próprio estatuto, seria utilizado o

³⁷ Este fato também pode ser verificado em: GOVERNADOR propõe a criação da Universidade de Campinas. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1962. (Arquivo Central/SIARQ, Coleção Antonio Francisco Bastos)

estatuto da Universidade de São Paulo, para os casos necessários (FOLHA DE S. PAULO, 26 jul. 1962).

As justificativas apresentadas na mensagem do Governador, encaminhada à Assembleia Legislativa, não passou despercebida aos membros do Conselho de Entidades de Campinas, sobretudo por Roberto Franco do Amaral, que destacou o seguinte:

para nós que [...] integrávamos o grupo de trabalho do Conselho de Entidades, presidido pelo Dr. Eduardo Barros Pimentel, constitui motivo de júbilo e orgulho vermos consubstanciados na exposição de motivos da mensagem que acompanhou o projeto de lei os princípios básicos do movimento que empolgou toda a coletividade campineira. [...] a mensagem ressalta as condições que a cidade oferece para que a iniciativa governamental se transforme em magnífico empreendimento. (AMARAL apud A GAZETA, 28 jul. 1962)

Amaral informava que o Prof. Cantídio de Moura Campos, diretor da Faculdade de Medicina de Campinas, já dispunha de planos elaborados para a adaptação do edifício mencionado por Carvalho Pinto em sua mensagem, sendo assim, aguardava apenas a liberação das verbas para iniciar seus trabalhos.

E conclui:

Apela, pois, o Conselho de Entidades aos representantes de Campinas na Assembleia Legislativa para que envidem o melhor de seus esforços para a breve tramitação e aprovação do projeto de lei da esperada Universidade. Aos nossos deputados cabe mais esta tarefa para o completo êxito da memorável campanha. (AMARAL apud A GAZETA, 28 jul. 1962).

Em novembro, Campos visitou o local onde se daria a futura instalação da escola médica, sendo ela o prédio em construção do Asilo de Órfãos, no bairro São Bernardo. O então diretor da Faculdade de Medicina afirmou que, a partir das condições em que se encontrava o prédio, tendo em vista as adaptações necessárias para que fosse possível receber o curso médico, era possível estimar o início de funcionamento da Faculdade para o ano seguinte, desde que as obras fossem imediatamente iniciadas. No entanto, verbas precisariam ser autorizadas. Não havia nada definido ainda sobre o corpo docente (DIÁRIO DO POVO, 29 nov. 1962)³⁸.

³⁸ Notícia da Coleção Antonio Francisco Bastos

Entre o final de novembro e início de dezembro, a imprensa campineira registrou a insatisfação diante da demora em tomadas de providências. Os títulos de duas notícias, constantes da Coleção Antonio Francisco Bastos, deixam ver tal situação: “Instalação da Faculdade de Medicina continua sendo problema” (CORREIO POPULAR, 29 nov. 1962) e “Deputado campineiro insiste na criação da Faculdade de Medicina!” (DIÁRIO DO POVO, 01 dez. 1962).

É nesse panorâma que temos, em 28 de dezembro de 1962, a sanção da Lei nº 7.655, pelo Governador Carvalho Pinto, criando a Universidade de Campinas como entidade autárquica, “*com personalidade jurídica*” e “*patrimônio próprio*”.

Dentre outros apontamentos referentes à lei, destaca-se o fato de que

a nova Universidade gozará de autonomia didática, administrativa e disciplinas, ficando sob controle da Secretaria da Fazenda no que respeita à tomada de contas. O Instituto terá por objetivo ministrar o ensino universitário e pós-graduado, promover a pesquisa pura e aplicada, e formar e treinar técnicos de nível médio e superior. Será constituído de Faculdades, Institutos de Ensino, Instituto de Pesquisas, Escolas Técnicas e Reitoria. (CARDOSO, 29 dez. 1962)

Conforme indicações anteriores, a Faculdade de Medicina, criada pela Lei nº 2.154/1953 e ratificada pela Lei nº 4.996/1958, havia sido incorporada à Universidade de Campinas, e seu primeiro vestibular deveria acontecer em 1963. Esta deveria utilizar os estatutos da Universidade de São Paulo naquilo que fosse necessário, enquanto ainda não houvesse os seus próprios. Para Reitor, designou-se o Prof. Cantídio de Moura Campos.

Conforme já mencionado no início deste capítulo, a Faculdade de Medicina realizou seu primeiro vestibular em abril de 1963, e suas aulas iniciaram-se em maio do mesmo ano, no prédio da Maternidade de Campinas. O número de inscritos no exame para ingresso havia superado as expectativas.

De acordo com Artigo 28 da Lei nº 7.655/1962, a Universidade de Campinas deveria iniciar suas atividades didáticas em 1963 com os seguintes órgãos: Faculdade de Ciências, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Química Industrial, Instituto de Biologia, Instituto de Morfologia, Instituto de Química, Instituto de Física e Instituto de Matemática. Porém, conforme se observa, apenas o curso de Medicina havia entrado em funcionamento. As demais unidades ainda não haviam sido planejadas e a própria Faculdade de Medicina caminhava a passos lentos.

Em outubro de 1963, a Universidade de Campinas passou a ter um novo Reitor, Mário Degni. Ele deveria prosseguir com a instalação da instituição, porém, a falta de interesse do Governo Adhemar de Barros pelo projeto de Universidade, aliada à alegação de falta de recursos, possibilitaram apenas a continuidade da Faculdade de Medicina, conforme aponta Meneghel (1994, p.96).

No entanto, esse desinteresse acarretou em problema, tendo em vista que um Parecer³⁹ apresentado em uma reunião da Câmara de Ensino Superior, vinculada ao Conselho Estadual de Educação (CEE), diz o seguinte sobre a Universidade de Campinas:

Esta Universidade não existe.
Toda Universidade, desde os tempos medievais em que surgiram, resulta da reunião de escolas anteriormente existentes na cidade.
A própria lei de diretrizes e bases conceitua a Universidade como sendo a reunião, sob a administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de Ensino Superior.
Os estabelecimentos preexistem à Universidade e são por ela congregados. Aqui, na Universidade de Campinas verificou-se tudo ao inverso.
A lei criou uma Universidade com quatro Faculdades a serem criadas. Portanto a 1ª providência seria prestar a criação e instalação dessas Faculdades de cuja reunião deveria resultar a Universidade, teoricamente criada pela lei.
Em lugar disso, porém, a Universidade passou a ter Reitor, Conselho de Curadores e foi provida de aparelhamento administrativo com funcionários contemplados com referências superiores às dos professores dos Institutos isolados de Ensino Superior.
A Universidade de Campinas tem tudo; só não tem estabelecimentos de ensino.
Conclui-se, portanto, que a Universidade de Campinas, é, em verdade, mera ficção, do ponto de vista das finalidades próprias de uma tal entidade. Urge fazer encerrar a vida fictícia dessa Universidade, que onera os cofres públicos, sem qualquer vantagem para o ensino e para pesquisa. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, Parecer nº 90/1963, 13 dez. 1963)

Este Parecer ainda faz observações referentes à Faculdade de Medicina, tal como se segue:

Esta Faculdade está em situação absolutamente irregular. Instalou-se e vem funcionando sem levar em conta, no que diz respeito a instalação e ao funcionamento dos Institutos de Ensino Superior mantidos pelo Estado, o que a respeito dispõe a lei de Diretrizes e Bases e à margem dos órgãos disciplinadores e fiscalizadores do ensino criados e instalados por força dessa lei e das conseqüentes leis estaduais.
Nem o Conselho Federal nem o Conselho Estadual de Educação nem sequer a Câmara de Ensino Superior deste, que é, mérito legis, a

³⁹ Documento constante do Fundo Gabinete do Reitor I (GR/I) / Criação da Unicamp / Conselho Estadual de Educação – Arquivo Central/SIARQ.

congregação dos Institutos Isolados do Ensino Superior mantidos pelo Estado que ainda não tenham congregação formada ou constituída, tem conhecimento como foram feitos os exames de seleção ou vestibulares, como foram selecionados os professores e como efetivamente vem funcionando o curso.

[...] tivemos ocasião de nos dirigir ao seu diretor que, entretanto, respondeu-nos escapar a sua Faculdade a jurisdição de nossa Câmara, porque sujeita ao Conselho de Curadores da Universidade de Campinas.

Acontece, porém, que o referido Conselho de Curadores, na realidade das coisas, não existe, como inexistente a Universidade que lhe serve de suporte [...].

Ademais, quando assim não fosse, esse Conselho de Curadores não pode absorver funções que compete ao Conselho Estadual de Educação e, em especial, à sua Câmara de Ensino Superior.

[...] Propomos, assim, a nomeação de uma comissão que se encarregue de inspecionar a Faculdade de Medicina de Campinas, verificar o que ali tem sido feito, o que importa fazer ou corrigir, para o efeito de afinal esta Câmara, dentro de sua competência, e quando necessário com a aprovação do C.E.E., imprimir à Faculdade os rumos legítimos que bem merece. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, Parecer nº 90/63, 13 dez. 1963)

No entanto, esta Comissão nomeada pela Câmara do Ensino Superior só enviou seu relatório em abril de 1965. Durante o período antecedente, Meneghel (1994, p.97) aponta que a decisão de extinguir a Universidade de Campinas só foi revertida devido aos apelos de políticos locais, de pessoas da própria Universidade e do próprio vice-governador, Sr. Laudo Natel.

A instalação do curso de Medicina perdurou durante todo o ano de 1964, sendo efetivamente instalado em 1965. Outros professores, nesse ínterim, eram contratados para assumir as Cadeiras Básicas, dentre elas as de Genética, Bioestatística, Anatomia, Bioquímica, Fisiologia. Cabe ressaltar que, àquela época, a Faculdade de Medicina não dispunha de muitos recursos, sendo que a própria Universidade ainda nem havia começado a ser instalada, conforme indica Meneghel (1994, p.97).

A Comissão Especial designada a partir do Parecer nº 90/63, apresentou seu relatório em 12 de abril de 1965 e, resumidamente, apresentou-se favorável à instalação da Faculdade de Medicina, como instituto isolado, e sugeriu ao Conselho Estadual de Educação que considerasse inoportuna a instalação da Universidade de Campinas, ou seja, que não autorizasse o seu funcionamento.

Desta forma, nova Comissão Especial foi instituída, no mesmo 12 de abril de 1965, para, baseando-se no relatório da comissão anterior, opinar e elaborar uma proposição a respeito do assunto. Destaca-se aqui o roteiro de trabalho adotado por esta Comissão, para que a mesma pudesse opinar com propriedade sobre o caso:

- a) Visitou, no dia 03/06/1965 a Universidade de Campinas;
- b) Elaborou questionário sobre longa série de assuntos relativos à Universidade, que, enviado ao M. Reitor, foi em grande parte respondido;
- c) Examinou atentamente os volumosos autos relativos ao assunto, e que incluem desde o projeto de lei de criação da Universidade até recentes propostas de instalação de novos cursos [...];
- d) Separou, daquela coleção de processos, 17 que diziam respeito à contratação de docentes para o ensino das disciplinas das séries em funcionamento (primeira, segunda e terceira, no curso de medicina);
- e) Assim como havia proposto, antes, que se sugerisse ao Exmo. Sr. Governador a sustação da assinatura de qualquer ato de interesse da Universidade, até que a Comissão terminasse suas investigações e propusesse as medidas cabíveis (ofício de 31/05/1965) à Presidência do Conselho), propôs que o exame dos contratos de docentes [...] prosseguisse, fazendo-as as admissões na Faculdade de Medicina da Universidade; e
- f) Estudou detidamente, além das lições do Parecer nº 90/63 [...], as várias leis e decretos [...], pareceres do Conselho Federal de Educação, pareceres e manifestações de outros membros deste mesmo Conselho. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, Parecer s/n, 30 ago.1965)⁴⁰

Seguindo as atividades acima descritas e analisando detidamente as condições apresentadas pela Faculdade de Medicina e pela Universidade de Campinas, a Comissão considerou que a Universidade existia, de fato, embora em estado de organização. No entanto, como ainda não havia sido autorizada a funcionar como tal, foi proposta ao Conselho Estadual de Educação a criação da “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”, para que o processo de planejamento e formação dos institutos e faculdades fosse conduzido o mais rápido possível. Foi proposta também a extinção do cargo de Reitor, pois, de acordo com a Comissão Especial, ele não fazia sentido numa organização ainda em formação; foi sugerido que o Presidente da Comissão Organizadora passasse a responder pela Universidade, porém, apenas no que dizia respeito à organização desta, ou seja, somente o que fosse realmente indispensável. O Presidente da Comissão Organizadora, segundo recomendações, deveria ser *“um professor de reconhecida experiência em administração de ensino superior e que, sem compromissos com a situação anterior, possa, livre e desembaraçadamente, realizar o programa traçado [...]”*. Caberia ao Conselho de Curadores contribuir com a Comissão Organizadora da Universidade de Campinas no cumprimento de suas atribuições.

⁴⁰ Documento constante do Fundo Gabinete do Reitor I (GR/I) / Criação da Unicamp / Conselho Estadual de Educação – Arquivo Central/SIARQ

O Conselho Estadual de Educação deveria autorizar o funcionamento da Faculdade de Medicina, porém, esta deveria submeter-se ao regime dos Institutos Isolados de Ensino Superior. Deveria considerar os Institutos de Biologia e Morfologia como “em organização”, devendo submeter-se à Faculdade de Medicina enquanto não fossem totalmente estruturados.

Desta forma, em 09 de setembro de 1965, o Governador Adhemar de Barros assinou o Decreto nº 45.220, criando a “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”, subordinada ao Conselho Estadual de Educação, que deveria prosseguir com a implantação da Faculdade de Medicina e estruturar a instalação dos demais componentes da instituição, de acordo com Meneghel (1994, p.98). Para a referida Comissão, foram indicados Paulo Gomes Romeo, Antonio Augusto de Almeida e Zeferino Vaz, na qualidade de Presidente. A partir desta nomeação, portanto, Mário Degni já não era mais o Reitor da Universidade de Campinas e uma nova etapa do processo de instalação da Faculdade de Medicina e da própria Universidade se iniciava.

Muitas providências foram tomadas ao longo da gestão da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas, que atuou de 1965 a 1966, quando suas atividades foram cessadas pelo Decreto Estadual nº 47.408, de 21 de dezembro de 1966. O período foi marcado pela vinda de profissionais qualificados para assumir a implantação das demais unidades da Universidade, resultando disso uma instituição pública que articulou à Faculdade de Medicina, inicialmente, os Institutos de Física, Química, Matemática e de Biologia, e a Faculdade de Tecnologia de Alimentos.

A Universidade de Campinas só passou a denominar-se Universidade Estadual de Campinas, nomenclatura que vigora até os dias atuais, a partir da publicação do Decreto Estadual nº 52.255, de 30 de julho de 1969.

Considerações Finais

A campanha pela instalação da Faculdade de Medicina em Campinas, como se pôde observar, perdurou por muitos anos, passando por momentos de conquistas e outros de estagnação, e ainda envolvendo inúmeros participantes no decorrer de seus acontecimentos.

A luta pela criação e instalação de uma escola médica na cidade iniciou-se em 1946, a partir de artigos publicados em jornal por Luso Ventura. Embora as primeiras movimentações relatadas aqui, referentes ao ano de 1951, tenham partido do então prefeito municipal de Campinas, este atendia às reivindicações de determinada parcela da sociedade campineira. Por outro lado, naquele momento, as disputas políticas pela criação de um instituto de Ensino Superior no Estado eram comuns, caracterizando, conforme aponta Meneghel (1994, p.91), *“a educação como instrumento de trocas políticas”*. É desta forma, portanto, que a primeira fase da Campanha, indicada neste trabalho no período de 1951 a 1953, obteve grande envolvimento político, contando com o apoio do prefeito da cidade, dos deputados representantes e, em menor intensidade, da Câmara dos Vereadores.

A segunda fase da Campanha (1955-1960), no entanto, já apresenta maior envolvimento da sociedade civil, contando, inclusive, com a criação do Conselho de Entidades de Campinas, que congregava entidades dos mais diversos setores da sociedade campineira, para debater, dentre outros assuntos, a questão da instalação da Faculdade de Medicina, uma vez que a mesma já havia sido criada legalmente. Embora, neste momento, as personalidades políticas ainda estivessem envolvidas, alguns representantes das diversas categorias profissionais de Campinas estavam mais engajados no assunto.

Apesar do Conselho de Entidades de Campinas ter tido uma participação pequena na segunda fase da Campanha, pois logo foi dissolvido, na terceira fase tornou-se protagonista. Reunindo-se novamente em prol da instalação da Faculdade de Medicina em Campinas, organizou a Campanha Pró-Instalação da Faculdade de Medicina, ocorrida entre os anos 1961 e 1962.

O grande diferencial, a meu ver, dessa fase para as duas anteriores, foi o planejamento proposto pelo Conselho de Entidades, pois se buscou não somente reivindicar, mas sim explicar e apontar os motivos pelos quais se considerava que a

Faculdade de Medicina era necessária a Campinas e região, através de estudos, levantamentos, pesquisas, relatórios, enfim, através das mais diversas formas de comprovação do que era dito e pensado, principalmente por intermédio dos meios de comunicação impressos, mas também através das emissoras de rádio e televisão. Da mesma forma, outro destaque foi o esforço empregado pelas Comissões para conquistar apoio das cidades vizinhas que, segundo os interessados, também seriam beneficiadas com a instalação da Faculdade de Medicina na cidade. Tomou-se também o cuidado de informá-las sobre a situação, explicar o sentido do movimento, apontar as vantagens que a cidade apresentava para toda a região, para que soubessem o motivo pelo qual estavam apoiando a luta campineira.

Faziam parte das Comissões e de movimentações externas algumas personalidades políticas, no entanto, a grande maioria era composta por membros da sociedade civil. Neste momento, inclusive, a Campanha ganhou a adesão de vários estudantes de Campinas e de São Paulo, que se engajaram no movimento, propondo comícios, entre outras atividades públicas que visassem à exposição da situação campineira, bem como a adesão de novos membros à luta.

Não se pode perder de vista, no entanto, as dificuldades para se alcançar essas pretensões. Conforme tratado no último capítulo, a tramitação de documentos entre comissões, grupos de trabalho e o Gabinete do Governador indica a sinuosidade dos caminhos e do diálogo.

Conforme indicado no início deste trabalho, o objetivo de pesquisa era estudar os fatos que antecederam a criação da Universidade de Campinas, através da Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, além de compreender a trajetória das entidades e personalidades que atuaram na luta pela criação e instalação da Faculdade de Medicina, sobretudo porque é um período histórico que ainda carece de estudo, visto que os trabalhos consultados ao longo da elaboração deste documento apenas contextualizam o leitor sobre o período, no entanto, sem aprofundamento.

Sendo assim, este trabalho buscou contribuir com informações, documentadas no Arquivo Central/SIARQ, sobre o assunto e o período. Porém, algumas perguntas ainda ficaram sem respostas. A principal delas refere-se ao motivo pelo qual Campinas foi contemplada com uma Universidade, ao invés de apenas receber uma Faculdade de Medicina. Tentou-se, aqui, pensar em

possibilidades, entretanto, sem chegar a uma conclusão. Mesmo porque, conforme observado ao longo do texto, nos primeiros anos de funcionamento da Universidade de Campinas, era apenas a Faculdade de Medicina que já possuía alguma estrutura e que recebia a maior parte dos recursos financeiros, evidenciando que as demais providências a serem tomadas para o completo atendimento da Lei nº 7.655/1962 ficariam em segundo plano.

O período posterior a 1962 foi tão conturbado, que se chegou a cogitar a possibilidade de extinguir a Universidade de Campinas e constituir a Faculdade de Medicina como Instituto Isolado de Ensino Superior. Pressões foram exercidas, comissões foram criadas pelo Conselho Estadual de Educação para avaliar o caso, visitas e estudos foram realizados, até a conclusão de que era necessário constituir uma “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”, com o intuito de prosseguir com a efetiva instalação da Faculdade de Medicina e executar e planejar a constituição das demais unidades da Universidade.

Zeferino Vaz chega à Unicamp na qualidade de Presidente da Comissão Organizadora e, conjuntamente com Paulo Gomes Romeo e Antonio Augusto de Almeida, executa uma série de ações que deram início à constituição da Universidade, possibilitando sua efetiva implantação e dando condições para a instalação do que hoje é a Universidade Estadual de Campinas.

Este trabalho, por fim, buscou compreender de que forma e sob que contexto se deu a criação da Universidade de Campinas, destacando-se, sobretudo, as entidades e personalidades que contribuíram para que a Faculdade de Medicina se tornasse realidade na cidade. É perceptível a ideia de que a história da Universidade de Campinas e da Faculdade de Medicina se fundem.

Tendo em vista que o assunto e o período possuem contradições e imprecisões, este trabalho tentou suprir, de alguma maneira, a escassez de informações sobre os antecedentes históricos da Unicamp, sobretudo através da documentação do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp, órgão cuja atribuição (dentre muitas outras), é justamente a preservação da memória da Instituição. O tema, no entanto, ainda carece de novas pesquisas, buscando-se novas informações e interpretações, a fim de melhor compreender e situar a criação da Unicamp dentro da História da Educação brasileira.

Referências Bibliográficas

Fontes

A CRIAÇÃO da Faculdade de Medicina vai alcançando a mais consagrada ressonância. **Correio Popular**, Campinas, 06 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

A FACULDADE de Medicina servirá aos estudiosos de vasta região do Estado. **Correio Popular**, Campinas, 11 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

A INSTALAÇÃO da Faculdade de Medicina no edifício construído para a Escola de Cadetes. **Correio Popular**, Campinas, 09 jun. 1957. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. Campinas e a Faculdade de Medicina. **A Gazeta**, São Paulo, p.4, 10 mar. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

ALBERNAZ, Paulo Mangabeira. O Prof. Vaz e a nossa Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, p.2, 06 mar. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

ALVES FILHO, Ernesto. Escolas Oficiais para Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 07 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

ALVES FILHO, Ernesto. Faculdades oficiais para Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 25 maio 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

APELO para a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 10 jun. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

APOIO hipotecado pelo prefeito e vice ao justo anseio da população. **A Gazeta**, São Paulo, 24 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

APROVA Criação de Fac. de Medicina em Campinas. **O Tempo**, s.l., 06 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

APROVADA unanimemente, na Assembleia Legislativa, a criação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 03 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

APROVADO em segunda discussão o projeto criando em Campinas uma Faculdade de Medicina. **Diário do Povo**, Campinas, 03 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

APROVADO ontem em 2ª discussão o projeto de lei que cria em Campinas a Faculdade de Medicina. **A Defesa**, Campinas, 03 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

ARCEBISPO Metropolitano dá inteiro apoio ao Movimento Pró-Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, s.d. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

ARCEBISPO Metropolitano: "Estou apto a pegar em armas a favor da luta pela instalação da Faculdade de Medicina". **Diário do Povo**, Campinas, 11 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei N. 200, de 1952. Altera a redação do item IV do Art. 1º da lei nº 161, de 24 de setembro de 1948 - Faculdade de Medicina de Campinas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 abr. 1952. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

AUTORIZADA pelo Governador a instalação da Faculdade de Medicina. s.ref., s.l., 15 nov. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

BOVE, Cataldo. Faculdade de Medicina - Decepção dos Campineiros. s. ref., 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

CAMPANHA pró-Faculdade de Medicina de Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 16 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

CAMPANHA viva de um movimento de opinião pública consciente. **Diário do Povo**, Campinas, 27 nov. 1960. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

CAMPINAS espera sua Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 08 dez. 1960. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

CAMPINAS está aparelhadíssima para receber Faculdade de Medicina com prioridade. **Correio Popular**, Campinas, 28 set. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

CAMPINAS possui recursos inigualáveis para a instalação de uma Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 05 jun. 1951. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

CAMPINAS se movimenta em favor da sua Faculdade de Medicina. **Diário do Povo**, Campinas, fev. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

CAMPINAS terá a sua Faculdade de Medicina. **A Defesa**, Campinas, 24 maio 1952. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

CAMPINAS vai possuir a sua Faculdade de Medicina. **A Defesa**, Campinas, 18 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

CARDOSO, Durval Breda. Carvalho Pinto Sancionou a Lei Criando a Universidade de Campinas. s.ref., São Paulo, 29 dez. 1962. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.2.

CARVALHO Pinto propôs à Assembleia a Criação da Universidade de Campinas. s.ref., Campinas, 26 jul. 1962. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

COM a vinda a Campinas da Comissão Parlamentar abrem-se melhores perspectivas de triunfo. **Correio Popular**, Campinas, 05 jul. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

CONGREGAÇÃO do "Culto à Ciência" manifesta-se em favor da Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, p.1, 28 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

CONSELHO das Entidades de Campinas aprovou Plano de Trabalhos Pró-Instalação da Fac. de Medicina. s.ref., s.l., 07 fev. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

CONSELHO DE ENTIDADES DE CAMPINAS. **Dossiê "Contribuições para a História da Faculdade de Medicina"**. Campinas, 1961/1962. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho Entidades de Campinas.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 90/63**. Conselho Estadual de Educação, Câmara do Ensino Superior, São Paulo, 13 dez. 1963. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Gabinete do Reitor I (GR/I). Cx. 27, mç. 02.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer s/n**. Conselho Estadual de Educação, Câmara do Ensino Superior, São Paulo, 30 ago. 1965. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Gabinete do Reitor I (GR/I). Cx. 27, mç. 02.

CONTESTA o Prof. Paulo Mangabeira Albernaz as declarações do Prof. Zeferino Vaz. **Correio Popular**, Campinas, p.1 e p.4, 28 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

CONTINUAM os esforços pela instalação da Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 20 abr. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

COOPERAÇÃO do Governo Federal para a instalação da Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 25 nov. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

CRESCER o Movimento Pró-Faculdade de Medicina de Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 05 jun. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

CRESCER as esperanças de uma Faculdade de Medicina em Campinas. **A Defesa**, Campinas, 28 maio 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

DADA como resolvida a instalação da Faculdade de Medicina desta cidade. **Correio Popular**, Campinas, 26 maio 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

DEBATIDA em seus pontos mais altos a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 19 mar. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

DEBATIDO o problema da prometida Faculdade de Medicina para Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 10 fev. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

DECISÃO que tardava. s.ref., s.l., s.d. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

DELINEIA-SE vitoriosa uma velha e sempre confirmada campanha do "Correio popular". **Correio Popular**, Campinas, 26 maio 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

DEPUTADO campineiro insiste na criação da Faculdade de Medicina!. **Diário do Povo**, Campinas, 01 dez. 1962. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

DESENVOLVIMENTO da assistência médica no Brasil. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 23 abr. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

DETERMINA o prof. Carvalho Pinto o Reexame da Questão do Funcionamento da Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 07 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

DISPENSÁVEL no Estado (dizem) a instalação de novas escolas médicas. s.ref., s.l., s.d. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

É FAVORÁVEL o Prof. Zeferino Vaz à criação de mais uma escola de medicina em São Paulo. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 29 fev. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

EM CAMPINAS o governador Garcez. **Folha da Manhã**, São Paulo, 28 set. 1954. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

EM FOCO a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 06 abr. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

EM PROCESSO de execução a lei que criou a Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 19 nov. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

ESPERA-SE para breve a instalação da Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 10 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

ESTEVE ontem em Campinas o diretor da Faculdade de Medicina. **Diário do Povo**, Campinas, 29 nov. 1962. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.2.

FACULDADE de Medicina - Reivindicação Unânime de Campinas aos Membros do Conselho Universitário. **Correio Popular**, Campinas, p.1, 24 maio 1958. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

FACULDADE de Medicina de Campinas não pode ficar apenas no papel. **Correio Popular**, Campinas, 26 nov. 1960. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

FACULDADE de Medicina de Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 13 abr. 1962. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FACULDADE de Medicina de Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 19 maio 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FACULDADE de Medicina para Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 03 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FACULDADE de Medicina virá num Governo Popular. **Diário do Povo**, Campinas, 19 abr. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FACULDADE de Medicina. **Diário do Povo**, Campinas, 11 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

FACULDADE de Medicina: dia 4 a solução. **Jornal de Campinas**, Campinas, 10 jul. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

FACULDADE de Medicina: líderes da Campanha preparam encontro com Governador do Estado. **Última Hora**, s.l., 18 abr. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FACULDADES de Medicina criadas e que não se instalam neste governo. **A Gazeta**, São Paulo, 07 jun. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FACULDADES de Medicina de Botucatu e Campinas irão funcionar em 1963. **A Gazeta**, São Paulo, 16 nov. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FALHO o Parecer do Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo sobre a Faculdade de Campinas. s.ref., s.l., 25 maio 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

FIRMES esperanças da instalação em Campinas de uma Faculdade de Medicina. **A Defesa**, Campinas, 24 maio 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

FUNCIONAMENTO da Faculdade de Medicina de Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 28 jul. 1962. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

GOVERNADOR propõe a criação da Universidade de Campinas. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

GOVERNO Federal disposto a ajudar o Estado na instalação da Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 18 jun. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

HÁ de alcançar rápido florescimento a Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 07 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

IMPÕE-SE o pronunciamento do Sr. Carvalho Pinto sobre a Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 01 dez. 1960. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

INSTALAÇÃO da Faculdade de Medicina - objetivo que deve congrega todos os campineiros. **Correio Popular**, Campinas, 06 fev. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

INSTALAÇÃO da Faculdade de Medicina continua sendo problema. **Correio Popular**, Campinas, 29 nov. 1962. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

INSTALAÇÃO da Faculdade de Medicina de Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 10 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

INSTALAÇÃO da Faculdade de Medicina em Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 26 maio 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

INSTALAÇÃO de Faculdades de Medicina no Interior. s.ref., s.l., 22 set. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

INSTALAÇÃO de uma Faculdade de Medicina. **A Gazeta**, São Paulo, 05 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

JULGADA inoportuna a criação, no momento, de uma Faculdade de Medicina em Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 21 maio 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

LEVADA à Assembleia Legislativa do Estado a pretensão de Campinas quanto à Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 05 jun. 1951. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

MANIFESTA-SE a Assembleia Legislativa pela imediata instalação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 24 abr. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

MOVIMENTA-SE o Conselho das Entidades de Campinas na Luta pela Faculdade de Medicina. s.ref., s.l., 24 jan. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

NA ordem do dia, o movimento em torno da criação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 08 jun. 1951. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

"NÃO poderia ser indiferente ao progresso de Campinas". **Diário de São Paulo**, São Paulo, 12 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

NÃO serão instaladas no interior do Estado novas Faculdades de Medicina. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 21 set. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

NAVARRO, José Magalhães. Corrente Calamo. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, 31 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

NOVELLI, Vieira. Eles e nós. **Gazeta de Botucatu**, Botucatu, 02 jun. 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

O CONSELHO de Entidades Pró-Faculdade de Medicina rejeita o parecer do Grupo de Trabalho da Universidade de São Paulo. **A Gazeta**, São Paulo, 2? maio 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

O DIRETOR da Fac. de Medicina de Rib. Preto Responde ao Memorial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

O PROJETO recebeu parecer favorável da Comissão de Cultura. **Diário do Povo**, Campinas, 28 maio 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

OS CAMPINEIROS esperam a instalação da Faculdade de Medicina. **Correio Paulistano**, São Paulo, 01 jun. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

PARA a instalação urgente e imediata da Faculdade de Medicina de Campinas. **Diário do Povo**, Campinas, 13 abr. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

PARA o povo de Campinas a instalação da Faculdade de Medicina é questão de honra. **Diário da Noite**, São Paulo, 25 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

PELA Instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas. **A Defesa**, Campinas, 23 abr. 1952. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

PELA instalação em Campinas da Faculdade de Medicina já criada por lei. **A Defesa**, Campinas, 10 fev. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

PRESIDENTE Jânio Quadros vai instalar a Faculdade de Medicina. s.ref., s.l., 16 jun. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

PRIMEIRA série da Faculdade de Medicina passará a funcionar em 1963. **Correio Popular**, Campinas, 27 dez. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

PROF. Zeferino Vaz é radicalmente contra a instalação da Faculdade de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, p.1, 28 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

PROF. Zeferino. **Diário de Notícias**, Coluna Nosso Comentário, Ribeirão Preto, 26 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

PROJETO de criação da Universidade de Campinas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jul. 1962. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

PROMULGADA a lei que cria a Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 07 jul. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

PRÓXIMO funcionamento da Faculdade de Medicina de Campinas. **A Defesa**, Campinas, 19 nov. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

RELATÓRIO de Campinas a Carvalho Pinto. **Correio Popular**, Campinas, 15 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

RESSURGE a Ação do Conselho das Entidades de Campinas Pró-Faculdade de Medicina. s.ref., s.l., 17 jan. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

RETARDAMENTO de instalação da Faculdade de Medicina está causando repulsa geral dos campineiros. **Correio Popular**, Campinas, 09 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

REUNIU-SE o Grupo de Trabalho; defendida prioridade para instalação imediata das faculdades de medicina já criadas por lei. **Diário do Povo**, Campinas, 20 jun. 1961. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

REUNIU-SE Ontem o Conselho das Entidades de Campinas. **A Defesa**, Campinas, 19 mar. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

SECRETÁRIO da Saúde Conhecerá o Edifício Indicado Para a Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 12 nov. 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

SEM mensagem até agora a Faculdade de Medicina de Campinas. **A Gazeta**, São Paulo, 11 maio 1962. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

SOCIEDADE de Medicina. s.ref., s.l., 20 dez. 1960. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

TENAZ luta de Campinas pela instalação da sua Faculdade de Medicina. **A Gazeta**, São Paulo, 13 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

TIBIRIÇÁ. Faculdades. **Diário do Povo**, Campinas, 06 jun. 1951. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

TOMA Vulto a Campanha Pró-Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 08 mar. 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

TOMARÁ atitude o Conselho das Entidades face ao pronunciamento do Grupo de Trabalho que aconselha a dispensa de novas escolas médicas no Estado. **A Gazeta**, São Paulo, 22 maio 1961. Arquivo Central/SIARQ-Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. CD 06 - "Memórias da Unicamp 1950-1966".

TRAVAM-SE amplos debates em torno da instalação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 24 abr. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

UMA Faculdade de Medicina e Cirurgia em Campinas. **A Defesa**, Campinas, 18 abr. 1952. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

UNEM-SE os campineiros em prol da instalação da Faculdade de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 10 fev. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

VAZ, Zeferino. **Of. GD/30 (cópia)**, de 19 de maio de 1959. São Paulo, 19 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

VENTILOU-SE ontem a instalação da Faculdade de Medicina de Campinas. **Correio Popular**, Campinas, 24 dez. 1955. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

VENTURA, Luso. A batalha que não podemos perder. **Correio Popular**, Campinas, 29 nov. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

VENTURA, Luso. Escola de Medicina. **Correio Popular**, Campinas, 26 maio 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

VENTURA, Luso. Faculdade de Medicina, ideal que se realiza. **Correio Popular**, Campinas, 03 jun. 1953. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

VENTURA, Luso. Faculdades de Medicina no Interior. **Correio Popular**, Campinas, 07 mar. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

VENTURA, Luso. Medicina no Interior. **Correio Popular**, Campinas, 15 maio 1959. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Fundo Conselho de Entidades de Campinas. Cx.1.

VENTURA, Luso. O problema do ensino médico. **Correio Popular**, Campinas, 06 mar. 1956. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

VITORIOSA a iniciativa de se criar em Campinas uma Faculdade de Medicina. **A Defesa**, Campinas, 25 maio 1952. Arquivo Central/SIARQ - Unicamp. Coleção Antonio Francisco Bastos. Cx.1.

Referências

BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 247-264.

GOMES, Eustáquio. **O Mandarin: a história da infância da UNICAMP**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, 2ª ed.

LIMA, Eloi J. S. **A criação da Unicamp: Administração e relações de poder numa perspectiva histórica**. Campinas, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

MENEGHEL, Stela M. **Zeferino Vaz e a Unicamp – Uma trajetória e um modelo de universidade**. Campinas, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

NUNES, Clarice. **História da Educação: espaço do desejo**. Em Aberto. Ano 9, nº 47, Brasília, INEP, p.37-45, jul./set. 1990.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 161, de 24 de setembro de 1948**. Dispõe sobre a criação de estabelecimentos de ensino superior em cidades do interior do Estado e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1948. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1948/lei%20n.161,%20de%2024.09.1948.htm>, acesso em 07 jun. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 2.154, de 30 de junho de 1953**. Dá nova redação ao inciso IV do artigo 1.º da Lei nº 161, de 24 de setembro de 1948. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1953. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1953/lei%20n.2.154,%20de%2030.06.1953.htm>, acesso em 07 jun. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 4.996, de 25 de novembro de 1958**. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Medicina de Campinas e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1958. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1958/lei%20n.4.996,%20de%2025.11.1958.htm>, acesso em 07 jun. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962**. Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1962. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1962/lei%20n.7.655,%20de%2028.12.1962.htm>, acesso em 07 jun. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 45.220, de 9 de setembro de 1965**. Dispõe sobre a criação da Comissão Organizadora de Campinas e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1965. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1965/decreto%20n.45.220,%20de%2009.09.1965.htm>, acesso em 09 out. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 47.408, de 21 de dezembro de 1966**. Declara cessados os efeitos do Decreto nº 45.220, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1966. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1966/decreto%20n.47.408,%20de%2021.12.1966.htm>, acesso em 09 out. 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 52.255, de 30 de julho de 1969**. Baixa os Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1969. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto%20n.52.255,%20de%2030.07.1969.htm>, acesso em 09 out. 2012.

UNICAMP. **Manual de Uso e Preenchimento dos Campos Informativos do Sistema Pesquisargh**. Campinas, Unicamp, 2006, primeira versão.